

Introdução ao Evidencialismo em Epistemologia

Igor Danilevich



O presente livro pretende ser uma introdução ao evidencialismo em epistemologia analítica contemporânea ou teoria do conhecimento, destacadamente àquele sustentado por Richard Feldman e Earl Conee. Na primeira parte da obra são abordadas as teorias da justificação internista e externista como teorias que tratam da origem da justificação. Em seguida o autor procura relacionar as mesmas com teorias sobre a estrutura da justificação. Por essa perspectiva o internismo foi relacionado com o fundacionismo, o coerentismo e o infinitismo. E, o externismo foi relacionado com a teoria causal, a teoria do rastreamento, o confiabilismo e a teoria da função apropriada. Na segunda parte é abordada a Teoria Evidencialista da Justificação ou Evidencialismo em Conee e Feldman, onde além da definição de evidência o autor apresenta a classificação entre justificação sincrônica e justificação diacrônica, bem entre justificação proposicional e justificação doxástica. Ainda, nessa segunda parte é examinada a relação entre ‘justificação epistêmica e verdade’ e a relação entre ‘evidência e crença’, abordando também o princípio da subdeterminação e algumas objeções ao evidencialismo de Conee e Feldman.



**Introdução ao
Evidencialismo em
Epistemologia**

Direção Editorial

Lucas Fontella Margoni

Comitê Científico

Prof. Dr. Claudio Gonçalves de Almeida

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul — PUCRS

Prof. Dr. Carlos Augusto Sartori

Universidade Federal de Santa Maria — UFSM

Prof.^a Dr.^a Kátia Martins Etcheverry

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande Do Sul — PUCRS

Introdução ao Evidencialismo em Epistemologia

Igor Danilevicz



Diagramação: Marcelo A. S. Alves

Capa: Lucas Margoni

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da Creative Commons 4.0
https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

DANILEVICZ, Igor

Introdução ao evidencialismo em epistemologia [recurso eletrônico] / Igor Danilevicz -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

161 p.

ISBN - 978-85-5696-465-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Epistemologia analítica contemporânea. 2. Teoria do conhecimento. 3. Evidencialismo. 4. Conee e Feldman. 5. Evidência. 6. Justificação epistêmica; I. Título.

CDD: 120

Índices para catálogo sistemático:

1. Epistemologia

120

Um homem *racional* é aquele que faz um *uso adequado da razão*: e isso implica, entre outras coisas, que ele *calcule* corretamente a *força da evidência*.

- *Alfred Jules Ayer, Probability and Evidence.*

Ao meu orientador
Prof. Titular Dr. Claudio Gonçalves de Almeida.

À minha família.

Sumário

Introdução	13
1.....	15
Contextualização epistemológica do evidencialismo	
1.1. Internismo.....	20
1.1.1 Fundacionismo.....	26
1.1.2 Coerentismo	37
1.1.3 Infinitismo	39
1.2 Externismo	44
1.2.1 Teoria Causal.....	46
1.2.2 Teoria do Rastreamento.....	48
1.2.3 Confiabilismo	52
1.2.4 Teoria da Função Apropriada.....	57
2.....	65
O evidencialismo em Conee e Feldman	
2.1 Algumas considerações propedêuticas acerca da justificação.....	65
2.2 Algumas classificações quanto à justificação epistêmica	79
2.2.1 Justificação Sincrônica e Justificação Diacrônica	80
2.2.2 Justificação Proposicional e Justificação Doxástica	82
2.3 Alguns contributos de Roderick M. Chisholm	90
2.4 O evidencialismo de Conee e Feldman	97
2.5 Algumas questões relacionadas à evidência.....	106
2.6 Breves considerações sobre a relação entre ‘justificação epistêmica e verdade’ e a relação entre ‘evidência e crença’	126
2.7 Princípio de subdeterminação.....	135
2.8 Objeções ao evidencialismo de Conee e Feldman	142
Considerações finais	149
Referências	153

Introdução

A palavra ‘evidência’ frequentemente é associada a itens físicos e não raramente associada ao âmbito criminal e médico, por conta das produções cinematográficas que acabam por influenciar a linguagem do senso comum. No direito penal, a palavra ‘evidência’ no mais das vezes é comum na linguagem do direito norte-americano para se referir a itens físicos, tais como, uma faca ensanguentada, impressões digitais encontradas em determinada superfície, etc. Na área da saúde, ouve-se falar na expressão ‘medicina baseada em evidências’. E, na filosofia, frequentemente encontra-se a palavra ‘evidência’ usada para crenças e ações. É o caso quando se diz ‘crer com base na evidência tal’ ou ‘agir com base na evidência tal’. Enfim, a palavra ‘evidência’ é usada no âmbito do senso comum, das ciências em geral e da filosofia em particular. Talvez seja possível identificar algo em comum a todos esses usos.

O presente trabalho aborda o evidencialismo na filosofia, mas não qualquer evidencialismo. Interessa aqui o evidencialismo à luz da epistemologia analítica contemporânea ou teoria do conhecimento, destacadamente aquele sustentado por Richard Feldman e Earl Conee, onde é intuitivo que a palavra ‘evidência’ toma assento principal.

Nesses termos o evidencialismo apresenta-se primariamente como uma teoria sobre a racionalidade ou crença racional e secundariamente sobre o conhecimento.

E aqui reside o principal motivo à realização desta obra: a investigação da natureza da crença racional como aquela que é baseada em evidência adequada, ou seja, a crença justificada, cujo

objetivo principal é a compreensão da teoria evidencialista da justificação de Richard Feldman e Earl Conee.

Naturalmente o presente trabalho não tem a pretensão de ser exaustivo em nenhum dos pontos aqui tratados, mas cada um desses, acredito, faz parte de um todo a que procurei dar alguma unidade e sistematização.

Para isso, a presente obra foi desenvolvida em duas sessões.

Na primeira sessão, eu abordo as teorias da justificação internista e externista como teorias que tratam da origem da justificação. Em seguida, procuro relacionar as mesmas com teorias sobre a estrutura da justificação. Por essa perspectiva, o internismo foi relacionado com o fundacionismo, o coerentismo e o infinitismo. E, o externismo foi relacionado com a teoria causal, a teoria do rastreamento, o confiabilismo e a teoria da função apropriada.

A segunda sessão é iniciada com algumas considerações propedêuticas acerca da justificação, seguida de algumas classificações quanto à justificação epistêmica, particularmente a justificação sincrônica e a justificação diacrônica, bem como a justificação proposicional e a justificação doxástica.

Nessa mesma segunda sessão, apresento alguns contributos de Roderick M. Chisholm, para, logo em seguida, iniciar o exame do evidencialismo de Conee e Feldman. Nesse momento é abordado o tema da evidência e algumas questões afins, tais como a relação entre ‘justificação epistêmica e verdade’ e a relação entre ‘evidência e crença’. Após abordar o princípio da subdeterminação, eu apresento algumas objeções ao evidencialismo de Conee e Feldman, para, posteriormente, apresentar as considerações finais.

Contextualização epistemológica do evidencialismo

A epistemologia analítica contemporânea ou teoria do conhecimento como ramo da filosofia que investiga “questões filosóficas sobre o conhecimento e a racionalidade”, particularmente as “questões sobre a natureza do conhecimento” e dos “princípios que governam a crença racional”, tem o conhecimento proposicional como seu objeto.¹

Richard Feldman afirma que há “três tipos básicos de conhecimento: (1) conhecimento proposicional, (2) conhecimento por intimidade ou familiaridade, e (3) conhecimento de habilidades (ou conhecimento procedimental)”, respectivamente, ‘saber que’, ‘saber de’ e ‘saber como’. Interessa à epistemologia o ‘saber que’ descrito como um conhecimento de verdades, expressão usada no sentido de que “sabemos que alguma coisa é o caso”.² Trata-se de

¹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 1.

² *Ibid.*, p. 12. Ainda é Richard Feldman que afirma: “Sentenças ‘sabe que’ [*knows that*] relatam que uma pessoa sabe um certo fato ou proposição. Essas sentenças são ditas expressarem conhecimento proposicional.”, p. 9. RUSSELL, Bertrand. The Problems of Philosophy. Second edition 1998. Reissued 2001. Oxford University Press, p. 23: “Neste sentido da palavra, sabemos que algo é o caso”. Nessa obra Russell apresenta também a noção de “conhecimento de coisas” “que podemos chamar de conhecimento” “que podemos chamar *acquaintance*”. ‘*Acquaintance*’ como conhecimento direto, por contato ou por familiaridade “é o sentido em que conhecemos os dados dos sentidos”. Há, portanto, “conhecimento de verdades” e “conhecimento de coisas.” É no Capítulo 5 (“Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description”) da mesma obra que Russell explicitará as duas espécies do “conhecimento de coisas”, quais sejam, “conhecimento direto” e “conhecimento por descrição”. No “conhecimento direto” “temos *acquaintance* de qualquer coisa da qual estamos diretamente conscientes, sem a intermediação de qualquer processo de inferência ou qualquer

conhecimento proposicional ou conhecimento de proposições, porque descreve que “uma pessoa conhece um certo fato ou proposição”.³

A sentença ou a frase ‘vejo um computador na minha frente’, enquanto entidade linguística, expressa um pensamento sobre o fato de eu acreditar que estou vendo um computador na minha frente e que acredito ser verdade.⁴ Nesse sentido, Richard Feldman

conhecimento de verdades”. É o caso do exemplo dado pelo autor que estando na presença de sua mesa ele “conhece diretamente” (*acquainted*) “os dados dos sentidos que compõem a aparência da minha mesa - sua cor, forma, dureza, suavidade, etc. ; todas estas são coisas das quais eu estou imediatamente consciente quando estou vendo e tocando minha mesa”. O “conhecimento direto” é sobre os dados dos sentidos que constituem a aparência da mesa. Russell observa que se pode “duvidar de que existe uma mesa”, mas “não é possível duvidar dos dados dos sentidos”. Não temos consciência direta da mesa, “não há estado mental em que estamos diretamente conscientes da mesa”. Agora, utilizando o mesmo exemplo da mesa, Russell afirma que “meu conhecimento da mesa como um objeto físico” é caso de “conhecimento por descrição”, descrevendo-se a mesa por meio dos dados dos sentidos. “Sabemos uma descrição e sabemos que há apenas um objeto ao qual essa descrição se aplica, embora o objeto em si não seja diretamente conhecido por nós. Nesse caso, dizemos que nosso conhecimento do objeto é conhecimento por descrição. Todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas e conhecimento de verdades, repousa sobre o *acquaintance* como sua fundação”. Por fim, “para saber algo sobre a mesa, precisamos conhecer as verdades que a conectam com as coisas com as quais temos *acquaintance*: precisamos saber que ‘tais e tais dados sensoriais são causados por um objeto físico””, p. 25-26. Segundo Gilbert Ryle “saber que [*knowing-that*] presuppõe saber como [*knowing-how*]” (p. 15), assim “saber como [*knowledge-how*] não pode ser definido em termos de saber que [*knowledge-that*]”, pois “saber como [*knowledge-how*] é um conceito logicamente anterior ao conceito de saber que [*knowledge-that*]” (p. 4). RYLE, Gilbert. *Knowing How and Knowing That: The Presidential Address. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series*, Vol. 46 (1945-1946), pp. 1-16. <<http://www.jstor.org/stable/4544405>> Accessed: 22-05-2015.

³ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 9. BRANQUINHO, João. MURCHO, Desidério. GOMES, Nelson Gonçalves. *Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos*. Verbete “Proposição”. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 628: ‘proposição’ é “o pensamento literalmente expresso por uma frase declarativa com sentido”. Ainda é Desidério Murcho que esclarece: “As definições rigorosas de factividade, infatividade e contrafactividade são as seguintes sendo X uma pessoa qualquer, V um verbo e P uma afirmação ou proposição: Um verbo V é factivo se, e só se, ‘x V que p’ implica p. Um verbo V é infactivo (ou não-factivo) se, e só se, ‘x V que p’ não implica p. Um verbo V é contrafactivo se, e só se, ‘x V que p’ implica a negação de p. (...) Em suma, ao passo que a crença não é factiva, o conhecimento é factivo”. Fé, epistemologia e virtude. In *A Ética da Crença*. Lisboa: Bizâncio, 2010, p. 31-32.

⁴ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003: “Estamos usando ‘crença’ em um sentido amplo aqui: sempre que você considera que algo é verdade, você acredita nesse algo”, pois *acreditar é tomar algo como verdadeiro*, p. 12, ou, ainda, “acreditar em algo é aceitar isso como verdade”, p. 16.

afirma que a “*crença* é fundamentalmente uma *relação* com uma *proposição*”.⁵

Agora, para eu afirmar que sei que há um computador em minha frente há necessidade do implemento das condições necessárias e suficientes para o conhecimento. Segundo Richard Feldman a Análise Tradicional do Conhecimento (ATC) pode ser formulada do seguinte modo:

ATC. S sabe p = df. (i) S crê p , (ii) p é verdadeira, (iii) S está justificado em crer p .⁶

Essa análise explicita como condição necessária que algum sujeito acredite em algo (“crer não é uma ação voluntária”.⁷ A crença como um estado mental ao lado de outros, como a descrença e a suspensão de juízo). Igualmente necessário que aquilo em que o sujeito acredite seja verdadeiro. Para explicar essa condição Richard Feldman utiliza a Teoria da Correspondência da Verdade em face da sua ampla aceitação, *verbis*:

TC. Uma proposição é verdadeira se e somente se ela corresponde aos fatos (sse o mundo é da maneira que a proposição diz que ele é). Uma proposição é falsa sse ela fracassa em corresponder aos fatos.⁸

E, por fim, aquilo que o sujeito acredita ser verdadeiro deve estar justificado.⁹ A justificação, por vezes chamada de

⁵ *Ibid.*, p. 17. Esse autor chama a atenção para a diferença entre a frase ou a sentença e a proposição que é expressa por elas: “As sentenças diferem das proposições que são usadas para expressar, e a crença é fundamentalmente uma atitude que se toma para proposições”.

⁶ *Ibid.*, p. 15. Como menciona o autor (p. 16), a Análise Tradicional do Conhecimento pode ser encontrada no diálogo Ménon de Platão.

⁷ *Ibid.*, Nota 5: “believing is not a voluntary action”, p. 78.

⁸ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 17.

⁹ Não é tema central do presente trabalho e por isso aqui não será aprofundado, o célebre argumento de Edmund Gettier apresentado em seu artigo “Is Justified True Belief Knowledge?” contra a Teoria

‘racionalidade’, ‘razoabilidade’ ou ‘justificação racional’ está diretamente relacionado ao tema central do presente trabalho. E, sob uma perspectiva falibilista, a justificação não é garantia de conhecimento, podendo alguém estar justificado racionalmente em acreditar que p , mas não ter conhecimento de que p , porque não é fato que p (esse aspecto será analisado ao longo do trabalho).

Earl Conee, no artigo *The Basic Nature of Epistemic Justification*, observa que “as principais abordagens à natureza da justificação epistêmica são os lados tomados em duas controvérsias: *coerentismo versus fundacionismo* e *externismo versus internismo*”.¹⁰

Essa perspectiva quanto à natureza da justificação epistêmica abrange, de um lado, a questão da estrutura da justificação (fundacionismo e coerentismo citados pelo autor, mais o infinitismo), e, de outro, a questão da origem ou da natureza da justificação propriamente dita (internismo e externismo). Agora passarei a examinar o internismo e o externismo propriamente ditos.

Nesse momento em que se inicia o exame do internismo e do externismo¹¹, acredito que é interessante destacar a noção de ‘mundo exterior’ usada na filosofia, particularmente em face da noção de evidencialismo que é o pano de fundo do presente trabalho. Segundo Richard Feldman essa expressão “se refere a tudo o que está fora da própria mente de uma pessoa”. As

Tradicional do Conhecimento. GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis*, v. 23. 1963, p. 121-123.

¹⁰ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 37. Neste ensaio Earl Conee argumenta que as controvérsias entre o fundacionismo e o coerentismo e entre o internismo e o externismo “têm resoluções satisfatórias” com “abordagens corretas” cujos conteúdos combinam de maneira consistente entre si, tornando possível eliminar os obstáculos entre as concepções: “Its goals are to clear away apparent obstacles to a reconciliation among the approaches and to outline the resulting inclusive view”.

¹¹ A exposição que se segue sobre o internismo e o externismo e suas espécies segue basicamente o plano desenvolvido por Richard Feldman em sua obra *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003.

experiências de uma pessoa e as atitudes proposicionais¹² dessa mesma pessoa sobre essas experiências estão dentro da sua mente, consequentemente, “tudo o mais, desde sua perspectiva, é parte do mundo externo”.¹³

Além da dicotomia entre ‘mundo exterior’ e ‘mundo interior’ (considerado tudo o que está dentro da própria mente do sujeito epistêmico) a epistemologia segrega tudo aquilo que concorre para o status de condição necessária para a justificação epistêmica.

Especificamente, sob a perspectiva da *origem da justificação*¹⁴ é possível formular a seguinte pergunta: quais são os estados, os eventos e as condições que podem contribuir para a justificação epistêmica? Em outras palavras, qual o “tipo de justificação que, com força suficiente, é uma condição necessária para o conhecimento”?¹⁵

Dependendo das respostas às essas perguntas o entendimento será classificado como *internista* ou *externista*¹⁶ ou, mais precisamente, estaremos diante de uma *teoria da justificação internista* ou de uma *teoria da justificação externista*.¹⁷

¹² Crenças, dúvidas, esperanças, receios, desejos, etc., também estão na vida mental de uma pessoa.

¹³ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 53: “Como os filósofos usam a expressão *mundo exterior*, então ela se refere a tudo que está fora da própria mente. Então suas próprias experiências e suas crenças sobre elas estão dentro da sua mente. Tudo o mais é, da sua perspectiva, parte do mundo exterior”.

¹⁴ Sobre a estrutura da justificação o internismo poderá ser classificado em um dos três tipos: fundacionismo, coerentismo ou infinitismo. Earl Conee afirma: “*O coerentismo fundacional é sobre uma propriedade estrutural da relação entre uma crença e sua justificação*”. CONEE, Earl. 2. *The Basic Nature of Epistemic Justification*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 51.

¹⁵ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 53.

¹⁶ *Ibid.*: “O uso dos termos ‘internista’ e ‘externista’ para classificar as teorias da justificação é um desenvolvimento recente, e os termos são rotineiramente aplicados a teorias que antecedem seu uso”.

¹⁷ Em uma de suas teorias, tais como, causal, rastreamento da verdade, confiabilismo ou teoria da função adequada.

1.1. Internismo

Não obstante ser desaconselhável a utilização de citações indiretas em trabalhos como o presente, sobretudo quando as fontes originais estão disponíveis, é por honestidade intelectual para a preservação da autoria do inventário sumário apresentado por Earl Conee e Richard Feldman¹⁸ que transcrevo as seguintes noções a respeito do *internismo*:

Laurence Bonjour escreve:

A explicação mais geralmente aceita ... é que uma *teoria da justificação é internista* se e somente se requer que todos os fatores necessários para uma crença ser epistemicamente justificada para uma determinada pessoa sejam *cognitivamente acessíveis* àquela pessoa, *interna à sua perspectiva cognitiva*. (Laurence Bonjour, *Externalism/Internalism*, in Jonathan Dancy and Ernest Sosa, eds., *A Companion to Epistemology* (Oxford: Blackwell Publishers, 1992), p. 132.).

Robert Audi escreve:

Alguns exemplos sugerem que a justificação se baseia inteiramente no que é *interno à mente*, de certo modo implicando que ela é *acessível à introspecção ou reflexão* pelo sujeito - uma visão que poderíamos chamar de *internismo sobre justificação*. (Robert Audi, *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge* (New York: Routledge, 1998), pp. 233-4. Emphasis in the original.)

Alvin Plantinga escreve:

O impulso básico do *internismo* na epistemologia, portanto, é que as *propriedades que conferem warrant [justificação]* a uma crença são *propriedades* às quais o crente tem algum *tipo especial de acesso* epistêmico. (Alvin Plantinga, *Warrant: The Current*

¹⁸ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 54-55: “Encontramos duas caracterizações distintas mas intimamente relacionadas do *internismo* em passagens como essas. Uma caracterização usa uma noção de *acesso*. O que chamaremos de ‘*acessibilismo*’ sustenta que a justificação epistêmica da crença de uma pessoa é determinada por coisas às quais a pessoa tem *algum tipo especial de acesso*. Bonjour chama esse *acesso* de ‘*consciência adequada*’ [‘*suitable awareness*’]. Audi diz que o *acesso* é através de ‘*introspecção ou reflexão*’. Outros dizem que o *acesso* deve ser ‘*direto*’”.

Debate (Oxford: Oxford University Press, 1993), p. 6. *A very similar formulation appears in* William Harper, *Paper Mache Problems in Epistemology: A Defense of Strong Internalism*, Synthese, 116 (1998): 27-49. See p. 28.)

Matthias Steup caracteriza o internismo da seguinte forma:

O que faz uma explicação da *justificação internista* é que ela impõe uma certa condição sobre aqueles *fatores* que determinam se uma crença está justificada. Tais *fatores* - vamos chamá-los de '*fatores-J*' - podem ser crenças, experiências ou padrões epistêmicos. A condição em questão requer que os *fatores-J* sejam *internos à mente do sujeito* ou, para colocar de forma diferente, *acessíveis a partir de reflexão*. (Matthias Steup, *An Introduction to Contemporary Epistemology* (Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 1996), p. 84. Emphasis in the original.) (Matthias Steup, *An Introduction to Contemporary Epistemology* (Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 1996), p. 84. Emphasis in the original.)

John Pollock escreve que:

O *internismo* na epistemologia é a visão de que apenas os *estados internos do conhecedor podem ser relevantes* para determinar quais das crenças do conhecedor são justificadas. (John Pollock, *At the Interface of Philosophy and AI*, in John Greco and Ernest Sosa, eds., *The Blackwell Guide to Epistemology* (Malden, MA: Blackwell, 1999), pp. 383-414. The quotation is from p. 394.)

Finalmente, Ernest Sosa caracteriza uma versão do internismo assim:

A justificação exige apenas um pensamento realmente apropriado da parte do sujeito: se um crente obteve e sustenta sua crença através de pensamento totalmente apropriado, então o crente está justificado em acreditar - onde a adequação do pensamento é uma questão puramente interna à mente do sujeito, e não depende do que está além. (Ernest Sosa, *Skepticism and the Internal/External Divide*, *The Blackwell Guide to Epistemology*, pp. 145-57. The quotation is from p. 147. Sosa goes on to describe another version of internalism that highlights accessibility.)

Nas caracterizações de Laurence Bonjour, Robert Audi, Alvin Plantinga, Matthias Steup, John Pollock e Ernest Sosa anteriormente elencadas é possível constatar que todas elas têm em comum o fato de algum estado, evento ou condição interior à mente do sujeito epistêmico contribuir para a sua justificação

epistêmica. Cumpre destacar que nas mesmas passagens é dado ênfase que tal estado, evento ou condição interiores à vida mental estarão acessíveis¹⁹ à introspecção ou reflexão do mesmo sujeito epistêmico, todavia nesse momento eu gostaria de explorar o aspecto dos itens internos.²⁰

Para procurar explicitar os itens presentes na vida mental do sujeito epistêmico, cito exemplos fornecidos por Earl Conee e Richard Feldman:

Bob e Ray estão sentados em um lobby do hotel com ar-condicionado, lendo o jornal de ontem. Cada um leu que vai ser muito quente hoje e, nessa base, cada um acredita que está muito quente hoje. Então Bob sai e sente o calor. Ambos continuam acreditando que está muito quente hoje. Mas neste ponto a crença de Bob está melhor justificada.²¹

Esse é um dos exemplos que realça o fato de que as diferenças internas na vida mental entre os dois sujeitos (Bob e Ray) fazem a diferença epistêmica relativamente a justificação entre ambos, quer dizer a diferença de justificação para a crença de que hoje vai ser ou está muito quente.

No caso a experiência perceptual de Bob ao sair do hotel e deparar-se com o calor na rua estabeleceu uma diferença específica para com o *status* epistêmico de Ray. A justificação de Bob recebeu um incremento oriundo de sua experiência perceptual enquanto que a vida mental de Ray permanece a mesma quanto a isso.

¹⁹ MOSER, Paul K. *Epistemology*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 276-277: “O *internismo* em relação à justificação preserva um requisito de *acessibilidade* sobre o que confere justificação, enquanto o *externismo* epistêmico rejeita essa exigência. Debates sobre *internismo* e *externismo* abundam na epistemologia atual, mas os *internistas* ainda não compartilham uma explicação detalhada e uniforme da *acessibilidade*”.

²⁰ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 80: “Em qualquer explicação do que seja o *internismo*, incluindo o que oferecemos aqui, o *internismo* nada mais é do que uma ampla doutrina sobre a *localização dos fatores determinantes da justificação epistêmica*”.

²¹ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 59-61.

É nesse sentido quando Earl Conee e Richard Feldman afirmam:

A justificação de Bob para a crença foi realçada por sua experiência de sentir o calor e, assim, sofreu uma mudança mental que, por assim dizer, ‘internalizou’ a temperatura real. Ray tinha apenas a previsão para confiar.²²

Agora, basta acrescentar alguns elementos e modifica-se o exemplo. É o caso de “depois de sair e sentir muito calor, Bob volta e conta a Ray sobre a sua impressão”. Assume-se aqui que Ray lembra vários exemplos da integridade e honestidade de Bob e nada que desabone a conduta deste. Com isso a crença formada por Ray de que está muito quente na rua tornou-se mais fortemente justificada em face do testemunho de Bob.

O exemplo e sua variante são utilizados para destacar os itens que estão nas mentes dos sujeitos mencionados. Estar algum item pertinente para o caso dentro ou fora da mente é que estabelece a diferença epistêmica ou a diferença de justificação entre os sujeitos epistêmicos.

No momento em que Bob saiu do hotel e deparou-se com o calor da rua ele “internalizou um fato externo” aumentando a sua justificação para a crença de que faz calor na rua. O testemunho de Bob para Ray de que está calor na rua aumentou, *ipso facto*, a justificação deste para a crença de que faz calor na rua.

Analogamente, poderíamos considerar o seguinte exemplo: Tício e Caio, médicos plantonistas em um hospital, trabalham em setor onde não há janelas ou qualquer tipo de acesso visual para fora do prédio, ouvem pelo rádio que neste momento está chovendo. É suficiente Tício sair do prédio para comprar algo e ver que de fato está chovendo para quando retornar ao plantão no hospital e informar Caio a respeito que poderão ser identificadas as diferenças. Enquanto Tício está na rua e vê a chuva, mas antes de

²² *Ibid.*, p. 59-61.

voltar ao hospital, a sua vida mental no particular será diferente da vida mental de Caio. As diferenças internas nesse átimo de segundo ou de tempo estabelece a diferença epistêmica entre ambos. Em que pese a crença de Tício e de Caio serem a mesma, a crença de Tício está melhor justificada que a crença de Caio. Após Tício ter retornado para o hospital e informado Caio de que está chovendo, e, preservando as mesmas considerações de integridade e honrades do exemplo anterior, a crença deste de que está chovendo tornou-se mais fortemente justificada em face do testemunho de Tício.

Quando Tício está na rua e vê a chuva ele “internalizou um fato externo” aumentando a sua justificação para a crença de que está chovendo na rua. Quando Tício conta que está chovendo na rua, o seu testemunho aumenta a justificação de Caio para a crença de que está chovendo na rua, diante da “internalização de um fato externo”, qual seja, o testemunho de Tício de que está chovendo na rua.

Nos exemplos anteriores, as diferenças de justificação em suas variantes (as de Bob antes e depois de sair à rua, as de Ray antes e depois do testemunho de Bob, a de Tício antes e depois de ver a chuva, as de Caio antes e depois do testemunho de Tício), traz à lume que essas variações foram internas à vida mental de cada um dos sujeitos epistêmicos. Tais diferenças não constituindo “algo extramental” corroboram a “tese internista geral de que essas diferenças epistêmicas têm uma origem inteiramente mental”.²³

Ainda nos exemplos, ler no jornal que hoje fará calor, sentir calor, o testemunho de que faz calor, ouvir pelo rádio de que está chovendo, ver que está chovendo, o testemunho de que está chovendo, ou ainda, as perspectivas anteriores e posteriores a esses fatos, determinam que a “diferença mental é uma diferença

²³ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 61.

na evidência que a pessoa tem”, e, portanto, eventual diferença na justificação poderá estar associada a variação da presença ou não de uma evidência, ou na força de uma evidência. Ou seja, a “localização de um item relevante de informação - na mente de um sujeito ou fora dele - faz a diferença epistêmica”. É nesse sentido que Earl Conee e Richard Feldman falam que o evidencialismo “fornece a melhor explicação do status epistêmico” de crenças ou possui “melhor capacidade explicativa”.²⁴

No esforço de delimitação da teoria internista da justificação é importante registrar que a mesma, segundo Earl Conee e Richard Feldman, não está associada a uma concepção deontológica de justificação epistêmica. Consequentemente, não é o caso de considerar que qualquer sujeito epistêmico ao formar uma crença justificada mereça elogio ou repreensão, por ter observado preceitos que impõem dever ou obrigação para formar crenças justificadas. Quando se *avalia* uma *crença* nada se diz sobre deveres ou obrigações para acreditar em algo. Do mesmo modo, nada será dito sobre deveres ou obrigações ao se descrever uma crença. Nesse sentido, os modais deônticos “obrigado”, “permitido” e “proibido” são impertinentes para a teoria internista da justificação epistêmica.²⁵

Apesar de não ser o tema principal do presente trabalho o exame das várias vertentes internistas, será útil uma breve introdução sobre as mesmas como meio de delimitação da moldura sobre a qual se descorre o tema central.

Posso tomar de empréstimo a perspectiva de um exame da *estrutura internista da justificação epistêmica* a partir das reflexões de Earl Conee sobre a possibilidade de conciliação entre teorias internistas quando afirmou: “O *coerentismo fundacionista* é uma

²⁴ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 61 e 64.

²⁵ *Ibid.*, p. 61. Os autores observam que equivocadamente “Alvin Goldman, Alvin Plantinga, William Alston e outros importantes críticos do internismo pensaram que o argumento central para o internismo baseia-se na premissa de que a justificação epistêmica é um conceito deontológico”.

propriedade estrutural da relação entre uma crença e sua justificação”.²⁶

Segundo essa linha, a estrutura da justificação epistêmica internista poderá ser classificada em fundacionismo, coerentismo e infinitismo. Essas teorias têm em comum o interesse pela indagação: o que conta como evidência?²⁷

1.1.1 Fundacionismo

Richard Feldman salienta que o fundacionismo possui duas concepções centrais. A primeira é de que “existem crenças básicas justificadas” e a segunda é de que “todas as crenças não-básicas justificadas são justificadas em virtude de sua relação com as crenças básicas justificadas”.²⁸ Relação essa que diz respeito a transmissão da justificação. Quer dizer, as crenças básicas justificadas são o “fundamento sobre o qual todas as outras crenças justificadas repousam”.²⁹

²⁶ CONEE, Earl. 2. *The Basic Nature of Epistemic Justification*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 51. Ou conforme Peter David Klein e John Turri: “Conhecimento de que P herda assim sua estrutura da estrutura da crença justificada constituinte de que P. Se a crença justificada é inferencial, então é o conhecimento. Se a crença justificada é “básica”, então também é o conhecimento”. KLEIN, Peter David. TURRI, John. *Infinitism in Epistemology*. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018, p. 1.

²⁷ Pode-se acrescentar, ainda, o funderentismo elaborado por Susan Haack como uma nova explicação da justificação epistêmica: “Oferecerei uma nova explicação da justificação epistêmica, uma teoria que não é nem fundacionista nem coerentista na estrutura, mas ‘funderentista’, como eu a chamarei, permitindo tanto o apoio mútuo entre as crenças quanto a contribuição da experiência à justificação empírica; nem puramente causal nem puramente lógica no conteúdo, mas uma teoria de duplo aspecto, parcialmente causal e parcialmente avaliativa; e essencialmente graduacional, tomando como *explicandum* não ‘A está justificado em acreditar que *p* sse ...’ mas ‘A está mais/menos justificado em acreditar que *p* dependendo da ...’. E eu estarei oferecendo uma nova abordagem ao projeto de ratificação, uma abordagem que não será nem puramente *a priori* nem puramente empírica em caráter, mas muito modestamente naturalista, permitindo a relevância contributiva tanto de considerações empíricas sobre as capacidades cognitivas e limitações dos seres humanos e de considerações lógicas de caráter dedutivo”. HAACK, Susan. *Evidence and Inquiry: Towards Reconstruction in Epistemology*. Oxford UK & Cambridge USA: Blackwell, 1993, p. 2-3.

²⁸ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 52.

²⁹ *Ibid.*, p. 51.

Além disso, no âmbito da teoria da justificação epistêmica, Carlos Augusto Sartori acentua que o fundacionismo é a teoria em que a “justificação só ocorre se o regresso epistêmico for interrompido por uma crença básica”. Essa não é inferencialmente justificada no sentido de que “sua justificação não depende de outras crenças”, diferente das crenças básicas, as crenças não básicas, também denominadas de ‘crenças da superestrutura’, para a sua justificação “depende de outras crenças” e, em última análise, depende de crenças básicas” tendo natureza inferencial.³⁰

Para o *fundacionismo cartesiano* as crenças básicas são “nossas crenças sobre os nossos próprios estados mentais” caracterizando-se como “indubitáveis ou livres de toda possibilidade de erro”, ou seja, é uma concepção infalibilista.³¹ Como diz Carlos Augusto Sartori, a “crença básica se apoia em outros estados mentais que não são crenças, tipicamente, estados sensoriais”, contudo, são “perceptuais apenas no sentido de como as coisas se apresentam ao observador”. Desse modo, se são perceptuais apenas nesse sentido de crença sobre como se parece para o sujeito epistêmico, ou crença de aparência, “elas não precisam ser crenças sobre objetos físicos”. O que fomenta a adoção dessa concepção em relação as crenças de aparência é a “pressuposição de que uma crença que pode ser falsa não pode ser básica”, bem como de que tais tipos de crenças “não podem estar erradas”.³²

Para explicar isso, Richard Feldman apresenta o seguinte exemplo: “René parece ver uma árvore”. A palavra “parece” indica que é assim que uma determinada imagem se apresenta a mente

³⁰ SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). Ensaio de Epistemologia Contemporânea. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 73.

³¹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 52-53.

³² SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). Ensaio de Epistemologia Contemporânea. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 73-74.

de René, no caso, a imagem de uma árvore, ainda que de fato a árvore exista ou possa até não existir. É o caso, portanto, de uma descrição do estado mental interno de René. O mesmo se aplica para todas aquelas outras impressões que consideramos ter origem nos órgãos sensoriais, que sob essa perspectiva, podem ou não ter origem nos mesmos. Chama-se a isso de “crenças de aparência e os estados internos que elas descrevem são as aparências” dizendo-se então que tais crenças são sobre “conteúdos correntes” da mente do sujeito epistêmico. Consequentemente, as crenças de aparência em si mesmas “não implicam nada sobre o mundo externo”, podendo uma mesma crença de aparência de um determinado estado interno apresentar-se em “um sonho, em uma alucinação, ou com percepção normal”. É que as experiências do sujeito epistêmico estão dentro de sua própria mente juntamente com as suas crenças a respeito delas.³³

De outra parte, observa Richard Feldman que constitui um problema o fundacionismo cartesiano assumir que “toda a justificação” tem como ponto de partida as crenças básicas justificadas. É que para essa corrente teórica as crenças básicas são crenças sobre estados internos e “crenças sobre estados internos são incomuns”. Esse problema é mostrado pelo referido autor através de alguns exemplos. Cito um deles: “Quando você olha ao redor da sala, você tipicamente não acredita em coisas tais como, ‘Eu pareço ver lá algo com a forma de cadeira’ e então infere ‘Há uma cadeira lá’. Você apenas acredita ‘Há uma cadeira lá’”.³⁴

Enfim, o fundacionismo cartesiano ao estabelecer que as crenças básicas são “nossas crenças sobre os nossos próprios estados mentais”³⁵ elege como critério “coisas que em circunstâncias ordinárias nós absolutamente não acreditamos”. Ao

³³ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 53.

³⁴ *Ibid.*, p. 57.

³⁵ *Ibid.*, p. 52-53.

contrário, “o ponto de partida para nossas crenças são observações ordinárias do mundo, não introspecções”.³⁶

Essa não é a única objeção ao fundacionismo cartesiano apresentada por Richard Feldman. Esse autor apresenta, ainda, o fato de os estados mentais de qualquer sujeito epistêmico não estar imune ao erro. Além disso, “nem todas as crenças sobre os próprios estados mentais de alguém são crenças básicas justificadas”. É que “crenças sobre os próprios estados mentais podem ser derivadas de outras crenças e, portanto, podem ser não-básicas”, ademais, “crenças sobre essas questões podem ser injustificadas”. Não bastassem essas objeções, o mencionado autor alude também que “muito do que sabemos não pode ser deduzido do que é básico” (considerando a perspectiva objetada de que as crenças básicas são as “nossas crenças sobre os nossos próprios estados mentais” - estados internos), pois “vai além do que pode ser deduzido a partir disso”.³⁷

Ao tratar do fundacionismo clássico, Kátia Martins Etcheverry, observa que esta corrente da epistemologia considera que há algumas “qualidades presentes na experiência, que se apresentam, em algum sentido, diretamente à consciência”. Sob essa perspectiva a questão passa a ser a maneira como alguns autores explicam “como as crenças básicas relacionam-se às experiências às quais se referem, de modo que a essas crenças pode ser atribuída justificação infalível e não-inferencial”. Dito de outro modo, o que caracteriza a “*ponte epistêmica*’ entre a crença e a experiência”:

Resumidamente, na proposta de Bonjour é a ‘consciência de conteúdo constitutiva do estado mental’, que torna possível erigir uma ‘*ponte epistêmica*’ entre a *crença* e a *experiência*. No caso de Fumerton, é a ‘relação de familiaridade’ que permite o contato

³⁶ *Ibid.*, p. 60.

³⁷ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 60-61.

direto entre o ‘produtor de verdade’ (um fato) e o ‘portador de verdade’ (um pensamento), estabelecendo, assim, o vínculo seguro que dá origem ao status epistêmico peculiar de crenças básicas. Finalmente, para McGrew, a indispensável ‘fundação forte’ pode ser obtida quando a crença é formada mediante uma ‘*conexão referencial*’ entre o conteúdo da experiência e o conteúdo da crença.

Em outras palavras, dentro do fundacionismo epistêmico contemporâneo, as versões clássicas têm em comum a alegação de que crenças empíricas fundacionais justificadas são aquelas cujo objeto são as qualidades da experiência que são diretamente experienciadas. É justamente a consciência dessas qualidades que mostra como, e por que, estamos justificados em crer que essas qualidades estão presentes na experiência. Capturando essas ideias, Feldman (2004, p. 201) sugere o seguinte princípio de justificação (PJ1): ‘Se uma pessoa está consciente de uma propriedade experiencial F (isto é, tem uma experiência de F-dade), então a pessoa está justificada fundacionalmente em crer que ela está tendo uma experiência com a qualidade F’.

É a alegação de ‘consciência direta’ de qualidades da experiência, defendida pelas versões clássicas de fundacionismo contemporâneo, que será o ponto focal da crítica elaborada por E. Sosa.³⁸

Diante dos ataques sofridos pelo fundacionismo cartesiano, alguns filósofos têm procurado manter a ideia fundacionista, porém com alguns ajustes que tornem essa concepção indene a novos ataques.

Por exemplo, o fundacionismo neoclássico de Bertrand Russell não é exatamente o fundacionismo cartesiano, mas a ele se assemelha considerando a ideia central. Sobre o fundacionismo neoclássico de Bertrand Russell, Claudio de Almeida apresenta as seguintes observações:

³⁸ ETCHEVERRY, Kátia Martins. (2009). O Fundacionismo Clássico Revisitado na Epistemologia Contemporânea. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, p. 90. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3427/1/000410722-Texto%2BCompleto-o.pdf>> Acesso em: 15/06/2017.

Concluo esta breve revisão da epistemologia de Russell em 1912 - novamente, sem dúvida, sua maior contribuição para o campo - com a seguinte observação. A *epistemologia de Russell* é melhor vista como uma forma de *fundacionismo neoclássico* do tipo desenvolvido por Laurence Bonjour (2003) e Richard Fumerton (1995). *Não é do tipo clássico porque reconhece o apoio indutivo entre fundações* (crenças sobre ‘experiências privadas’ e verdades necessárias) e *superestrutura* (‘crenças instintivas’ e generalização científica) como *conferindo justificação*. É *neoclássico*, no entanto, em oposição a ‘moderado’ ou ‘modesto’, porque sustenta que as *crenças fundamentais são infalivelmente justificadas por experiências privadas e intuição racional*.³⁹

Na linha de refinar o fundacionismo cartesiano tendo em vista os ataques sofridos, e, como mencionado no texto acima de Claudio de Almeida, há o *fundacionismo modesto* que Richard Feldman apresenta como melhor alternativa, já que pretende evitar os mesmos problemas.⁴⁰

Como apresentei anteriormente, para o fundacionismo cartesiano as crenças básicas são “nossas crenças sobre os nossos próprios estados mentais”.⁴¹ Agora, para o fundacionismo modesto as crenças básicas “são crenças perceptuais ordinárias sobre o mundo externo”, que por sua vez “podem ser justificadas sem serem imunes ao erro”. Enquanto as crenças não-básicas “podem ser justificadas se elas forem bem sustentadas por crenças básicas sem serem delas dedutíveis”.⁴² Sob a perspectiva modesta de fundacionismo, “as experiências justificam proposições sobre o

³⁹ ALMEIDA, Claudio de. (Forthcoming in Hetherington, Stephen & Valaris, Markos, eds., Knowledge in Contemporary Philosophy, London: Bloomsbury.) On Our Epistemological Debt to Moore and Russell, p. 8.

⁴⁰ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 71.

⁴¹ *Ibid.*, p. 52-53.

⁴² *Ibid.*, p. 71.

mundo exterior, mas dispensam as proposições sobre o caráter da experiência”.⁴³

Richard Feldman, apresenta a ideia do fundacionismo modesto da seguinte maneira:

À medida que as pessoas navegam pelo mundo, elas são rotineiramente bombardeadas com *estímulos sensoriais*. Elas regularmente *formam crenças*, não sobre os efeitos internos desses estímulos, mas *sobre o mundo fora deles*. Elas acreditam em coisas tais como as luzes estão ligadas, que há um livro sobre a mesa, e assim por diante. *Fundacionistas modestos* consideram essas como *crenças básicas justificadas*. Eles não dizem que não podemos nos enganar sobre esses assuntos. No entanto, eles sustentam que *crenças* tais como essas frequentemente são *bem justificadas*. Finalmente, eles dizem que essas *crenças básicas justificadas* podem *fornecer razões justificadoras* para *crenças adicionais sobre o mundo*, mesmo se as crenças adicionais não forem dedutíveis das crenças básicas.⁴⁴

O ponto central passa a ser então que o sujeito epistêmico está inserido no mundo e que as suas crenças básicas são portanto crenças formadas sobre esse mundo e frequentemente estão justificadas.⁴⁵

O exemplo a seguir de autoria de Richard Feldman auxilia na compreensão dos conceitos envolvidos:

Exemplo 4.1: O Furto

Alguém invadiu a casa de Art e roubou uma valiosa pintura. O policial Careful investiga o caso e apresenta evidências conclusivas de que Filcher cometeu o crime. Careful encontra a pintura na posse de Filcher, encontra as impressões digitais de

⁴³ SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 75.

⁴⁴ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 71.

⁴⁵ *Ibid.*, p. 71.

Filcher na cena do crime, e assim por diante. Careful passa a acreditar:

1. Filcher roubou a pintura.⁴⁶

Além de o exemplo insinuar a existência de outras evidências (que estariam implícitas), o policial Careful em sua investigação observou a existência de impressões digitais na cena do crime e que essas mesmas impressões digitais correspondiam as das mãos de Filcher. Careful também encontrou o quadro furtado na posse de Filcher.

Para o fundacionista modesto o policial Careful formou crenças básicas espontaneamente (ou não-inferencialmente⁴⁷) sobre o mundo exterior investigado, particularmente, ao ver as impressões digitais na cena do crime e ao ver que o quadro furtado estava na posse de Filcher. Richard Feldman considera que as “observações que constituem as crenças básicas de Careful nesse caso sejam proposições sobre as coisas que ele observou”.⁴⁸

Cada uma das duas crenças básicas espontaneamente formadas estão justificadas na medida em que foram uma “resposta apropriada às experiências” sensoriais visuais do policial Careful e não foram derrotadas por outra evidência que ele eventualmente teria. No caso, das proposições “as impressões digitais de Filcher foram encontradas na cena do crime”, “o quadro furtado estava na posse de Filcher”, etc., foi inferida a proposição “Filcher furtou a pintura”. As ligações entre as referidas proposições caracterizam uma inferência indutiva forte, sem prejuízo de aqui estar concorrendo uma inferência para a melhor explicação, questão que não será enfrentada para não fugir do escopo do presente trabalho. Como está sendo realizada uma

⁴⁶ *Ibid.*, p. 39.

⁴⁷ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 73.

⁴⁸ *Ibid.*, p. 72: “Basic Beliefs: Careful’s observational beliefs, e.g., there is a painting of such and such a description in Filcher’s home, there were fingerprints of a certain sort in Filcher’s home, etc.”

abordagem falibilista é importante registrar que seria possível que a autoria do crime fosse de outra pessoa, contudo os “fundacionistas modestos sustentam que quando uma proposição particular entra na melhor explicação das crenças básicas justificadas de alguém, é justificado acreditar nessa proposição”.⁴⁹

Com isso, o corpo evidencial fornecido pelas experiências sensoriais anteriormente descritas autorizaram que o policial Careful realizasse inferência indutiva que concluiu que “Filcher roubou a pintura”.

Esse resumido conjunto de considerações leva Richard Feldman a elaborar os seguintes *princípios* para o *fundacionismo modesto*:

FM1. *Crenças básicas* são crenças espontaneamente formadas. Tipicamente, são *crenças sobre o mundo externo*, incluindo crenças sobre os tipos de objetos experimentados ou suas qualidades sensoriais, são básicas e justificadas. Crenças sobre estados mentais também podem ser básicas e justificadas.

FM2b. Uma crença formada espontaneamente está *justificada* desde que ela seja uma *resposta apropriada* às *experiências* e *não seja derrotada por outra evidência* que o crente tenha.

FM3. *Crenças não-básicas* estão *justificadas* quando elas são *sustentadas por inferências indutivas fortes* – incluindo *indução enumerativa* e *inferência para a melhor explicação* – desde *crenças básicas justificadas*.⁵⁰

⁴⁹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 72.

⁵⁰ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 72, 73 e 75. Sobre FM1, na página 73, o autor destaca sobre o rastreamento das crenças básicas e sobre o fato de não possuírem todas o mesmo conteúdo: “Generalizando a partir destes exemplos, os fundacionistas modestos podem dizer que, quando quer que uma pessoa forma uma crença, ela pode ser rastreada até uma ou outra crença espontaneamente formada. Mas não há conteúdo uniforme para essas crenças. Elas podem ser crenças sobre classificações de objetos, elas podem ser crenças sobre qualidades sensoriais (cores, formas, etc.) de objetos, e elas podem ser sobre as próprias experiências sensoriais de alguém. Também podemos acreditar nessas mesmas proposições como o resultado de inferências.”

Depreende-se desses princípios a determinação a respeito da natureza e do surgimento de uma crença básica, a sua condição de justificação como resposta adequada às experiências, com a ressalva de inexistência de derrotadores e o seu status de suporte em relação às crenças não-básicas.

Ainda explorando o “Exemplo 4.1: O Furto” cumpre dar destaque a duas condições apresentadas por Richard Feldman que estão estreitamente relacionadas à temática. É a ‘*condição de evidência total*’ e a ‘*condição embasadora*’.

A *condição de evidência total* estabelece que uma “crença está justificada apenas se ela é sustentada pela evidência total de alguém”, ou seja, não é suficiente ter alguma evidência. É preciso que a evidência que alguém tenha não seja derrotada por outra evidência. Essa são as palavras de Richard Feldman:

Para ser verdade que a evidência de uma pessoa sustenta uma proposição, deve ocorrer que a evidência total da pessoa, ao ser sopesada, sustente essa proposição. É possível ter alguma evidência que sustente uma proposição e alguma evidência que sustente a negação dessa proposição. Se estes dois corpos de evidência têm o mesmo peso, e a pessoa não tem outra evidência relevante, então a evidência total da pessoa é neutra e a suspensão de juízo sobre a proposição é a atitude justificada. Se uma porção da evidência é mais forte do que a outra, então a atitude correspondente é aquela justificada. Em todos os casos, é a evidência total que determina qual a atitude é a justificada. Chame a isto de condição de evidência total.⁵¹

Por seu turno, a ‘*condição embasadora*’ determina que uma “crença justificada precisa estar embasada em uma evidência sustentadora”, isto é, essa condição não será implementada acaso alguém, mesmo tendo boas razões para crer em algo, forma a sua crença não com base nessas boas razões, mas com base em

⁵¹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 45.

capricho, em superstição, em pensamento positivo, ou algum pensamento vicioso. Eis a formulação da condição embasadora:⁵²

CJ. A crença de *S* de que *p* no momento *t* está justificada (bem fundamentada) sse (i) crer que *p* está justificado para *S* em *t*; (ii) *S* crê que *p* com base em evidência que sustenta *p*.

Assim, a ‘condição de evidência total’ e a ‘condição embasadora’ complementam o fundacionismo modesto, tornando-o mais apto a resistir aos ataques sofridos pelo fundacionismo cartesiano.

E, com base nas razões até aqui apresentadas, agora pode ser melhor compreendida a seguinte pergunta formulada por Richard Feldman: “QF3. Que tipo de conexão uma crença não-básica deve ter com as crenças básicas a fim de estar justificada?”⁵³

A resposta do referido autor é:

MF3a. As Crenças não-básicas estão justificadas (bem fundadas) quando (a) elas são sustentadas por inferências indutivas fortes – incluindo indução enumerativa e inferência para a melhor explicação – desde crenças básicas justificadas e (b) elas não são derrotadas por outra evidência.⁵⁴

Colocando lado a lado o fundacionismo cartesiano e o fundacionismo modesto, a resposta anterior explicita que esta espécie ao admitir “conexões não-dedutivas entre crenças básicas justificadas e crenças justificadas não-básicas” (pois admite inferências indutivas fortes, incluindo a indução enumerativa e a inferência para a melhor explicação) tem o condão de impedir o problema enfrentado por aquela espécie de fundacionismo, ou seja,

⁵² FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 46 e 72.

⁵³ *Ibid.*, p. 52.

⁵⁴ *Ibid.*, p. 72-73.

que “difícilmente qualquer crença sobre o mundo externo está justificada”.⁵⁵

A essa conclusão acerca do fundacionismo modesto soma-se o seu caráter falibilista “sobre o conteúdo das crenças básicas” o que evita o “resultado de que há muito poucas crenças básicas justificadas”. Também concorre para o saldo positivo na comparação entre as duas espécies de fundacionismo o fato de a concepção modesta “permitir que as crenças básicas possam ser crenças sobre o mundo externo, em vez de restringi-las a crenças sobre os estados internos próprios de uma pessoa” como é sustentado pelo fundacionismo cartesiano. Essa diferença estabelece a virtude em favor do fundacionismo modesto de “encontrar uma fundação ampla o suficiente para o nosso conhecimento do mundo”. Por derradeiro, resta claro que para o fundacionismo cartesiano “as crenças sobre o mundo exterior são bem-fundadas somente se elas estão baseadas em crenças sobre os estados mentais”, enquanto para o fundacionismo modesto “as crenças sobre o mundo exterior são bem-fundadas mesmo que não se tenha nenhuma crença sobre os estados experienciais”.⁵⁶

1.1.2 Coerentismo

Uma segunda concepção internista é o *coerentismo* (*rectius*: teorias coerentistas da justificação) cuja característica principal é de que “toda crença justificada é justificada em virtude de suas relações com outras crenças. Em outras palavras, não existem crenças fundacionais ou básicas”. Para eles, a “justificação é uma

⁵⁵ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 78.

⁵⁶ SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 77.

questão mais sistemática e holística, que cada crença é justificada pela maneira como ela se encaixa no sistema inteiro de crenças”.⁵⁷

Diante disso, o processo de justificação se dá entre crenças. Crenças justificando crenças independentemente das experiências do sujeito epistêmico.⁵⁸

Não admitir o papel justificador de experiências tem sido apontado como um dos problemas das teorias coerentistas.

Richard Feldman formula vários exemplos para mostrar a suscetibilidade do entendimento de que apenas crenças justificam crenças sem o concurso justificador dos dados da experiência.

A restrição da justificação segundo esses ditames coerentistas faz o referido autor erigir a ‘Objeção do Isolamento’ que ilustrado pelos exemplos apresentados por ele culminou na formulação do ‘Argumento do Isolamento’.⁵⁹

Um dos exemplos que serviu de base para a formulação do ‘Argumento do Isolamento’, considerou duas pessoas, S e S’. S dotado de um sistema de crenças completamente coerente enquanto jogava basquete profissional. S’ dotado de imaginação exacerbada é professor de filosofia que durante as suas aulas acredita estar jogando basquete e também tem as mesmas crenças que S. Segue-se daí que o sistema de crenças de S’ é coerente como o sistema de crenças de S. Richard Feldman pondera que de acordo com o coerentismo as crenças de S’ estão justificadas haja vista as mesmas formarem um sistema coerente. Essa conclusão causa as seguintes perplexidades:

⁵⁷ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 78.

⁵⁸ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003,, p. 69: “Ele omite de sua explicação da justificação algo que parece absolutamente central: as experiências de alguém”. Em sua versão mais simples o coerentismo caracteriza-se como propondo raciocínio circular, todavia, os coerentistas contemporâneos não são ‘lineares’ (*p* justifica *q* que justifica *r* que justifica *p*).

⁵⁹ *Ibid.*, p. 68.

De acordo com o coerentismo, as crenças de S' estão justificadas, porque formam um sistema coerente. No entanto, suas crenças são radicalmente desligadas da realidade. Não é somente que elas são falsas. Pior, elas nem sequer levam em conta a natureza de suas próprias experiências. Suas experiências - o que ele vê e sente - são as experiências de um professor. Suas crenças são as de uma pessoa em uma situação completamente diferente. Longe de estarem justificadas, elas são uma fantasia absurda.⁶⁰

Isolar o processo de justificação epistêmica pela consideração de que apenas as crenças justificam as crenças, segrega os dados oriundos das experiências perceptuais resultando em situações materializadas no exemplo teratológico em que S' tem as suas experiências perceptuais desconsideradas.

Ao final, comparando as anteriores razões do fundacionismo modesto e do coerentismo, “requerer que as crenças básicas estejam apropriadamente embasadas na experiência”, faz com que “os fundacionistas modestos evitem a Objeção do Isolamento que abala o coerentismo”.⁶¹

1.1.3 Infinitismo

Outro tipo de internismo é o *infinitismo* ou *teoria infinitista de justificação epistêmica*.⁶² Em termos de “estrutura do conhecimento e da justificação epistêmica” apresentei o

⁶⁰ *Ibid.*, p. 68.

⁶¹ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 60 e 78.

⁶² KLEIN, Peter David. TURRI, John. *Infinitism in Epistemology*. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018, p. 4: “O termo ‘infinitismo epistêmico’ foi usado por Paul Moser em 1984, e a frase ‘alegação infinitista’ foi usada por John Post em 1987. Ambos os filósofos rejeitaram o infinitismo. O Infinitismo era bem conhecido na época de Aristóteles - e ele rejeitou essa visão. Os filósofos empiristas e racionalistas dos séculos XVII e XVIII rejeitaram essa visão. Os fundacionistas e coerentistas contemporâneos rejeitam a visão. (...) Houve algum interesse recente no infinitismo, começando quando Peter Klein publicou o primeiro de uma série de artigos que defendiam o infinitismo (Klein, 1998). Mas o infinitismo permanece claramente no início do século XXI uma visão distintamente minoritária sobre a estrutura das razões”.

fundacionismo que requer uma cadeia finita e não repetitiva de razões apropriadamente estruturada, o *coerentismo* segundo o qual “apenas crenças podem justificar outras crenças”, razão pela qual “cada crença justificada depende em parte de outras crenças para a sua justificação”, caracterizando-se por uma relação em que essas crenças justificadas se encaixam com outras coerentemente, não admitindo-se a existência de crenças básicas ou fundacionais⁶³ e agora o *infinetismo* que requer uma cadeia de razões apropriadamente estruturada só que infinita e não repetitiva. Sobressai-se nesse comparativo a diferença da forma como a cadeia de razões apropriadamente são estruturadas.⁶⁴

Peter David Klein, caracteriza a justificação epistêmica em termos infinitistas como um “conjunto de razões normativamente aceitáveis” que “deve ser infinitamente longo e não repetitivo”.⁶⁵ Ou, também, o “raciocínio adequado” e o “conhecimento humano adulto exige que esteja disponível uma série infinita e não repetida de razões”.⁶⁶ E, ainda, “a visão de que uma proposição *Q* está

⁶³ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 51 e 60-61.

⁶⁴ KLEIN, Peter David. TURRI, John. *Infinetism in Epistemology*. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018, p. 1: “*Infinetismo* é uma família de opiniões em epistemologia sobre a *estrutura do conhecimento e justificação epistêmica*. Contrasta naturalmente com o *coerentismo* e o *fundacionismo*. Todas as três visões concordam que o *conhecimento* ou *justificação* requer uma *cadeia de razões apropriadamente estruturada*. Que forma pode tal cadeia tomar? Os *fundacionistas* optam por cadeias finitas não repetitivas. Os *coerentistas* (pelo menos coerentistas lineares) optam por repetir cadeias finitas. Os *infinetistas* optam por cadeias infinitas que não se repetem. Interesse apreciável no *infinetismo* como um genuíno concorrente do *coerentismo* e do *fundacionismo* desenvolveu-se apenas no início do século XXI”. Em sua versão mais simples o *coerentismo* caracteriza-se como propondo raciocínio circular, todavia, os *coerentistas* contemporâneos não são ‘lineares’ (*p* justifica *q* que justifica *r* que justifica *p*).

⁶⁵ KLEIN, Peter David. *Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons*. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, *Epistemology* (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 325: “O *infinetista* está afirmando que um conjunto de razões normativamente aceitáveis deve ser infinitamente longo e não repetitivo, se quisermos evitar as armadilhas do *fundacionismo* (arbitrariedade) e do *coerentismo* (questionando)”. O *infinetismo* também pretende responder ao trilema de Agripa.

⁶⁶ KLEIN, Peter David. TURRI, John. *Infinetism in Epistemology*. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018, p. 11: “O argumento de interrogação para o *infinetismo* pode ser assim resumido: 1. O conhecimento humano adulto

justificada para você apenas no caso de estar disponível para você uma série infinita de razões não repetitivas que favoreçam a crença de Q ".⁶⁷

A noção de infinitismo está diretamente associada aos seguintes princípios centrais para que ocorra a justificação epistêmica. É o *Princípio de Evitar a Circularidade (PEC)* e o *Princípio de Evitar a Arbitrariedade (PEA)*.

Peter David Klein formaliza os dois princípios da seguinte maneira:

*Princípio de Evitar a Circularidade (PEC)*⁶⁸

PEC: Para todo x , se uma pessoa, S , tem uma justificação para x , então para todo y , se y está na *ancestralidade evidencial* de x para S , então x não está na *ancestralidade evidencial* de y para S .

*Princípio de Evitar a Arbitrariedade (PEA)*⁶⁹

PEA: Para todo x , se uma pessoa, S , tem justificação para x , então há alguma razão, r^1 , disponível para S para x ; e há alguma razão, r^2 , disponível para S para r^1 ; etc.

requer plena justificação. (Premissa) 2. A justificação plena requer raciocínio apropriado. (Premissa) 3. O raciocínio adequado requer que esteja disponível uma série infinita e não repetida de razões. (Premissa) 4. Portanto, o conhecimento humano adulto requer que esteja disponível uma série infinita e não repetida de razões. (De 1 a 3)".

⁶⁷ KLEIN, Peter David. TURRI, John. Infinitism in Epistemology. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018, p. 6: "Para fins deste argumento, entenda o infinitismo como a visão de que uma proposição Q está justificada para você apenas no caso de estar disponível uma série infinita de razões não repetitivas que favoreçam a crença de Q ".

⁶⁸ KLEIN, Peter David. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 298: "De fato, isso pode ser capturado no que pode ser chamado de 'Princípio de Evitar a Circularidade' (PAC). PAC: Para todo x , se uma pessoa, S , tem uma justificação para x , então para todo y , se y está na ancestralidade evidencial de x para S , então x não está na ancestralidade evidencial de y para S ".

⁶⁹ KLEIN, Peter David. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 299: "Isso pode ser afirmado em um princípio, o Princípio de Evitar Arbitrariedade (PAA). PAA: Para todo x , se uma pessoa, S , tem uma justificação para x , então há alguma razão, r_1 , disponível para S para x ; e há alguma razão, r_2 , disponível para S para r_1 ; etc."

Em relação ao PEC, esclarece Peter David Klein que

por ‘ancestral evidencial’ refiro-me aos elos nas cadeias de razões, às vezes ramificadas, que sustentam as crenças. Por exemplo, se r é uma razão para p , e q é uma razão para r , então r é uma ancestral evidencial de p , e q é uma ancestral evidencial de ambos p e r . Eu não defenderei o PEC neste artigo porque ele me parece uma pressuposição óbvia de bom raciocínio. Ele pretende apenas explicitar a intuição por trás da proibição do raciocínio circular.⁷⁰

No que tange ao PEA, Tito Alencar Flores explica:

O PEA implica que somente razões são requeridas para a justificação de uma crença. Esse princípio implica, portanto, que toda teoria da justificação epistêmica necessita ser, em um certo sentido, internalista. Além disso, ele acarreta que a cadeia de razões não pode ser fechada com uma razão para qual nenhuma outra razão esteja disponível. Segundo o PEA qualquer forma de fundacionismo deve ser rejeitada.⁷¹

Essa abertura de disponibilidade quanto a razões sugere a possibilidade da existência de razões ao alcance do sujeito epistêmico ainda que não acessadas e, portanto, ainda que não tenha sido formada crença.

Esse uso da palavra ‘disponível’ em PEA recebe de Peter David Klein o seguinte destaque: “Há duas condições que devem ser satisfeitas para que uma razão esteja disponível para S . Ela deve estar disponível ‘objetivamente’ e ‘subjetivamente’”.⁷²

⁷⁰ *Ibid.*, pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 298.

⁷¹ FLORES, Tito Alencar. Infinitismo e Justificação Epistêmica. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 269.

⁷² KLEIN, Peter David. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 299-300: “Existem muitas explicações de disponibilidade objetiva. Cada uma especifica alguma propriedade normativa ou não normativa ou, talvez, uma propriedade mista que é suficiente para converter uma crença em uma razão. Por exemplo, pode-se dizer que uma crença, r , está objetivamente disponível para S como uma razão para p se (1) r tem alguma probabilidade suficientemente alta e a probabilidade condicional de p dado r é suficientemente alta; ou (2) um

Quer dizer, a razão disponível deve estar de algum modo de prontidão na esfera do sujeito epistêmico apta a ser utilizada quando for o caso (aspecto subjetivo). Porém, estar disponível nesses termos poderá não ser suficiente, pois que esse algo disponível deve ser uma boa razão⁷³ (aspecto objetivo) para acreditar em alguma coisa.

Como acentua o mencionado autor, “é esse sentido subjetivo de ‘disponibilidade’ que provocou muitas das objeções ao infinitismo”. Ele menciona: “Como pode uma mente humana ‘finita’ ter um número infinito de crenças?” A resposta do autor é “Os humanos têm muitas crenças que não são ocorrentes. É no sentido não-ocorrente de ‘crença’ que os membros de uma série infinita de razões podem estar subjetivamente disponíveis para S”.⁷⁴ Enfatiza que

O infinitismo exige que haja um conjunto infinito de proposições, de modo que cada membro esteja subjetivamente disponível para

observador imparcial e informado aceitaria *r* como uma razão para *p*; ou (3) *r* seria aceito no longo prazo, por um conjunto de pessoas adequadamente definido; ou (4) *r* é evidente para *S* e *r* torna evidente para *S*; ou (5) *r* está de acordo com os compromissos epistêmicos mais profundos de *S*; ou (6) *r* atende aos pressupostos de conversacionais adequados; ou (7) uma pessoa intelectualmente virtuosa avançaria *r* como uma razão para *p*. O infinito, *per se*, é compatível com cada uma dessas descrições de razões objetivamente disponíveis”. E, “há uma segunda característica de ‘disponibilidade’ para *S*, que é subjetiva. Pode haver uma boa razão, *r*, que está objetivamente disponível para ser usado por qualquer pessoa, mas a menos que seja apropriadamente preenchido com as próprias crenças de *S*, *r* não estará subjetivamente disponível para *S*. Em um sentido apropriado a ser discutido mais tarde, *S* deve ser capaz de considerar *r*”.

⁷³ *Ibid.*, p. 300: “Pode haver uma boa razão, *r*, que está objetivamente disponível para ser usada por qualquer pessoa, mas a menos que está apropriadamente ligada às crenças de *S*, *r* não estará subjetivamente disponível para *S*. No sentido apropriado a ser discutido mais tarde, *S* deve ser capaz de considerar *r*”.

⁷⁴ KLEIN, Peter David. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 300: “Aproximadamente, mas espero que seja bom o suficiente para os propósitos deste artigo, permita-nos dizer que *S* acredita que *p* apenas no caso em que *S* afirmaria que *p*, ou endossaria *p* de outra forma, talvez em voz baixa, em algumas circunstâncias apropriadamente restritas. Por exemplo, *S* pode não estar pensando agora que ela está em Montana no meio do inverno olhando nuvens escuras se reunindo, mas se for perguntado por que ela acredita que uma nevasca é emanente, ela conscientemente afirmará que está em Montana no meio do inverno olhando nuvens escuras se reunindo. O ponto é que ela tem a crença antes mesmo de formar o pensamento consciente”.

nós. Isso exige que tenhamos a capacidade de formar crenças sobre cada membro. Não exige que já tenhamos formado essas crenças.⁷⁵

Em resumo, o infinitismo caracteriza-se pelo conjunto encadeado de razões de número infinito e não repetidas disponíveis para o sujeito epistêmico formar uma determinada crença.

Assim, sob a perspectiva da teoria internista de justificação epistêmica, o fundacionismo, o coerentismo e o infinitismo disputam entre si o status de ser a pretensão que melhor explica a estrutura da justificação.

Dentro da perspectiva internista Earl Conee e Richard Feldman afirmam que “nosso candidato favorito é o evidencialismo”.⁷⁶ E, nesse sentido, o ‘internismo’ é sinônimo de ‘evidencialismo’ em quaisquer de suas versões: fundacionismo, coerentismo e infinitismo, ao considerar que somente fatores internos a mente do sujeito epistêmico e disponíveis estão aptos a oferecer justificação. O *fundacionismo* é mais inclusivo que os seus concorrentes, pois além de crença gerar crença, crença justificar crença, outros itens são aceitos, tais como: dados dos sentidos. Para o *coerentismo* só crenças justificam crenças, ou seja, só crença é evidência. E, para o *infinitismo*, somente crenças justificam crenças, isto é, somente crença é evidência.

1.2 Externismo

Passo a abordar agora o *externismo* ou a *teoria externista da justificação* e do conhecimento. Quais são os fatores que propiciam a justificação epistêmica ou o conhecimento? Essa pergunta não

⁷⁵ KLEIN, Peter David. Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons. *Noûs*, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325 Published by: Wiley, 1999, p. 308.

⁷⁶ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 64.

está apenas subjacente ao internismo mas também ao externismo. Ao passo que a exigência de acessibilidade sobre o que confere justificação é um aspecto caro para o internismo, para o externismo é irrelevante.⁷⁷

Tanto o internismo quanto o externismo interessam-se sobre “quais estados, eventos e condições podem contribuir para a justificação epistêmica - o tipo de justificação que, com força suficiente, é uma condição necessária para o conhecimento”.⁷⁸ Enquanto para o internismo interessa os fatores encontrados dentro da mente, o externismo “localiza alguma característica importante da justificação de uma crença fora da mente daquele cuja crença é justificada”. Para aquele a justificação é determinada por fatores internos, para este os fatores externos é que são determinantes.⁷⁹

Essa separação contudo não tem o condão de fazer com que o externismo exclua do âmbito de seu interesse os fatores internos ao sujeito epistêmico ou o seu acesso cognitivo por reflexão. William Alston situa a divergência entre o internismo e o externismo a “certas condições conducentes à verdade, às quais não se pode esperar que um sujeito descubra apenas por reflexão”.⁸⁰

⁷⁷ MOSER, Paul K.. Epistemology. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 276-277: “O *internismo* em relação à *justificação* preserva um requisito de *acessibilidade sobre o que confere justificação*, enquanto o *externismo* epistêmico rejeita essa exigência”.

⁷⁸ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3 Internalism Defended. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 54.

⁷⁹ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 46. GRAYLING, A. C. Epistemology. The Blackwell Companion to Philosophy, Second Edition. Edited by Nicholas Bunnin, E. P. Tsui-James. Blackwell Publishers Ltd, 2003, p. 43: “O *externismo* é a perspectiva de que o que torna S justificado em acreditar que p poderia não ser algo ao qual S tem acesso cognitivo. Poderia ser que os fatos no mundo são como S crê que sejam, e isso certamente é a causa que fez S acreditar neles assim como são, pelo estímulo de seus receptores sensórios, de um modo correto. S não precisou estar consciente de que essa é a maneira como suas crenças são formadas. Assim, S poderia estar justificado ao acreditar que p, sem mais”.

⁸⁰ ALSTON, William. Chapter 10 Perceptual Knowledge. In The Blackwell Guide to Epistemology. John Greco and Ernest Sosa. Massachusetts, 1999, p. 228.

1.2.1 Teoria Causal

Uma primeira *teoria externista* do conhecimento a ser considerada é a *teoria causal* centrada em Alvin Goldman como um de seus expoentes.

De acordo com a teoria causal uma “crença verdadeira é caso de conhecimento quando o fato que dá origem à crença está *causalmente conectado* à crença de um modo conveniente.”⁸¹

Dessa afirmação depreende-se que a crença verdadeira que será o caso de conhecimento é uma consequência meramente de um tipo de ligação que atua como uma resposta da conexão entre o fato do mundo exterior e a crença formada em face desse fato. Há um tipo especial de ligação entre o fato do mundo exterior e a crença formada. Esse fato conduz de maneira inexorável à determinada crença. Em uma interpretação a *contrario sensu*, se há uma crença falsa é porque não há essa conexão com algum fato, seja por ausência de causação ou por causação inadequada. Em formulação da teoria causal por Richard Feldman, é possível detectar que a “condição de justificação é substituída pela necessidade de conexão causal”. Essa teoria também tem a pretensão de eliminar “a quarta condição designada em lidar com os exemplos de Gettier”: “*S* sabe que *p* sse a crença de *S* em *p* é causada pelo fato *p*”. Tal formulação explicita a relevância da conexão causal implicando que o conhecimento não está sempre associado a posse de razões, mas ao fator que é a causa da crença.⁸²

No artigo *A Causal Theory of Knowing*, Alvin Goldman trata da teoria que ora se examina, fazendo os seguintes comentários acerca da mesma:

⁸¹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 105.

⁸² FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 82.

Para ver que esta exigência é satisfeita em todos os casos de conhecimento (empírico), devemos examinar uma variedade de tais conexões causais. Claramente, apenas um esboço dos tipos importantes de casos é possível aqui. Talvez o caso mais simples de uma cadeia causal conectando algum fato p com a crença de alguém de que p seja o da percepção. Desejo esposar uma versão da teoria causal da percepção, em essência a defendida por H. P. Grice. Suponha que S veja que há um vaso à sua frente. Como isso pode ser analisado? Não tentarei uma análise completa disso, mas uma condição necessária de S ao ver que há um vaso à sua frente é que existe um certo tipo de conexão causal entre a presença do vaso e o fato de S acreditar que um vaso está presente. Não tentarei descrever este processo causal em detalhes. De fato, em grande parte, uma descrição desse processo deve ser considerada como um problema para as ciências especiais, não para a filosofia. Apenas um certo processo causal – a saber –, aquilo que ocorre normalmente quando dizemos que fulano vê que tal e tal deve ocorrer. Que nosso conceito comum de visão (isto é, o conhecimento adquirido pela visão) inclui uma exigência causal é mostrado pelo fato de que, se o processo causal relevante estiver ausente, nós não afirmariamos que fulano viu tal e tal coisa.⁸³

A ênfase de Alvin Goldman, como pode ser constatado acima, para com o conhecimento perceptual mostra os “méritos da teoria causal” ao tratar com “exemplos comuns”. Comumente “existe uma conexão causal entre fatos que conhecemos e nossas crenças nesses fatos”.⁸⁴ Ocorre que o conhecimento não se restringe a “fatos observáveis específicos no mundo”. Do contrário, como seriam explicados os casos de conhecimento acerca de generalizações como é o caso da sentença que enuncia a proposição ‘todos os homens são mortais’?⁸⁵

⁸³ GOLDMAN, Alvin. A Causal Theory of Knowing. *Journal of Philosophy*. Vol. LXIV. N. 12. (Jun. 22, 1967), p. 357-372. See also David Armstrong, *Belief, Truth and Knowledge* (London: Cambridge University Press, 1973, p. 358-359.

⁸⁴ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 82 e 86.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 84-85.

Richard Feldman sublinha que “o problema é que as generalizações não parecem ser causas”. O fato representado pela proposição ‘todos os homens são mortais’ não causa a crença de que ‘todos os homens são mortais’. Consequentemente, não há aqui uma conexão apropriada entre o aspecto factivo e a crença. Não há, portanto, conexão causalmente determinada entre fato e crença de modo conveniente.⁸⁶

Como explicar, então, o conhecimento a respeito da proposição ‘todos os homens são mortais’? Nesse particular, é a “crença em instâncias específicas de mortalidade (e outras informações) que causam a crença”.⁸⁷

A par desse caso, Richard Feldman apresenta casos paradigmáticos que visam demonstrar a insuficiência da teoria causal. Esses exemplos acabam por demonstrar a ocorrência de situações em que o sujeito epistêmico sabe que “algo aconteceu” mesmo estando “enganado sobre como isso aconteceu”. Há circunstâncias em que “pode haver conhecimento sem conexões causais” e em outros exemplos que “pode haver conexões causais sem conhecimento”.⁸⁸

A despeito da existência de exemplos que apontam para a correção da teoria causal, há contraexemplos que demonstram que em algumas circunstâncias alguém pode ter conhecimento sem conexão causal entre fato e crença, e, em outro contexto pode ocorrer falta de conhecimento ainda que exista conexão causal entre fato e crença.

1.2.2 Teoria do Rastreamento

Passo a tratar agora de uma segunda teoria externista em epistemologia, qual seja, a *teoria de rastreamento* do

⁸⁶ *Ibid.*, p. 84-85.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 84-85.

⁸⁸ *Ibid.*, p. 85 e 105. Para contraexemplos, ver páginas 84 a 86.

conhecimento. Nos termos dessa teoria, “uma pessoa tem conhecimento de uma proposição particular quando as suas crenças sobre essa proposição rastreiam sua verdade (desde que a pessoa use o mesmo método de formação de crença).”⁸⁹

Robert Nozick assume a tarefa de formular condições adicionais para que algo possa ser caracterizado como conhecimento a partir das condições de que p é verdadeiro e que S acredita que p . Nessa trajetória ele formula uma terceira e quarta condições no modo subjuntivo:

Condições para o Conhecimento

Nossa tarefa é formular mais condições para ir ao lado de

(1) p é verdadeiro

(2) S acredita que p .

(...)

Deixe-nos considerar uma terceira condição diferente:

(3) Se p não fosse verdade, S não acreditaria que p .

Por todo este trabalho, vamos escrever o subjuntivo ‘se-então’ por uma flecha, e a negação de uma sentença precedida por ‘não-’. A condição acima é assim reescrita como:

(3) $\text{não-}p \rightarrow \text{não-}(S \text{ acredita que } p)$.

Esta condição subjuntiva não está relacionada com a condição causal.

(...)

Para ter certeza, as condições 1 e 2 nos dizem que p é verdadeiro e ele acredita que p , mas não se segue que sua crença de que p é sensível a p ser verdadeiro. Essa sensibilidade adicional nos é dada por um subjuntivo adicional: se p fosse verdadeiro, ele acreditaria que p .

(4) $p \rightarrow S \text{ acredita que } p$.

Não só p é verdadeiro e S acredita que p , mas se fosse verdade, ele acreditaria que p .⁹⁰

⁸⁹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 105.

⁹⁰ NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. Fourth Printing, 1982, p. 172 e 176.

Como se depreende do texto acima, ‘ p ser verdadeiro’ e ‘ S acreditar que p ’ não é suficiente e disso não se segue que a crença de S de que p é sensível a verdade de que p . Para solucionar isso Robert Nozick considera adicionar sensibilidade através da adição do seguinte enunciado que contém uma proposição no modo subjuntivo: ‘se p fosse verdadeiro, ele acreditaria’. O resultado é que agora além de p ser verdadeiro e S acreditar que p , se p fosse verdade S acreditaria que p .

Jennifer Nagel⁹¹ chama a atenção para o fato de que das quatro condições que compõem a estrutura básica da teoria de rastreamento do conhecimento as condições (1) e (2) “são sobre o que realmente está acontecendo”, enquanto as “condições (3) e (4) são condicionais subjuntivas cobrindo o que aconteceria mesmo em circunstâncias um pouco diferentes das reais”.⁹²

Prossegue Jennifer Nagel, explicitando que as “condições (3) e (4) são as condições de ‘rastreamento’ do conhecimento: para que uma crença verdadeira conte como conhecimento, ela deve ser formada de modo a rastrear os fatos”.⁹³

⁹¹ NAGEL, Jennifer. *Knowledge: A Very Short Introduction*. UK: Oxford University Press, 2014, p. 63. Jennifer Nagel resume a teoria de rastreamento do conhecimento, da seguinte maneira: “ S sabe que p se e somente se: (1) p é verdadeiro; (2) S acredita que p ; (3) Se p não fosse verdade, S não acreditaria que p ; (4) Se p fosse verdade, S acreditaria que p ”.

⁹² *Ibid.*, p. 63-64. “De acordo com a condição (3), sua crença de que, digamos, você está lendo um livro deve ser formada de uma maneira que seria geralmente sensível a situações em que você não está lendo: tem que ser o caso que você não acredite que você estava lendo, se na verdade você não estava. *A pessoa que tem ilusões constantes de leitura não sabe que está lendo, mesmo quando está.* Enquanto isso, de acordo com a condição (4), sua crença de que você está lendo agora deve ser formada de uma maneira que o torne, em geral, alerta para a atividade positiva da leitura. Não pode ser um golpe casual que você esteja certo sobre o que está fazendo desta vez; você tem que ser geralmente uma testemunha confiável sobre se está lendo para saber agora, neste caso, que você está”.

⁹³ NAGEL, Jennifer. *Knowledge: A Very Short Introduction*. UK: Oxford University Press, 2014, p. 63-64: “Aqui está a ideia fundamental por trás da teoria externista de conhecimento de Nozick: a pessoa que sabe algo não apenas tem a resposta certa para determinada pergunta, mas também responderia a essa pergunta em particular da maneira certa, mesmo que a resposta fosse diferente. Imagine uma médica que lhe diga que você contraiu Hepatite A. Se esta médica apenas disser isso cegamente para todos os pacientes que ela tem, errando na maior parte das vezes, então ela não conta como sabedora que você tem a doença (mesmo que ela esteja certa, e você tiver a doença). Para contar como conhecimento, sua médica deveria dar um diagnóstico positivo aos pacientes infectados, mas não aos que estão bem. O que a teoria de Nozick diz é que não há nada mais para o conhecimento do que isso: se você tem a tendência de acreditar em algo quando é verdade e não

Relembrando, “desde que a pessoa use o mesmo método de formação de crença”.⁹⁴

Robert Nozick considera que os métodos de formação de crença devem receber um tratamento explícito conjuntamente com as considerações até então realizadas, nesse sentido assevera:

Maneiras e Métodos

A quarta condição diz que, se p fosse verdade, a pessoa acreditaria que p.

(...)

Claramente, devemos reafirmar nossas condições para tornar explícita a explicação da maneira e do método de chegar à crença. Vamos definir uma locução técnica, S sabe, via método (ou maneira de acreditar) M, que p:

- (1) p é verdadeiro.
- (2) S acredita, via método ou maneira M de chegar a acreditar que p.
- (3) Se p não fosse verdade e S fosse usar M para chegar a uma crença se (ou não) p, então S não acreditaria, através de M, que p.
- (4) Se p fosse verdadeiro e S usasse M para chegar a uma crença se (ou não) p, então S acreditaria, através de M, que p.⁹⁵

Essa questão do método está relacionada a ideia de que “para conhecer uma proposição, você deve ser um rastreador da verdade da proposição quando você adere ao mesmo método para formar a crença sobre ela”.⁹⁶

acreditar quando é falso, então você sabe disso. A teoria não impõe nenhuma condição especial sobre a consciência de suas razões ou fundamentos. A médica que tem instintos diagnósticos muito confiáveis sobre a Hepatite A, mesmo que ela não possa explicar exatamente quais as características do paciente, ela o está diagnosticando, isso contará como conhecimento se você tem a doença quando ela corretamente diagnostica você. Ela pode até contar como sabedora se ela tem uma ideia errada acerca de como está decidindo. Suponha que ela ache que está contando com os relatórios do laboratório quando seus julgamentos se baseiam em sinais sutis no tom da pele e no cheiro de seus pacientes: a teoria do rastreamento diz que, enquanto seus diagnósticos realmente rastream se os pacientes infectados têm a doença, então ela ainda conta como sabedora que eles têm a doença”.

⁹⁴ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 105.

⁹⁵ NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. Fourth Printing, 1982, p. 179 e 186.

⁹⁶ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 88.

Com essa resumida visão do todo, é possível notar que a teoria de rastreamento do conhecimento “substitui a condição de justificação e a condição de Gettier pela requisição de rastreamento” funcionando de maneira razoável para casos mais simples.⁹⁷

Ocorre que a teoria de rastreamento do conhecimento sofre objeções no sentido de que rastrear não é necessário para o conhecimento. Essas objeções são apresentadas por Richard Feldman em contextos exemplares que mostram casos em que as “pessoas podem ter conhecimento sem serem rastreadoras da verdade e podem ser rastreadoras da verdade sem terem conhecimento”.⁹⁸

1.2.3 Confiabilismo

Outra *teoria externista* é o *confiabilismo* que não raramente é “formulado como uma teoria de justificação e não como uma teoria do conhecimento”. Segundo essa teoria uma “crença está justificada desde que resulte de um processo de formação de crença que conduza confiavelmente a crenças verdadeiras”.⁹⁹

Alvin I. Goldman parte do pressuposto de que em epistemologia considera-se que se uma “pessoa tem uma crença justificada, ele sabe que ela é justificada e sabe qual é a justificação”. Por esse ângulo considera-se ainda “que a pessoa possa expor ou explicar qual é a sua justificação”. Consequentemente, “estuda-se a natureza da crença justificada considerando o que uma pessoa pode dizer se for solicitada a defender ou justificar a sua crença”, funcionando a justificação

⁹⁷ *Ibid.*, p. 87.

⁹⁸ *Ibid.*, p. 105.

⁹⁹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 105.

como um conjunto de razões ou um argumento que ao defender uma crença oferece suporte à mesma.¹⁰⁰

Esse autor, entretanto, não assume esse entendimento. Para ele “uma crença justificada recebe seu status de estar justificada de alguns processos ou propriedades que a justificam”. Existiriam “processos ou propriedades que conferem justificação” à crença sem que isso implique a existência de “argumento, ou razão, ou qualquer outra coisa, ‘possuída’ no momento da crença daquele que acredita”.¹⁰¹ É nesse sentido que Richard Feldman constata que o “confiabilismo é de certa forma similar a teoria do rastreamento, embora existam diferenças importantes”.¹⁰²

A eloquência que o confiabilismo pretende ter é que as pessoas em geral adquirem crenças perceptuais justificadas sem que tenham “ideia do que ou como justifica” as suas crenças. As pessoas em geral sequer consideram “alguma ligação epistêmica entre as experiências sensoriais que dão origem à sua crença e a própria crença, nem sobre quão bem a crença é coerente com as outras que ele tem”.¹⁰³

¹⁰⁰ GOLDMAN, Alvin I. What Is Justified Belief? In *Justification and Knowledge*. George S. Pappas (ed.) 1-23. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979, p. 2: “Frequentemente *supõe-se* que sempre que uma pessoa *tem uma crença justificada*, ela *sabe que ela é justificada e sabe qual é a justificação à crença*. Supõe-se ainda que a pessoa possa *afirmar ou explicar qual é a sua justificação*. Nesta visão, uma *justificação* é um argumento, defesa ou conjunto de razões que podem ser dadas em apoio a uma crença. Assim, estuda-se a *natureza da crença justificada* considerando o que uma pessoa pode dizer se for solicitada a defender ou justificar sua crença”.

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 2: “Eu não faço nenhum desses tipos de suposições aqui. Eu deixo uma questão em aberto se, quando uma crença é justificada, aquele que crê sabe que está justificado. Eu também deixo uma questão em aberto se, quando uma crença está justificada, aquele que crê pode declarar ou dar uma justificação para isso. Eu nem mesmo assumo que, quando uma crença está justificada, há algo ‘possuído’ por aquele que crê que pode ser chamado de ‘justificação’. Eu assumo que uma crença justificada recebe seu status de estar justificada por alguns processos ou propriedades que a justificam. Em suma, deve haver alguns processos ou propriedades que conferem justificação. Mas isso não implica que deve haver um argumento, ou razão, ou qualquer outra coisa, ‘possuído’ no momento da crença por aquele que crê”.

¹⁰² FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 90.

¹⁰³ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 48.

A questão passa a ser, então, quais processos que formam ou preservam crenças conferem justificação? De acordo com Alvin I. Goldman “os processos perceptuais normais, recordação, bom raciocínio e introspecção” conferem justificação racional porque têm em comum a confiabilidade.¹⁰⁴

E, em que consiste a confiabilidade? Esse mesmo autor responde que é a “tendência de um processo para produzir crenças que são verdadeiras ao invés de falsas”. Assim, o processo que funciona produzindo mais crenças verdadeiras do que crenças falsas outorga-lhe o status justificacional.¹⁰⁵

O processo formador ou preservador de crenças caracteriza-se como uma “operação ou procedimento funcional” que produz um “mapeamento de certos estados - '*inputs*' - em outros estados - '*outputs*'.” Os ‘dados de saída’ (*outputs*) são “estados de crer nesta ou naquela proposição num dado momento”. Alvin I. Goldman, adverte que nessa linha esse ‘processo’ é uma ‘processo tipo’ (*process type*) e não um processo exemplar (*process token*) haja vista que apenas os “tipos têm propriedades estatísticas, como a de produzir a verdade 80% das vezes; e são exatamente tais propriedades que determinam a confiabilidade do processo”.¹⁰⁶

Com isso, afirmar que um processo causa uma crença é dizer que essa foi “causada pelos *inputs* particulares do processo (e pelos eventos intervenientes ‘através dos quais’ o processo funcional leva os *inputs* aos *outputs*) na ocasião em questão”. Nesse sentido, os dados de entrada (*inputs*) do processo perceptual normal causa uma determinada crença que corresponde aos dados de saída (*outputs*), v.g., o de que estou vendo uma parede na minha frente. Os dados de entrada (*inputs*) do processo de recordação causa uma determinada crença que corresponde aos dados de saída (*outputs*),

¹⁰⁴ GOLDMAN, Alvin I. What Is Justified Belief? In *Justification and Knowledge*. George S. Pappas (ed.) 1-23. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979, p. 8.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 8.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 11.

por exemplo, o de que hoje tomei café da manhã. Os dados de entrada (*inputs*) do processo de introspecção causa uma determinada crença que corresponde aos dados de saída (*outputs*), por exemplo, o de que neste momento estou com sono.¹⁰⁷ Os dados de entrada (*inputs*) do processo de raciocínio ou inferência causa uma determinada crença que corresponde aos dados de saída (*outputs*), por exemplo, no caso do fechamento epistêmico em que o “cético assume que o conhecimento é fechado sob implicação lógica conhecida” esse a partir dos dados de entrada (*inputs*) “Se S sabe que p e S sabe que p implica q ” acreditará (nos dados de saída: *outputs*) que “então S também sabe que q ”.¹⁰⁸ E, assim, sucessivamente.

Em que pese as interessantes intuições apresentadas pela teoria confiabilista, há algumas objeções apresentadas.

Stewart Cohen¹⁰⁹, por exemplo, reputa que a *confiabilidade* tida como critério utilizado, segundo Alvin I. Goldman, para distinguir entre processos que conferem justificação dos processos que não conferem justificação, tem a sua fragilidade aflorada quando submetida à hipótese do mundo demoníaco, onde, sob a perspectiva da justificação epistêmica, “os processos cognitivos que ele relaciona são indistinguíveis”. Para ilustrar isso, Stewart Cohen apresenta o seguinte caso:

Assim, podemos imaginar *dois habitantes deste mundo*, *A*, que é um *bom pensador*, i.e., raciocina de acordo com os cânones da inferência indutiva, e *B*, que se envolve em *raciocínio confuso*, pensamento desejoso, confiança em apegos emocionais, adivinhação, etc. Uma vez que as crenças de *A* e *B* são *ambas produzidas por processos não confiáveis* (o demônio maligno vê

¹⁰⁷ GOLDMAN, Alvin I.. What Is Justified Belief? In Justification and Knowledge. George S. Pappas (ed.)1-23. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979, p. 11.

¹⁰⁸ NOZICK, Robert. Philosophical Explanations. Cambridge: Harvard University Press, 1981. Fourth Printing, 1982, p. 204. Naturalmente não estou entrando no mérito do problema do princípio do fechamento, apenas assumindo como um caso de raciocínio.

¹⁰⁹ COHEN, Stewart. Justification and Truth. Philosophical Studies, 46, 1984, by D. Reidel Publishing Company, p. 283.

isso), uma *teoria confiabilista da justificação* deve apresentar avaliações epistêmicas idênticas de ambos os conjuntos de crenças.

Obviamente, *isso não pode estar correto*. As crenças de A são condicionadas pela evidência enquanto as crenças de B não são. A é um bom pensador, enquanto B não é. As crenças de A são razoáveis, enquanto as crenças de B não são. Existe uma diferença epistêmica fundamental entre as crenças de A e as crenças de B. Mas o confiabilista não tem os meios teóricos para mostrar essa diferença.

Eu diria que a distinção entre as crenças de A e B é marcada precisamente pelo conceito de crença justificada. As crenças produzidas por bom raciocínio são casos paradigmáticos de crenças justificadas e crenças alcançadas através de raciocínio falacioso ou arbitrário são casos paradigmáticos de crença injustificada.

Se o raciocínio resulta ou não em crença falsa, mesmo que isso aconteça mais frequentemente do que não, é irrelevante para a questão de se o raciocínio é bom.¹¹⁰

Outro autor que apresenta objeção ao confiabilismo é Richard Feldman ao exemplificar com o caso em que “Brian é uma pessoa normal com crenças acuradas e bem justificadas sobre o mundo a sua volta. Brain é uma duplicata mental de Brian”. As experiências e crenças de Brain “são análogas as de Brian”. Assim, “Brian está certo sobre cada uma dessas coisas, como ele geralmente está. Pobre Brain, está sempre errado”. É que as crenças de Brain (o cérebro na cuba) são ilusões oriundas de “estímulos que chegam ao cérebro” como “resultados de impulsos gerados por computador”.¹¹¹

O problema nesse caso está em que, se de um lado sob a perspectiva *standard* “nós temos conhecimento”¹¹², então os “processos de formação de crenças de Brian são extremamente

¹¹⁰ COHEN, Stewart. Justification and Truth. *Philosophical Studies*, 46, 1984, by D. Reidel Publishing Company, p. 283.

¹¹¹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 94.

¹¹² *Ibid.*, p. 8.

confiáveis” (Brian tem crença justificada e conhecimento), de outro, parece que Brain é razoável como Brian, todavia, “os processos que Brain utiliza para formar suas crenças rotineiramente levam a crenças falsas”. Nesse caso, Brain está dotado de um processo formador de crenças que não é confiável o que implica que nesse caso há um resultado errado na aplicação da teoria confiabilista de Goldman, pois, segundo o confiabilismo, as “crenças de Brain são injustificadas, quando na verdade elas são justificadas”.¹¹³

O processo de aquisição de crenças que é confiável para Brian não é confiável para Brain. Esse é um caso em que “dois crentes que se encontram no mesmo estado interno”, já que são “duas pessoas que crêem na mesma coisa pelas mesmas razões”, acabam por ter justificção diferente para as mesmas crenças.¹¹⁴

Esse e outros contraexemplos apresentados por Richard Feldman expõem as dificuldades da teoria confiabilista que resulta em casos de “crenças justificadas podem resultar de processos geralmente não confiáveis e processos confiáveis podem produzir crenças não justificadas (dadas suposições adequadas sobre quais processos são relevantes).”¹¹⁵

1.2.4 Teoria da Função Apropriada

Como última *teoria externista*, passo agora a expor a *teoria da função apropriada* em que “uma crença está justificada desde que resulte da função apropriada do sistema cognitivo daquele que acredita”.¹¹⁶

Na formulação de Alvin Plantinga a teoria da função apropriada recebe a seguinte conformação:

¹¹³ *Ibid.*, p. 94.

¹¹⁴ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 99.

¹¹⁵ *Ibid.*, p. 105.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 105.

Com o propósito de concluir a recapitulação, portanto: como eu a vejo, uma crença tem garantia [*warrant*] para mim somente se (1) foi produzida em mim por faculdades cognitivas que estão funcionando apropriadamente (funcionando como deveriam, sem estarem sujeitas a disfunções cognitivas) em um ambiente cognitivo que é apropriado para meus tipos de faculdades cognitivas (2) o segmento do plano do projeto que governa a produção dessa crença objetiva à produção de crenças verdadeiras, e (3) existe uma alta probabilidade estatística de que uma crença produzida sob essas condições seja verdadeira. Sob essas condições, além disso, o grau de garantia [*warrant*] é uma função crescente do grau de crença.¹¹⁷

O apelo a garantia¹¹⁸ de uma crença relacionada com o funcionamento apropriado dos nossos sistemas cognitivos não implica que eles sempre funcionem bem e sob quaisquer condições. Richard Feldman, ao analisar a teoria da função apropriada, extrai da mesma que “somos projetados para utilizar a percepção e a memória”, fazer inferências de determinadas espécies, ainda que ocasionalmente nossos sistemas não tenham um bom funcionamento. De acordo com isso é preciso que o sistema cognitivo de alguém esteja funcionando apropriadamente ou adequadamente para produzir uma crença justificada. Consequentemente a teoria da função apropriada necessita de um funcionamento apropriado do sistema cognitivo do sujeito epistêmico.¹¹⁹

Além do sistema cognitivo de alguém estar funcionando apropriadamente, também é necessário para produzir uma crença

¹¹⁷ PLANTINGA, Alvin. *Warrant and Proper Function*. Oxford: Oxford University Press, 1993, p. 46-47.

¹¹⁸ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 100-101: “1) Plantinga fala sobre ‘garantia’ [*warrant*] ao invés de ‘justificação’ na passagem citada. Vamos considerar esses termos como equivalentes, embora Plantinga possa ter se interessado em analisar um conceito de justificação um pouco diferente. Talvez seja melhor dizer que estamos adaptando as ideias de Plantinga a uma teoria da justificação”.

¹¹⁹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 100.

justificada um ambiente cognitivo apropriado aos tipos de faculdades cognitivas. O binômio ‘funcionamento apropriado’ e ‘ambiente apropriado’ estão umbilicalmente ligados com as faculdades cognitivas. Não haverá garantia da crença se houver ‘funcionamento apropriado’ das faculdades cognitivas e não houver ‘ambiente apropriado’ às faculdades cognitivas. Como, também, não haverá crença garantida se houver ‘ambiente apropriado’ às faculdades cognitivas e não houver ‘funcionamento apropriado’ das faculdades cognitivas. E, com mais razão, não haverá crença garantida se não houver ‘ambiente apropriado’ às faculdades cognitivas e não houver ‘funcionamento apropriado’ das faculdades cognitivas.

Relativamente à cláusula ‘(2) o segmento do plano de projeto que governa a produção dessa crença objetiva à produção de crenças verdadeiras’ de Alvin Plantinga, Richard Feldman chama a atenção de que “nós não fomos projetados para formar apenas crenças epistemicamente razoáveis”. No que respeita à cláusula ‘(3) existe uma alta probabilidade estatística de que uma crença produzida sob essas condições seja verdadeira. Sob essas condições, além disso, o grau de garantia é uma função crescente do grau de crença’, Richard Feldman extrai através de interpretação a presença de uma “condição de confiabilidade geral”.¹²⁰

Diante disso, a teoria da função apropriada de Alvin Plantinga é exposta a objeções. Richard Feldman apresenta exemplo de um ‘confiabilismo acidental’ em que uma “variação de um exemplo que Plantinga utiliza para criticar o confiabilismo parece aplicar-se a sua própria teoria”. Outra objeção diz respeito a distinção entre ‘função apropriada e boa função’. Nessa linha, um sistema cognitivo com função apropriada dir-se-ia que funcionaria apropriadamente no sentido de funcionar conforme foi projetado, porém, isso não é garantia de que o sistema funciona ou

¹²⁰ *Ibid.*, p. 101.

funcionará bem. Como qualquer outra coisa, um sistema cognitivo pode funcionar apropriadamente conforme foi projetado sem que isso garanta a sua boa funcionalidade. Nesse ângulo afirma Richard Feldman:

C2. Função Apropriada e Boa Função.

Há uma diferença entre alguma coisa funcionando como foi projetada para funcionar e seu bom funcionamento. Um sistema pobremente projetado pode funcionar como projetado e ainda não funcionar muito bem.

(...)

Em outras palavras, ele funciona apropriadamente (como projetado), mas não muito bem.

Se há de fato uma distinção entre função apropriada e boa função, então há um problema para a teoria da função apropriada de justificação epistêmica. Se um sistema forma crenças justificadas quando funciona apropriadamente depende se o sistema foi bem projetado. Se ele foi um sistema bem projetado, então crenças justificadas resultarão da função apropriada. Mas se ele não foi bem projetado, então poderá haver uma divergência. Portanto, será útil considerar um sistema que não foi bem projetado.

(...)

A objeção a (PF) é que ela é uma questão inteiramente contingente se nós temos crenças justificadas quando nosso sistema funciona apropriadamente.

(...)

A condição de confiabilidade geral que está incluída na teoria não resolve esse problema.¹²¹

Igualmente apresentando objeções à teoria da função apropriada de Alvin Plantinga está Linda Zagzebski. Ela procura através de contraexemplos expor a fragilidade da teoria, conforme pode ser observado no seguinte caso:

Suponha que Mary tenha uma visão muito boa, mas não é perfeita. É boa o bastante para permitir que ela identifique o

¹²¹ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 102, 103, 105.

marido sentado em sua cadeira habitual na sala de estar a uma distância de cinco metros e meio de luz fraca (o grau de penumbra pode ser facilmente especificado). Ela fez essa identificação nessas circunstâncias muitas vezes. Todas as vezes as suas faculdades estão funcionando apropriadamente e o ambiente é apropriado para as faculdades. Não há nada incomum sobre as suas faculdades ou o ambiente nesses casos. Suas faculdades podem não estar funcionando perfeitamente, mas elas estão funcionando bem o suficiente, de modo que se ela for formar a crença ‘Meu marido está sentado na sala’, essa crença tem garantia suficiente para constituir conhecimento quando verdadeira e nós podemos assumir que quase sempre é verdade.¹²²

Linda Zagzebski ao desenvolver o cenário acima enfatiza que a crença na maioria das vezes é verdadeira porque, para Alvin Plantinga, mesmo que haja garantia em grau necessário ao conhecimento isso não implica em garantia da verdade. A par do aspecto falibilista que integra o relatado cenário a autora salienta que as faculdades cognitivas de Mary têm uma funcionalidade apropriada (funcionam apropriadamente conforme foram projetadas) suficientemente apta para produzir conhecimento e o ambiente da sala é normal sob o aspecto das faculdades cognitivas.¹²³

Para confrontar a teoria da função apropriada de Alvin Plantinga com o cenário criada por Linda Zagzebski, a mesma passa agora a considerar que

Suponhamos que Mary simplesmente identifique erroneamente a cadeira que está o irmão de seu marido. Suas faculdades podem estar funcionando tão bem quanto normalmente quando a crença é verdadeira e quando não hesitamos em dizer que isso é garantido em um grau suficiente para o conhecimento. Não é uma questão de, de repente, se tornar defeituosa, ou pelo menos,

¹²² ZAGZEBSKI, Linda, *The Inescapability of Gettier Problems*. The Philosophical Quarterly, Vol. 44, Issue 174 (Jan., 1994), pp. 65-73. Blackwell Publishing, p. 67.

¹²³ *Ibid.*, p. 67.

mais defeituosa do que o habitual, nem existe uma não correspondência entre suas faculdades e o ambiente. Ninguém está se vestindo como seu marido para enganá-la, ou qualquer coisa assim, então o ambiente não é anormal, como o caso do celeiro falso é anormal. Seu grau de garantia é tão alto quanto costuma ser quando identifica corretamente o marido, (...).¹²⁴

Claro, ela geralmente não tem motivos para suspeitar que é o irmão do marido e podemos imaginar que ela não tem motivos para suspeitar, portanto, também neste caso. Talvez ela saiba que o irmão de seu marido se parece muito com ele, mas ela não tem motivos para acreditar que ele esteja na vizinhança e, de fato, tenha fortes razões para acreditar que ele foi para a Austrália. Assim, no caso que estamos considerando, quando Mary forma a crença falsa, sua crença é tão garantida quanto suas crenças normalmente são nessas circunstâncias. A despeito das faculdades que funcionam bem e de um ambiente benigno, ela simplesmente comete um erro.¹²⁵

Acrescentando e alterando algumas informações, Linda Zagzebski passa para a gettierização do cenário:

O marido de Mary podia estar sentado do outro lado da sala, sem ser visto por ela. Nesse caso, sua crença ‘Meu marido está sentado na sala’ é verdadeira e tem garantia suficiente para o conhecimento na explicação de Plantinga, mas ela não tem conhecimento.¹²⁶

No cenário de Linda Zagzebski apresentado anteriormente e em primeiro lugar, Mary tinha crença garantida formada como de outras tantas vezes, porém a sua crença era falsa. No cenário posteriormente modificado a crença garantida era verdadeira, mas a garantia não guardava qualquer vinculação com a verdade. Destarte, em ambos os casos Mary não têm conhecimento.

¹²⁴ *Ibid.*, p. 67-68.

¹²⁵ ZAGZEBSKI, Linda, The Inescapability of Gettier Problems. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 44, Issue 174 (Jan., 1994), pp. 65-73. Blackwell Publishing, p. 68.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 68.

A teoria da função apropriada de Alvin Plantinga mostrou-se suscetível a objeções. Richard Feldman, por exemplo, expôs que “*sistemas cognitivos funcionando adequadamente podem ter crenças não justificadas*”.¹²⁷ É que funcionar adequadamente ou apropriadamente é dizer que funciona conforme foi projetado, mas desse fato não se segue que o sistema funcione bem. Aqui fica saliente a distinção entre ‘função apropriada’ e ‘boa função’.

Como foi visto, se um sistema foi bem projetado, então resultarão crenças justificadas, haja vista a função apropriada do sistema. Em contrapartida, não sendo o caso de o sistema ter sido bem projetado, então possivelmente ocorrerá alguma divergência.

De outra parte, o próprio Richard Feldman chama a atenção para a possibilidade de que “*sistemas que não estão funcionando adequadamente podem ter crenças justificadas*”.¹²⁸ Para isso cito o exemplo de Linda Zagzebski anteriormente transcrito em que o marido de Mary poderia estar sentado do outro lado na sala sem que ela o tivesse visto. Nesse cenário a crença de Mary de que ‘meu marido está sentado na sala’ seria “verdadeira e tem garantia suficiente para o conhecimento na explicação de Plantinga”, mas não seria efetivamente caso de conhecimento.

¹²⁷ FELDMAN, Richard., *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 105.

¹²⁸ *Ibid.*, p. 105.

O evidencialismo em Conee e Feldman

2.1 Algumas considerações propedêuticas acerca da justificação

Vou iniciar agora o Capítulo que trata do ponto central do presente trabalho que procura examinar a concepção evidencialista em epistemologia de Earl Conee e Richard Feldman.

Não encontrei fonte primária em que Earl Conee e Richard Feldman assumam com todas as letras esta ou aquela posição com relação à natureza da justificação epistêmica no que diz respeito a estrutura da justificação (fundacionismo, coerentismo, infinitismo). Com base no livro *Epistemology* de Richard Feldman, entretanto, em algumas passagens há sinais ou marcas que autorizam concluir por alguma simpatia ou inclinação sua relacionada a algum tipo de fundacionismo modesto, mormente quando apresenta as razões conclusivas desta vertente.¹ Em outra fonte, Earl Conee dirige loas ao fundacionismo.²

¹ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 78: “O *fundacionismo modesto* é uma teoria atraente. As conclusões centrais sobre isso são as seguintes: 1. Ao permitir *conexões não dedutivas entre crenças básicas justificadas e crenças justificadas não-básicas*, *fundacionistas modestos* são capazes de evitar o resultado que o *fundacionismo cartesiano* parece estar preso, que dificilmente qualquer crença sobre o mundo exterior estão justificadas. 2. Ao permitir que *não precisamos ser infalíveis* sobre o assunto das crenças básicas, os *fundacionistas modestos* são capazes de evitar o resultado de que existem poucas crenças básicas justificadas. 3. Ao permitir que as crenças básicas possam ser crenças sobre o mundo exterior, em vez de restringi-las a crenças sobre seus próprios estados internos, os fundacionistas modestos têm uma chance melhor do que fundacionistas Cartesianos de encontrar uma base suficientemente ampla para nosso conhecimento do mundo. 4. Exigindo que as *crenças básicas* estejam apropriadamente *ligadas às experiências*, os *fundacionistas modestos* evitam A

Sobre a natureza da justificação epistêmica, particularmente em relação à origem ou a natureza da justificação propriamente dita (internismo e externismo) Earl Conee e Richard Feldman assumem o *internismo evidencial*.³ Nesse caso, e baseado nas anteriores razões, seria um truísmo chamá-los de internistas fundacionistas quanto à origem e a estrutura da justificação.⁴

Seja como for, podemos vislumbrar a noção de evidência inserida em um cenário internista fundacionista, relacionada à

Objeção de Isolamento que mina o *coerentismo*. 5. Uma explicação mais plenamente desenvolvida das condições sob as quais uma crença é adequadamente baseada na experiência é desejável”.

² CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 39-41: “2. O que faz o fundacionismo parecer certo? Os melhores fundamentos derivam de considerações como essas: *nosso acesso cognitivo ao mundo é iniciado pela experiência sensorial*. (...) De fato, a *experiência pode anular o que de outra forma seria coerência suficiente entre as crenças*, com o resultado de que as crenças são injustificadas. (...) Além disso, a *coerência com outras crenças não pode justificar atribuindo-se a si mesma experiências que não são realmente experimentadas*. (...) Tais considerações defendem três visões fundacionistas básicas: [1º] *A justificação epistêmica das crenças requer uma comprovação adequada pela experiência*. [2º] *A experiência sensorial, por sua vez, não requer comprovação por crenças*, a fim de agir como uma restrição à crença justificada. [3º] *E a coerência entre as crenças é insuficiente para justificar essas crenças em face da experiência recalcitrante*, mesmo que o sistema inclua crenças que atribuam a si o que seriam experiências apropriadas, se as tivessem. (...) Mas certamente esse núcleo do fundacionismo é parte da verdade sobre a justificação”.

³ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 49-50: v.g., “David Annis appears in effect to dispute the *evidential internalism* advocated here”.

⁴ ICHIKAWA, Jonathan Jenkins and Steup, Matthias, The Analysis of Knowledge, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/knowledge-analysis/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017: “Conee e Feldman apresentam um exemplo de *visão internista*. Eles acreditam que a crença de S está justificada se e somente se acreditarmos que p é a atitude em relação a p que melhor se ajusta à evidência de S, onde a última é entendida como dependendo apenas dos estados mentais internos de S. Conee e Feldman chamam seu ponto de vista de ‘*evidencialismo*’ e caracterizam isso como a tese de que a *justificação é totalmente uma questão de evidência do sujeito*. Dada a sua suposição (não insubstancial) de que a *evidência que um sujeito tem é uma questão interna*, o *evidencialismo implica internismo*”. Na nota 6 desse texto é citada a seguinte bibliografia: “See Feldman & Conee 1985 and Conee & Feldman 2004 for a general presentation of their ‘evidentialist’ view; see Feldman & Conee 2001 for a distinctive focus on their internalism. For criticisms of evidentialism, see DeRose 2000, and Plantinga 1996a: 358–361, and the essays of Dougherty 2011; for criticisms of internalism more generally, see Goldman 1999 & 2009b”.

justificação como ato de justificar⁵ e as maneiras de usar a palavra justificação.⁶

Como apresentei anteriormente, ao contrário do *Fundacionismo Cartesiano* para quem o sujeito epistêmico “descreve seu estado mental interno” e suas *crenças básicas* são “sobre os nossos próprios estados mentais”, para o *Fundacionismo Modesto* as *crenças básicas* são “crenças perceptuais ordinárias sobre o mundo externo”,⁷ consequentemente, “as experiências

⁵ Talvez porque “a *noção de justificação é muito vaga*” é que Catherine Lowy in Gettier's Notion of Justification. *Mind*, New Series, Vol. 87, No. 345, pp. 105-108, (Jan., 1978), p. 105-107: observa que “Gettier é acusado por escritores que contestam seus pontos sobre justificação de confundir diferentes sentidos de justificação ou confundir justificação e noções vizinhas relacionadas à validação de crenças”. Ao realizar a defesa de Gettier a referida autora aduz que “é importante notar que Gettier usa a locução ‘S está justificado em acreditar que p’ (ao invés de, por exemplo, ‘S tem a crença justificada de que p’) consistentemente, não apenas na condição de justificação da definição, mas na formulação dos contra-exemplos cruciais e na declaração de seus pontos sobre a justificação”. Assim, prossegue a autora, “parece-me claro que, à luz do uso consistente de Gettier da locução, ‘S está justificado em acreditar que p’ que o sentido de justificação que Gettier tem em mente é o sentido em que uma pessoa está justificada em acreditar em algo. (...) Para chegar à noção de justificação de Gettier, poderíamos então perguntar: quando uma pessoa está justificada em acreditar em algo de tal maneira que os pontos de Gettier sobre a justificação se aplicam? Uma pessoa está justificada em acreditar em uma proposição quando não mais pode razoavelmente esperar dela com respeito a descobrir se essa proposição é verdadeira. Claramente, os pontos de Gettier sobre a justificação se mantêm aqui: pode haver casos em que não se pode razoavelmente esperar de uma pessoa como um buscador da verdade [*truth-seeker*] com relação a alguma proposição, e ainda assim a proposição ser falsa; e se não mais se pode esperar dela na investigação da verdade sobre o assunto com respeito a p, e ela deduz q de p, dando um passo que é a preservação da verdade, então, não se pode mais esperar dela em investigar a verdade da questão ou tanto quanto p ou q está em causa”.

⁶ Gary Gutting in Rorty's Critique of Epistemology, in Richard Rorty, Cambridge University Press, 2003, p. 44-45, afirma: “A justificação, mesmo em casos muito mais significativos e complexos, é apenas uma questão de poder dar boas razões (apresentar propostas de apoio adequadas) para a crença. Além disso, as normas que especificam ‘boas razões’ e ‘suporte adequado’ baseiam-se no acordo de uma comunidade epistêmica. (...) Para eu estar justificado em acreditar que ‘vejo uma árvore pela janela’, não é absolutamente necessário que eu realmente tenha a experiência de ver uma árvore, somente que tenho boas razões para acreditar que vejo uma árvore, isto é, que acredito em proposições que sustentam a proposição ‘vejo uma árvore’. Isso ilustra a afirmação-chave de Rorty: justificação é uma questão de dar razões, e o que é uma boa razão nunca depende sobre se tenho tido ou não um certo tipo de experiência”.

⁷ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 52-53, 71.

justificam proposições sobre o mundo exterior”,⁸ assumindo-se que ‘*experiência*’ é um “termo genérico conveniente para *eventos conscientes de todos os tipos*”.⁹

De qualquer sorte, tanto o ato de *descrever seus próprios estados mentais*, quanto o ato de *descrever experiências sobre o mundo exterior*, se o sujeito epistêmico forma crença sobre algo ele a aceita como verdadeira, pois “*acreditar em alguma coisa é aceitá-la como verdadeira*”.¹⁰

Como é cediço, não interessa à epistemologia a crença verdadeira obtida ao acaso ou por sorte, mas a crença verdadeira alcançada por meio da condição de justificação, pois como salienta Stephen Maitzen “o *objetivo final da justificação epistêmica é maximizar a crença verdadeira e minimizar a crença falsa*”.¹¹ Em verdade, esse autor inspirou-se na afirmação de William P. Alston de que a justificação epistêmica, enseja uma avaliação epistêmica “a partir do que poderíamos chamar ‘ponto de vista epistêmico’” que é “definido pelo objetivo de maximizar a verdade e minimizar a falsidade em um grande corpo de crenças”.¹²

⁸ SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 75.

⁹ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, Nota 16, p. 43.

¹⁰ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 16.

¹¹ MAITZEN, Stephen. Our Errant Epistemic Aim. *Philosophy and Phenomenological Research*. Vol. LV, No. 4, December 1995 (869-876), p. 869: “Frequentemente, a primeira questão abordada por uma *teoria da crença justificada* é o objetivo, meta, propósito ou *objetivo da justificação epistêmica*. O que, em suma, é o *ponto da justificação epistêmica*? Ou, para colocar de forma um pouco diferente, *por que avaliar a justificação*: por que vale a pena ter ou buscar a *justificação*? Epistemólogos proeminentes, incluindo tanto externistas quanto internistas, propuseram (ou às vezes apenas supuseram) a seguinte resposta: o *objetivo final da justificação epistêmica é maximizar a crença verdadeira e minimizar a crença falsa*. Esta resposta especifica o que eu chamarei de ‘*objetivo nominal*’, um *objetivo* que é endossado (às vezes com qualificações) por uma série de explicações bem conhecidas de *justificação*”.

¹² ALSTON, William P.. *Epistemic Justification. Essays in the Theory of Knowledge*. New York: Cornell University Press, 1989, p. 83-84: “A justificação epistêmica é diferente de tudo isso. A *avaliação epistêmica* é realizada a partir do que poderíamos chamar de ‘*ponto de vista epistêmico*’. Esse ponto de vista é definido pelo *objetivo de maximizar a verdade e minimizar a falsidade em um*

Os predicados ‘maximizar a verdade’ e ‘minimizar a falsidade’ relacionam-se com as crenças e exprimem duas propriedades da avaliação epistêmica de interesse comum tanto a “externalistas como para internalistas, ou fundacionalistas e coerentistas”. A ‘maximização da verdade’ e a ‘minimização da falsidade’ determinam o conjunto de propriedades que são predicadas e atribuídas à avaliação epistêmica, pois como destaca Kátia Martins Etcheverry a justificação caracteriza-se com base na “propriedade de ser conducente à verdade” ou, ainda, a “justificação está relacionada à verdade como uma espécie de bússola: justificação é indicadora da verdade ou conduz a ela”.¹³

Ao lado, portanto, da crença e da verdade, a justificação por vezes chamada de ‘racionalidade’, ‘razoabilidade’ ou ‘justificação racional’, é a condição de relêvo no presente trabalho. Como diz Keith Lehrer “uma pessoa racional é aquela que segue a razão, e o papel da razão é avaliar o que o sujeito faz ou faria”. A atividade reflexiva da razão classificará as crenças em racionais e irracionais, e, eventualmente, em neutras. Tal “atividade da razão envolve pensamentos sobre crenças que transcendem o primeiro nível de

grande corpo de crenças. A qualificação ‘em um grande corpo de crenças’ é necessária porque, caso contrário, seria melhor alcançar o objetivo restringindo as crenças de alguém àquelas que são obviamente verdadeiras”. E, na página 97, repete: “Além disso, as crenças podem ser avaliadas de vários pontos à vista, incluindo a epistêmica, que, como já observamos, é definida pelo objetivo de maximizar a verdade e minimizar a falsidade”. No mesmo sentido, o mesmo autor escreve em Perceiving God: The Epistemology of Religious Experience. London, First published 1991 by Cornell University Press. First printing, Cornell Paperbacks, Ithaca and 1993, p. 74: “Lembre-se do ponto que acreditar justificadamente é acreditar de um modo que é valioso em face do objetivo de maximizar a crença verdadeira e minimizar a crença falsa”. Semelhante ao que disse William James: “Temos de saber a verdade; temos de evitar o erro” in JAMES, William. A vontade de acreditar in A Ética da Crença. (Org.) Desidério Murcho. Lisboa: Bizâncio, 2010, p. 157.

¹³ ETCHEVERRY, Kátia Martins. (2013). Justificação Fundacional: A Explicação Neoclássica. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, p. 16. Na referida passagem a autora baseia-se no seguinte texto de William Alston em que aproveito a sua versão para o português, p. 15: “Como todo conceito de justificação epistêmica é um conceito de alguma condição que é desejável ou recomendável do ponto de vista do objetivo de maximizar a verdade e evitar a falsidade, ao distinguir diferentes conceitos de justificação estaremos distinguindo diferentes maneiras nas quais condições podem ser desejáveis a partir desse ponto de vista”. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3506/1/000447897-Texto%2bCompleto-o.pdf>> Acesso em: 15/06/2016.

crenças para um nível superior, um metanível, de pensamento sobre elas”. Por essa perspectiva padrão desenvolvida por Hume, sobressai-se a racionalidade instrumental, *i.e.*, “a razão é apenas um instrumento que serve a um ou outro fim”.¹⁴

Essa cacterística de uma pessoa racional de avaliar as suas crenças e as suas ações tem sido um dos principais objetos de considerações ao longo da história da filosofia. Particularmente, são bastante conhecidas as admoestações que William Kingdon Clifford veiculou em *A Ética da Crença*:

Mesmo quando um homem tem uma *crença tão firme que o torna incapaz de pensar de outra maneira, continua a ter escolha relativamente à acção* que a crença lhe sugere e, portanto, *não pode escapar ao dever de investigar o fundamento da força das suas convicções*; e necessária, porque *aqueles que não são ainda capazes de controlar os seus sentimentos e pensamentos* precisam de uma regra clara para lidar com actos inequívocos.

(...)

Não é só o líder de homens, o estadista, o filósofo, ou o poeta, que tem este *dever moral perante a humanidade*. Cada campónio que debita na taberna da aldeia as suas *frases lentas e esporádicas, podem ajudar a matar ou a manter vivas as superstições fatais* que toldam o seu género. Cada diligente esposa de artesão pode transmitir aos filhos *crenças que manterão a sociedade coesa ou a farão em pedaços*. Nenhuma ingenuidade, nenhuma obscuridade de estatuto, pode escapar ao *dever universal de questionar tudo aquilo em que acreditamos*.

¹⁴ LEHRER, Keith. Chapter 9 Rationality. In *The Blackwell Guide to Epistemology*. John Greco and Ernest Sosa. Massachusetts, Blackwell Publishing Ltd., 1999, p. 206-219, p. 207: “A racionalidade prática diz respeito à preferência e à ação. A racionalidade teórica diz respeito ao raciocínio e à aceitação”. E, na p. 332: “(...) perguntamos sobre os propósitos da preferência e da ação de uma pessoa e recusamo-nos a juízos de racionalidade até que entendamos o que a pessoa procura na preferência e na ação, então perguntamos sobre os propósitos do raciocínio e da aceitação de uma pessoa e recusamo-nos de juízos de racionalidade até entendermos o que a pessoa busca no raciocínio e na aceitação. A diferença é que um propósito é assumido no raciocínio e na aceitação quando nenhum é especificado, e esse é o propósito de alcançar o que é verdadeiro pelo raciocínio e aceitação como tal. Seria um erro, é claro, supor que o objetivo de aceitar o que é verdadeiro, de aceitar algo se e somente se for verdade, é aquele que naturaliza a racionalidade, pois a verdade é parte da semântica, não da ciência natural, e é problemática do ponto de vista naturalista da mesma forma que a racionalidade é”.

É verdade que este dever é difícil e a dúvida que dele nasce é muitas vezes amarga. Deixa-nos desprotegidos e impotentes quando nos julgávamos seguros e fortes.

(...)

O perigo para a sociedade não é meramente o de acreditar em coisas erradas, embora isso seja suficientemente mau; mas o de *se tornar crédula e perder o hábito de testar as coisas e de as investigar*, pois então reincidirá forçosamente na selvajaria.

O mal que a credulidade faz num homem não se limita à estimulação de um carácter crédulo nos outros e à decorrente defesa de crenças falsas. O hábito de ser descuidado com aquilo em que acredito leva os outros a serem por *hábito descuidados com a verdade daquilo que nos é dito*.¹⁵

A oscilação da advertência acima entre o epistêmico e o moral talvez implemente uma perspectiva demasiada ampla para os propósitos do presente trabalho, mas não pode ser ignorado que no mais das vezes agimos segundo o que acreditamos. Segundo Richard Feldman, a ideia de William Kingdon Clifford é a de que “*crer a partir de evidência insuficiente*, ajuda-se a manter vivas as ‘*superstições fatais*’ e que, *ao falhar em seguir as evidências* que se tem, *a sociedade é dividida* (‘feita em pedaços’).¹⁶

É o caso, portanto, de justificação epistêmica e não qualquer outro tipo de justificação como, *v.g.*, justificação moral, justificação da fé. Segundo Matthias Steup “o que distingue a justificação epistêmica da justificação moral é a sua relação com o conhecimento”. Segundo esse autor a “justificação epistêmica transforma uma crença verdadeira em conhecimento”, pelo menos é o que estabelece a teoria tripartite.¹⁷ Ou, se, porventura, não transforma crença verdadeira em conhecimento pelo menos (o que

¹⁵ CLIFFORD, William Kingdon. A Ética da Crença. in A Ética da Crença. MURCHO, Desidério (Org.). Lisboa: Bizâncio, 2010, p. 101, 104-105 e 107.

¹⁶ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 42.

¹⁷ STEUP, Matthias, The Deontic Conception of Epistemic Justification, (Received 30 November, 1986, p. 65.

não é pouco) a justificação como condição necessária ao conhecimento é orientada pela verdade.

O uso *moral ou prudencial* da palavra ‘justificação’ entra em jogo quando “estamos interessados em avaliar” uma ação. Matthias Steup salienta que é o que ocorre quando se procura compreender uma determinada ação, para estabelecer a sua justificação: “*S* está justificado em fazer *x* sse *S* não está obrigado a se abster de fazer *x*”. Se for estabelecido um raciocínio por analogia entre o *uso moral ou prudencial* e o *uso epistêmico* da palavra ‘justificação’, sob uma perspectiva deontológica há a seguinte definição: “*Justificação Deontológica (JD)*: *S* está justificado em acreditar que *p* sse *S* acredita que *p* enquanto não é o caso que *S* está obrigado a se abster de acreditar que *p*”. Nessa linha, avaliar uma crença para saber se ela está justificada ou injustificada necessita do manejo de um tipo relevante de obrigação que “surge quando objetivamos ter crenças verdadeiras”. A pergunta “o que devemos fazer na busca desse objetivo?” é respondida pelos evidencialistas que “devemos acreditar de acordo com nossas evidências”. No que aqui denomino deontologista *stricto sensu*, para a mesma pergunta, este responderia que “devemos seguir as normas epistêmicas corretas”, todavia, “se esta resposta nos ajudar a descobrir quais obrigações o objetivo da verdade impõe a nós, precisamos receber uma explicação de quais são as normas epistêmicas corretas”.¹⁸

A sedutora noção deontológica da justificação, contudo, sofre algumas objeções na literatura da epistemologia analítica contemporânea. Uma objeção é que a justificação deontológica equivocadamente “pressupõe que podemos ter um grau

¹⁸ STEUP, Matthias. Epistemology. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/epistemology/>> Acessado em 10/06/2018. Em nota de rodapé o autor acrescenta: “Esta definição emprega a noção de obrigação. Definições alternativas podem ser dadas empregando outros membros da família de termos deontológicos: exigência, dever, permissão ou proibição. Ainda mais definições são possíveis quando ampliamos a gama de conceitos relevantes, empregando noções como responsabilidade, ser claro e culpabilidade. (...) A compreensão deontológica do conceito de justificação é comum à maneira como filósofos como Descartes, Locke, Moore e Chisholm pensaram sobre a justificação”.

suficientemente alto de controle sobre nossas crenças”, quando em verdade as “crenças simplesmente surgem ou acontecem conosco”. As crenças não se prestam assim à avaliação deontológica. Outra objeção à justificação deontológica é que ela “não tende a ‘epistemizar’ as crenças verdadeiras: não tende a torná-las não-acidentalmente verdadeiras”. Essa objeção baseia-se em “casos que envolvem uma sociedade isolada, culturalmente isolada ou sujeitos cognitivamente deficientes” e que estão em jogo, de um lado, crenças “epistemicamente defeituosas”, e, de outro, o fato de que os sujeitos envolvidos nesses casos não terem “qualquer obrigação de se abster de acreditar como eles” acreditam. O defeito congênito das crenças é causado pelo uso de “métodos não confiáveis e intelectualmente falhos”. Soma-se a isso o fato de que os sujeitos em questão “não são obrigados a acreditar de outra forma” considerando que eles são “cognitivamente deficientes ou vivem em uma comunidade ignorante e isolada”. Desse modo, apesar dessas crenças terem sido formadas de maneira epistemicamente defeituosa à luz da teoria da justificação deontológica, tais crenças seriam dadas por justificadas.¹⁹

Em virtude da rejeição da justificação deontológica, a palavra ‘justificação’ em epistemologia é usada para se referir aos casos em que uma “crença verdadeira instancia a propriedade da probabilização adequada”. Por esse viés, a definição de “Justificação Não Deontológica (JND)” é: “*S* está justificado em acreditar que *p* sse *S* acredita que *p* em uma base que probabiliza adequadamente a crença de *S* de que *p*”.²⁰

Como alguém pode formar uma crença ao acaso ou por sorte e a mesma corresponder a um fato objetivamente provável, a crença que se qualifica epistemicamente não é esta, mas aquela que é formada de maneira tal que esteja relacionada com a

¹⁹ STEUP, Matthias. Epistemology. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/epistemology/>> Acessado em 10/06/2018.

²⁰ *Ibid.*

“probabilidade objetiva” de ser verdadeira. Em outras palavras, “o que precisamos é de probabilidade objetiva” da crença, assim considerada aquela em “que a origem da crença a torna objetivamente provável”. Em “virtude da maneira pela qual a crença surgiu” e “não em virtude do que o sujeito acredita (o conteúdo da crença)”. Consequentemente, a função da justificação de “assegurar que uma crença verdadeira não seja verdadeira apenas por acidente” será observada.²¹

Essa função da justificação epistêmica, faz com que a condição de justificação mostra-se relevante dado que “as crenças verdadeiras não têm um brilho mais brilhante que as crenças falsas”. Como diz Richard Feldman “Não há um ‘V’ [‘V’ de ‘verdade’] piscando diante da sua mente quando você tem uma crença verdadeira”, tampouco as crenças verdadeiras são “introspectivamente distinguíveis das crenças falsas”.²² Se a verdade fosse algo que sempre as pessoas pudessem ver, a evidência não seria necessária.²³ Então, para além da justificação, o conhecimento depende de como o sujeito epistêmico é (ou seja, “o que ele acredita e por quê” acredita) e “como é o mundo”.²⁴ Pois como observa Earl Conee se a “resposta para a pergunta - como

²¹ *Ibid.*

²² FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 126: “Não há recurso interno que acompanhe todas e apenas as crenças verdadeiras. Assim, pode haver um caso em que você acredita em algo e a sua crença é verdadeira, e há outros casos possíveis que parecem exatamente iguais, mas a crença é falsa”.

²³ RYSIEW, Patrick. 13 *Making it Evident: Evidence and Evidentness, Justification, and Belief. Evidentialism and its Discontents*. Trent Dougherty. Oxford University Press, 2011, p. 210: “Se pudessemos sempre ver, por assim dizer, a verdade - se as coisas fossem óbvias ou aparentes - não teríamos necessidade de evidência (Presumivelmente, Deus não precisa de evidência.)”. E, em Roderick M. Chisholm, encontra-se citação atribuída por P. Coffey a Hobbes in CHISHOLM, Roderick M.. *The Foundations of Knowing. Problem Of The Criterion*. Second printing. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983, p. 72: “a hospedaria da evidência não tem placa de identificação”. Ainda em Roderick M. Chisholm in *Perceiving: A Philosophical Study*, Fifth printing, Ithaca, Cornell University Press, 1968, p. 67: “Hobbes disse: ‘A estalagem da evidência não tem placa de sinalização’”.

²⁴ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 125: “Se uma pessoa sabe depende de como ela é - o que ela acredita e por quê - e como é o mundo”.

“você sabe?” - é sempre diretamente pertinente à verdade do que é conhecido”, então a “justificação que é necessária para o conhecimento, ela ainda parece ser completamente orientada pela verdade”.²⁵

Seja como for, dizer que alguém está justificado epistemicamente é dizer que alguém possui “boas razões e evidências” para acreditar em algo. Assim, “nesse modo de falar, uma crença está justificada somente se alguém tem boas razões para isso”. Além do mais, as palavras ‘justificação’ e ‘justificado’ usadas dessa maneira tem o condão de esclarecer que a “disputa entre internistas e externistas não pode ser formulada como disputa sobre se o conhecimento requer justificação, uma vez que todos os lados concordam que isso acontece”.²⁶

Considerando que o presente trabalho tem por escopo ‘O Evidencialismo de Conee e Feldman’, as informações até aqui permitem que sobre elas sejam erigidas as definições dos conceitos básicos deste corpo teórico.

A ideia de que a justificação epistêmica está relacionada com a evidência possuída por um sujeito epistêmico para acreditar em algo em um dado momento, é traduzida pela formulação do *princípio evidencialista da justificação*, apresentada na parte inicial desta obra:

JE. Crer p está justificado para S em t sse a evidência de S em t sustenta p .²⁷

Richard Feldman inicia destacando a relação desse princípio com a atitude do sujeito epistêmico. Apesar de a formulação

²⁵ CONEE, Earl. The Truth Connection. Source: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3 (Sep., 1992), pp. 657-669, Published by: International Phenomenological Society, p. 666.

²⁶ FELDMAN, Richard. Justification Is Internal. Contemporary Debates In Philosophy. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 341.

²⁷ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 45: “EJ. Believing p is justified for S at t iff S 's evidence at t supports p ”.

explicitar um modo que pode ser chamado positivo, no sentido de haver uma crença, nada obsta que por derivação desse princípio sejam alcançados casos de descrença e suspensão de juízo. O que importa é que o princípio evidencialista da justificação “diz que a *atitude justificada é aquela que se encaixa na evidência*” disponível ao sujeito epistêmico *em um determinado momento*.²⁸

Os conceitos relacionados às palavras ‘evidência’ e ‘sustenta’ (ou ‘suporte’ ou seus cognatos), relevantes para a compreensão do sobredito princípio serão tratados mais adiante.

É possível dizer, porém, neste momento que a “*evidência* que uma pessoa tem em um determinado momento consiste em todas as *informações* que a pessoa *dispõe* naquele *momento*” ou, dito de outro modo, “a evidência que uma pessoa tem consiste nos dados que a pessoa dispõe para formar crenças”.²⁹

A palavra ‘sustenta’ tem a sua noção associada à noção de ‘suporte evidencial’. Nas palavras de Richard Feldman “para ser verdade que a *evidência* de uma pessoa *sustenta* uma *proposição*, deve a *evidência total* da pessoa, ao ser sopesada, *sustentar* essa *proposição*”. Nessa conjuntura é que o autor determina a ‘*condição de evidência total*’. Para determinar a verdade “que a *evidência* de uma pessoa *sustenta* uma *proposição*, deve ocorrer que a *evidência total* da pessoa, ao ser *avaliada*, *sustenta* essa *proposição*”. A *evidência total* de uma pessoa em um determinado momento não é o somatório das evidências em favor de uma determinada proposição ou crença, mas o *somatório de todas as evidências, pro et contra, disponíveis* naquele *momento* relativamente a determinada proposição ou crença. Assim, segundo esse autor pode acontecer o seguinte:

É possível ter alguma *evidência* que *sustente* uma *proposição* e alguma *evidência* que *sustente* a *negação* dessa *proposição*. Se estes *dois corpos de evidência* têm o *mesmo peso*, e a pessoa não

²⁸ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 45.

²⁹ *Ibid.*, p. 45.

*tem outra evidência relevante, então a evidência total da pessoa é neutra e a suspensão de juízo sobre a proposição é a atitude justificada. Se uma porção da evidência é mais forte do que a outra, então a atitude correspondente é aquela justificada. Em todos os casos, é a evidência total que determina qual a atitude é a justificada.*³⁰

Por exemplo, um lápis colocado dentro de um copo d'água com alguma inclinação e parcialmente submerso parecerá estar dobrado junto à superfície da água. Assumindo-se que o sujeito epistêmico tenha frequentado a escola e lembre da lição sobre o efeito da refração da luz em um copo d'água seu corpo evidencial será constituído de pelo menos: (1) *evidência perceptual* fornecida pelo sentido da visão de que o lápis está dobrado junto à superfície da água; (2) *evidência memorial* a respeito das lições sobre o efeito da refração da luz em um copo d'água (ele lembra da lição); (3) a *evidência memorial e testemunhal* das lições do professor de física sobre o efeito da refração da luz em um copo d'água (ele lembra do professor ministrando a lição); (4) a *evidência memorial* de que o lápis até o átimo de segundo anterior ao ser mergulhado no copo d'água estava reto e não estava torto e permanecia inflexível; (5) a *evidência de fundo* de que água não tem o condão de amolecer aquele tipo de lápis tão logo esteja em contato com ela; (6) todas as demais *evidências de fundo* (*background*) no sentido de que lápis no instante em que é colocado em um copo d'água não dobra junto à superfície.

O conjunto de (1) a (6) forma o *corpo* das *evidências disponíveis* ao sujeito epistêmico, a *evidência total*. Enquanto a evidência (1) suporta a crença de que p (p : o lápis está dobrado junto à superfície da água), as evidências de (2) a (6) suportam a crença de que $\sim p$ ($\sim p$: o lápis não está dobrado junto à superfície da água).

³⁰ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 45.

Diante desse cenário o sujeito epistêmico ao observar o lápis dobrado junto à superfície da água sabe que o que está ocorrendo é a mudança de direção da luz causada pela refração que produz a ilusão visual de que o lápis está dobrado e que, portanto, o lápis continua inflexível. É possível dizer que o sujeito epistêmico tem alguma evidência que *suporta* a crença de que p , *i.e.*, (1); mas que também possui evidências que *sustentam* a negação de p , ou seja, sustentam a crença de que $\sim p$, *i.e.*, (2) a (6). Como pode ser constatado os dois corpos de evidência (evidência para a crença de que p , *i.e.*, (1); evidência para a crença de que $\sim p$, *i.e.*, (2) a (6)) não têm o mesmo peso, a evidência total do sujeito epistêmico não é neutra. Ao contrário, a porção das evidências representadas por (2) a (6) é mais forte do que (1). Consequentemente, o sopesamento, a avaliação dos respectivos corpos de evidências estabelecem a evidência total. E, no caso, é a evidência total que determina que a atitude justificada é crer que $\sim p$.

Earl Conee e Richard Feldman de maneira resumida afirmam:

De acordo com o *evidencialismo*, uma pessoa está justificada em acreditar em uma proposição quando a *evidência* da pessoa melhor *suporta* a crença nessa proposição do que *suporta* a descrença ou a suspensão de juízo nessa mesma proposição.³¹

Então, a evidência total é tudo o que é relevante para crer ou descrever em algo. A evidência total ou corpo de evidências, ou, ainda, corpo evidencial é constituído por todas as evidências a favor ou contra alguma crença. Assim, a evidência total de S são todas as evidências que S tem a favor ou contra a crença de que p e

³¹ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Introduction. Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 2 e 3.

não apenas as evidências que *S* possui em favor da crença de que *p*, nem apenas as evidências que *S* possui contra a crença de que *p*.³²

2.2 Algumas classificações quanto à justificação epistêmica

Agora, eu gostaria de tratar da taxonomia da noção de ‘justificação’, apresentando algumas amostras sem a pretensão de exaurir o tema, haja vista as suas várias classificações possíveis.³³

Como mencionei anteriormente, as palavras ‘justificação’ e ‘justificado’ são usadas de maneira tal que neutralizam a disputa entre internistas³⁴ e externistas³⁵, haja vista que ambas teorias convergem na necessidade de justificação³⁶, de modo que as classificações a seguir podem de um modo geral serem aplicadas às mesmas.

³² CHISHOLM, Roderick M.. *Theory of Knowledge*. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 52: “O corpo de evidências que você tem - ou, melhor, sua evidência total - pode ser pensado como o conjunto de todas as proposições que são evidentes para você”.

³³ Robert Audi in *The structure of justification*. Cambridge University Press, 1993: 274-276: “A justificação vem em muitas formas e é predicável de muitos tipos de coisas. (1) Quando eu justificadamente acredito em algo, eu tenho justificação doxástica - ou simplesmente justificação da crença: ter isto é simplesmente ter crença justificada. (2) Quando eu não acredito em algo, mas tenho uma base para acreditar de tal forma que, se (outras coisas iguais) eu acreditasse com base nisso, eu justificadamente acreditaria nisso, eu tenho justificação situacional. (3) Justificação proposicional pode existir se alguém está ou não justificado situacionalmente em acreditar nisso. (...) podemos falar de justificação para proposições: podemos perguntar se existe alguma justificação para a opinião citada sem a declaração em uma coluna de fofoca, de que Jack é culpado ou da conclusão de que Jill saiu da cidade”. E, (4) a Justificação estrutural que está “relacionada à justificação proposicional”.

³⁴ SWINBURNE, Richard. *Epistemic Justification*, Oxford University Press, Oxford, 2001, p. 157-158: “Para que uma crença seja justificada em um sentido internista, ela deve ser baseada em evidências que a tornem provável”.

³⁵ Ademais, Richard Swinburne in *Evidence, in Evidentialism and its Discontents*. Trent Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 196, esclarece que: “Uma teoria internista é uma ‘teoria mentalista, que defende que as crenças de uma pessoa são justificadas apenas por coisas que são internas à vida mental da pessoa’. A teoria é externista na medida em que afirma que as crenças de uma pessoa são justificadas (pelo menos em parte) por coisas externas à vida mental de uma pessoa”.

³⁶ FELDMAN, Richard. *Justification Is Internal*. *Contemporary Debates In Philosophy*. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 341.

2.2.1 Justificação Sincrônica e Justificação Diacrônica

Início pela distinção entre *justificação sincrônica* e *justificação diacrônica*.³⁷ Segundo Richard Feldman, a *racionalidade sincrônica* “diz respeito a questões de racionalidade em um dado momento”, ao passo que a *racionalidade diacrônica* “diz respeito à racionalidade ao longo do tempo”.

Essa distinção ajuda a explicitar que o *evidencialismo* defendido por Earl Conee e Richard Feldman “é melhor visto como uma *teoria sobre a racionalidade sincrônica*”, pois segundo este a referida teoria:

Sustenta que a coisa epistemicamente racional a ser feita a qualquer momento é seguir a evidência que você tem naquele momento. Não aborda questões de como conduzir a investigação durante períodos de tempo. Assim, não aborda questões sobre como coletar evidências, quando se deve *buscar evidências adicionais*, e assim por diante. Em minha opinião, essas *questões diacrônicas* são *questões morais* ou *prudenciais*, e não *questões epistêmicas*. Você deve coletar mais evidências a respeito de uma proposição somente quando ter uma crença verdadeira sobre o assunto da proposição faz uma diferença moral ou prudente, e reunir mais evidências provavelmente aumentará suas chances de acertar. É claro que, se você deve coletar tais evidências, também depende de outras coisas que você poderia fazer com seu tempo. Considerações epistemológicas simplesmente não resolvem tais questões.³⁸

³⁷ Com base em Richard Swinburne in *Evidence*, in *Evidentialism and its Discontentes*. Trent Dougherty. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 195, associada a questão das “coisas que são internas à vida mental” do sujeito é preciso determinar um critério que irá joeirar as razões que são contemporâneas à crença justificada das razões que não são contemporâneas à crença justificada. Às crenças para as quais o sujeito possua “boas razões no momento em que se acredita” dá-se o nome de sincrônica ou “crença sincronicamente justificada”. Aqui se enquadra a teoria de Conee e Feldman. Para as crenças que o sujeito forma e não possua “boas razões no momento” em que acredita, todavia as mesmas são oriundas de “práticas adequadas no passado”, será o caso de uma “crença diacronicamente justificada”.

³⁸ FELDMAN, Richard. 7 *The Ethics of Belief*. Conee, Earl. Feldman, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 189.

Essas considerações explicitam o fato de que ocorrer alteração da evidência ao longo do tempo ou a busca por evidências novas e adicionais é uma questão diacrônica que não interfere no “objetivo de acreditar de maneira razoável”, sendo, portanto, irrelevante para a teoria evidencialista de Earl Conee e Richard Feldman.³⁹

A formulação do *princípio evidencialista da justificação* (JE. Crer p está justificado para S em t sse a evidência de S em t sustenta p .) anteriormente transcrita, não deixa dúvida de seu enquadramento como justificação sincrônica ou racionalidade sincrônica, porquanto nela consta que a evidência a ser levada em conta é aquela do momento t , ou seja, no momento em que o sujeito está justificado, ou, ainda, no momento t em que a evidência sustenta p . Quer dizer, sob a perspectiva da justificação epistêmica seria estéril buscar novas evidências para determinada proposição ao longo do tempo, sendo despidiendos os acontecimentos passados ou futuros.⁴⁰

Por fim, o caso anteriormente mencionado de William Kingdon Clifford veiculado em *A Ética da Crença*⁴¹ pode ser

³⁹ *Ibid.*, p. 189: “Ao buscar novas evidências a respeito de alguma proposição importante e depois acreditar no que essa evidência suporta, não faço um trabalho melhor para alcançar o objetivo de acreditar de maneira razoável. Eu alcanço esse objetivo a qualquer momento, acreditando no que é então apoiado pela minha evidência. É certamente verdade que há momentos em que seria melhor encontrar novas evidências. Mas isso sempre ativa as opções que alguém tem, o que se importa e outros fatores não-epistêmicos. Do meu ponto de vista, estas são questões prudenciais ou morais, e não questões estritamente epistêmicas. (...) Há casos em que alguém pode gastar seu tempo reunindo evidências sobre proposições relativas a proposições triviais e inconsequentes ou sobre assuntos mais importantes. O evidencialismo não fornece orientação sobre o que fazer. A meu ver, isso não é uma fraqueza do evidencialismo, uma vez que tais escolhas não devem ser feitas em bases epistêmicas. Quais tópicos você deve investigar dependem de quais assuntos são de seu interesse, quais investigações podem ajudá-lo a melhorar sua vida ou a dos outros, e outras questões. O evidencialismo é omissivo sobre essas questões morais e prudenciais, e não vejo por que deveria abordá-las”.

⁴⁰ Richard Swinburne in *Epistemic Justification*, Oxford University Press, Oxford, 2001, p. 157-158, também apresenta a distinção entre justificação subjetiva (sincrônica) e justificação objetiva (sincrônica) que não serão tratadas no presente trabalho.

⁴¹ CLIFFORD, William Kingdon. *A Ética da Crença*. in *A Ética da Crença*. MURCHO, Desidério (Org.). Lisboa: Bizâncio, 2010, p. 101, 104-105 e 107.

considerado sob a perspectiva “*sincrônica*, mas nas últimas partes” desta obra “ele está mais preocupado em articular princípios *diacrônicos* relativos à *coleta de evidências* e à *avaliação de evidências*”.⁴²

2.2.2 Justificação Proposicional e Justificação Doxástica

De outra parte, há distinção entre *justificação proposicional* e *justificação doxástica*. Na *justificação proposicional*, há justificação de uma proposição, tal quando se diz que *S* está *justificado* em crer que *p* (Sinônimos, v.g.: ‘Crer *p* é justificado para *S*’, ‘*S* tem uma justificação para crer *p*’). Na *justificação doxástica*, há justificação de uma crença, é o que ocorre quando se diz que *S* *crê justificadamente* que *p* (Sinônimos, v.g.: ‘a crença de *S* em *p* está justificada’, ‘a crença de *S* em *p* está bem fundada’).

Conforme, Richard Feldman, “uma pessoa pode estar justificada em acreditar numa proposição que a pessoa não acredita de fato. Ter uma boa evidência em geral é o suficiente para isso”. No mais das vezes temos inúmeras evidências disponíveis sem que necessariamente façamos uso das mesmas. Porém, “quando uma pessoa acredita em uma proposição com base em boas evidências, então essa crença é bem fundada. Poderíamos também dizer que a pessoa acredita justificadamente na proposição”.⁴³ Examinando a relação entre essas duas

⁴² CHIGNELL, Andrew. The Ethics of Belief. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2018/entries/ethics-belief/>>. Acessado em 21/06/2018.

⁴³ FELDMAN, Richard. Respecting the Evidence. *Philosophical Perspectives*, 19, Epistemology, 2005, p. 97. Richard Feldman in 8 *The Justification of Introspective Beliefs*, (Org.) Conee, Earl. Feldman, Richard. in *Evidentialism Essays in Epistemology*, Clarendon Press, Oxford, 2004, p. 201: “Há uma clara diferença entre uma pessoa sendo meramente justificada em acreditar em uma certa proposição e a pessoa que acredita nessa proposição justificadamente. O primeiro requer apenas algo como razões suficientemente boas para a crença ou um método confiável disponível que levaria a essa crença. A pessoa não precisa realmente ter formado a crença. Este último requer que a crença seja realmente formada, ou com base nessas razões ou como resultado desse método. Podemos nos referir ao primeiro tipo de justificação como justificação proposicional e ao segundo como justificação doxástica. Podemos usar sentenças da forma ‘*S* está justificado em acreditar que *p*’ para

modalidades de justificação é que Paul K. Moser afirma que a *justificação proposicional* tem natureza básica e é condição necessária em relação à justificação doxástica.⁴⁴ Ou, mais detalhadamente, a *justificação proposicional* “não implica nada sobre o papel causal desempenhado por essa justificação ao sustentar a crença”, ao passo que a *justificação doxástica* implica que o sujeito epistêmico tenha tanto a justificação proposicional, quanto a justificação dele “está desempenhando o papel causal apropriado para sustentar” a sua crença.⁴⁵

Essa dicotomia entre “*apenas ter boas razões* para acreditar em uma proposição e *acreditar* nessa proposição *com base* nessas *boas razões*” é útil para, por exemplo, identificar situações distintas como aquela em que o sujeito epistêmico “*tem boas razões* para acreditar em alguma proposição, mas *ignora* ou *desvaloriza* essas razões, mas *acredita* na proposição a partir do *pensamento positivo* ou com base em alguma *inferência equivocada*”. Uma comparação com a *moral* torna didática a compreensão disso. É o caso de “*fazer a coisa certa pelas razões erradas*” ao passo que “no caso da crença, podemos dizer que a pessoa acredita na coisa certa na base errada” ou “que a pessoa *está justificada em acreditar* na proposição (já

relatar justificação proposicional e sentenças da forma ‘S acredita justificadamente que p’ e ‘a crença de S de que p está justificada’ para relatar uma justificação doxástica”.

⁴⁴ Paul K. Moser in *Empirical Justification*, Philosophical studies series in philosophy, v. 34, Boston, D. Reidel Publishing Company, 1985, p. 3: “A justificação proposicional é básica em relação à justificação doxástica, no sentido de que é uma condição necessária para a justificação doxástica. Assim, se uma pessoa está justificada em acreditar em uma proposição, então essa proposição está justificada para ela. A justificação doxástica, aproximadamente, depende da maneira pela qual a crença de uma pessoa está relacionada às condições para a justificação proposicional. Assim, se uma proposição, p, está justificada para uma pessoa por causa de evidência, e, então, essa pessoa está justificada em acreditar que p se e somente se sua crença de que p está apropriadamente relacionada à e. Em suma, parece que para estar justificada doxasticamente a crença de que p deve de alguma forma estar baseada em e”.

⁴⁵ FUEMERTON, Richard A. *Metaepistemology and skepticism*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1995, p. 92: “A expressão. ‘S tem justificação para acreditar que P’ será usada de tal forma que não implica nada sobre o papel causal desempenhado por essa justificação ao sustentar a crença. A expressão ‘a crença de S de que P está justificada’ será levada a implicar tanto que S tem justificação e que a justificação de S está desempenhando o papel causal apropriado para sustentar a crença de S”.

que ela *tem boas razões*), mas que ela *não acredita justificadamente* (já que ela baseia sua crença em algo que não seja uma boa razão)".⁴⁶

Na formulação do *princípio evidencialista da justificação* anteriormente transcrita ("*JE*. Crer *p* está justificado para *S* em *t* sse a evidência de *S* em *t* sustenta *p*"⁴⁷), está plasmada a *justificação proposicional*.

Como já apresentei na primeira parte do presente trabalho, Richard Feldman apresenta uma versão mais detalhada do *evidencialismo*:

CJ. A crença de *S* de que *p* no momento *t* está justificada (bem fundada) sse (i) crer *p* está justificado para *S* em *t*; (ii) *S* crê *p* na base da evidência que sustenta *p*.⁴⁸

Essa formulação além de tutelar a *justificação proposicional* presente em *JE*, dá azo à versão em linguagem adequada à *justificação doxástica*. Como esclarece o autor, enquanto a "cláusula (i) exige que a *condição de evidência total* seja satisfeita", por sua vez "a cláusula (ii) de (*CJ*) pretende capturar a ideia de *crer com base em razões certas*" a que ele denomina de *condição embasadora*".⁴⁹ Como diz Carlos Augusto Sartori, "a *justificação doxástica* diz respeito às *evidências* que *S* tem para crer que *p*, qual é a boa fundação da crença de *S* de que *p*".⁵⁰

⁴⁶ FELDMAN, Richard. Justification Is Internal. *Contemporary Debates In Philosophy*. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 341.

⁴⁷ *id.* Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 45: "EJ. Believing *p* is justified for *S* at *t* iff *S*'s evidence at *t* supports *p*".

⁴⁸ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 46: "*CJ*. A crença de *S* de que *p* no momento *t* está justificada (bem fundada) sse (i) crer que *p* está justificado para *S* em *t*; (ii) *S* crê que *p* com base em evidências que sustentam *p*".

⁴⁹ *Ibid.*, p. 46: "Uma versão generalizada de (*CJ*) aplicada à descrença e à suspensão de juízo, poderia ser desenvolvida".

⁵⁰ SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010, p. 77.

O *evidencialismo* ao albergar (*EJ*) e (*CJ*) favorece a compreensão da justificação de maneira mais elaborada ou pelo menos mais amplificada. É que fica saliente que ‘*atitude justificada* em relação a uma *proposição* para uma pessoa em qualquer momento é a *atitude que corresponde à evidência total da pessoa naquele momento*’ retrata a *justificação proposicional*; enquanto que a inteligência da *justificação doxástica* fica consubstanciada na assertiva de que “uma *crença* (ou uma outra atitude) está de fato *justificada (bem-fundada)* dado que ela *corresponda à evidência da pessoa* e que a *crença seja mantida com base em evidência* que realmente a *sustente*”.⁵¹ Onde uma crença será considerada “bem fundada somente se o crente estiver justificado em acreditar na proposição”.⁵²

O exemplo anteriormente apresentado (“um lápis colocado dentro de um copo d’água com alguma inclinação e parcialmente submerso parecerá estar dobrado junto à superfície da água”) serve para colocar em relevo a alegação de Richard Feldman de que “presumivelmente, uma *pessoa não acredita* em algo *com base em todas as suas outras crenças*”. No referido exemplo, em que pese a *disponibilidade* e o *acesso às evidências* de (2) a (6) o sujeito epistêmico *não necessariamente apoiaria* a sua *crença* sobre (2) a (6). Ao contrário, a *crença seria suportada* por *uma das evidências* de (2) a (6), pois “a *pessoa baseia sua crença na parte da evidência* que realmente *suporta a crença*”. Essa alegação afeiçoa-se a *justificação doxástica* e não à *justificação proposicional*.⁵³

Ainda com apoio nesse exemplo e lembrando que $\sim p$ ($\sim p$: o lápis não está dobrado junto à superfície da água), se *S tem uma justificação para crer $\sim p$* e a *crença de S em $\sim p$ está justificada*, então estão satisfeitas a *condição de evidência total* (a “*crença está*

⁵¹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 47.

⁵² FELDMAN, Richard. Justification Is Internal. Contemporary Debates In Philosophy. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 342.

⁵³ FELDMAN, Richard. Epistemology. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 79, nota 6.

justificada apenas se ela é sustentada pela evidência total de alguém”) e a *condição embasadora* (“*crer com base em razões certas*”).⁵⁴ Dir-se-á que crer $\sim p$ é a “atitude que se ajusta à evidência total que a pessoa tem naquele momento” ou que a crença de que $\sim p$ “se encaixe na evidência da pessoa e a crença seja mantida com base em evidências que realmente a apóiem”.

Destaca-se aqui a afirmação de Earl Conee de que “há justificação epistêmica para uma crença somente quando a pessoa tem *acesso cognitivo* a evidência que sustenta a verdade da crença”, porque a “*evidência justificadora* deve estar disponível internamente”.⁵⁵

Com isso é possível notar que, sob a perspectiva internista, alguém estar justificado em acreditar em uma proposição “é determinado por razões ou evidências, onde estas são questões internas” a vida mental do sujeito, de onde se diz que a “justificação é uma questão interna”.⁵⁶ Está sobejamente exposto que de acordo com o internismo, se alguém está justificado em acreditar que p é porque há “razões ou evidências” que “são matérias internas” a justificação, logo a justificação é uma questão interna.⁵⁷

⁵⁴ *Ibid.*, p. 45-46.

⁵⁵ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 49.

⁵⁶ FELDMAN, Richard. Justification Is Internal. *Contemporary Debates In Philosophy*. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 341-342.

⁵⁷ FELDMAN, Richard. Justification Is Internal. *Contemporary Debates In Philosophy*. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014, p. 342-343. Os casos tipo Gettier não são o foco do presente trabalho, mas importa neste momento ter presente que em uma de suas manifestações sobre esses casos, Richard Feldman (no mesmo texto) afirma: “uma ideia é que o conhecimento requer, além da crença verdadeira justificada, que não haja um derrotador para a crença de alguém”, onde um “derrotador é uma proposição verdadeira tal que, se a pessoa estivesse justificada em acreditá-la, então a pessoa não estaria justificada em acreditar na proposição alvo”. Assim, “se uma crença é derrotada ou não” é por “algo externo à mente daquele que crê. Isto é, as coisas poderiam ser exatamente as mesmas do ponto de vista de dois crentes, mas uma pode estar sujeita a um derrotador e a outra não. Duas pessoas poderiam ser internamente iguais, mas uma é vítima de um caso Gettier e a outra não. (...) Assim, os teóricos das boas razões não pensam que o que deve ser

Segundo a presente classificação entre justificação proposicional e justificação doxástica é didática a exemplificação apresentada por Roderick Firth:

Podemos distinguir a *garantia proposicional* da *garantia doxástica*. Suponhamos, por exemplo, que *Holmes sabe*, em um certo momento *t*, que o *cocheiro cometeu o assassinato*. *Holmes estudou a lama nas rodas da carruagem* e, a partir desta e outras *evidências*, chegou a uma conclusão correta por inferência racional. Podemos então empregar o termo '*garantido*' para dizer *duas coisas bastante diferentes*. Podemos dizer que a *proposição* '*O cocheiro fez isso*' *está garantida* para Holmes em *t*. É garantida para Holmes e não para Watson, porque está garantida *com base nas evidências possuídas* apenas por *Holmes*. Mas também podemos dizer que Holmes, porque sua *conclusão está baseada racionalmente na evidência*, *está garantido em acreditar* que o cocheiro o fez.

Esta distinção entre *garantia proposicional* e *doxástica* é dramatizada se supormos agora que Holmes *mostra* a Watson *a lama e lhe dá todas as outras evidências* relevantes que ele têm, sem dizer-lhe que conclusão ele tirou dela. Em um aspecto importante, ocorreu uma *mudança na condição epistêmica de Watson*. Podemos expressar esse fato ao dizer que a *proposição* '*O cocheiro fez isso*' *está agora garantida* para Watson. *Está garantida para Watson se ele acredita ou não que o cocheiro fez isso*. Mas, mesmo que o Watson acredite que o cocheiro fez isso, não podemos concluir que Watson, como Holmes, *está garantido em acreditar* que o cocheiro fez isso. Acreditar em uma proposição *p* é uma condição necessária para ser garantido em crer *p*. Mas a crença de Watson pode não ser baseada racionalmente na evidência.⁵⁸

acrescentado à crença verdadeira para obter conhecimento é meramente algo interno. Em vez disso, o que eles pensam é que o que deve ser adicionado são boas razões (que são internas) mais duas outras condições: que a crença é baseada nessas boas razões, e que não há derrotadores. O último é definitivamente uma condição externa e o primeiro dependerá de como 'interno' e 'externo' são entendidos.

⁵⁸ FIRTH, Roderick. Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts? Values and Morals. Essays in Honor of Wilfrid Frankena, Charles Stevenson, and Richard Brandt. Epistemic Concepts and Ethical Concepts. Edited by Alvin I. Goldman and Jaegwon Kim. Vol. 13., p. 215-229. D. Reidel Publishing Company Dordrecht: Holland I Boston, 1978, p. 218. Earl Conee in The Truth Connection in Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3, p. 657-669 (Sep., 1992), International

No exemplo acima, Holmes está justificado a crer que ‘o cocheiro cometeu o assassinato’ e ele crê justificadamente nisso. A partir do momento que Holmes mostrou para Watson as evidências, a proposição ‘o cocheiro cometeu o assassinato’ passou a estar justificado para este. Disso não se infere que Watson passou a acreditar justificadamente na mesma proposição, pois ele poderia acreditar que outra pessoa cometeu o crime com ou sem evidências para isso. Poderia ser o caso, ainda, de Watson não ter recebido as evidências de Holmes e ter concluído que ‘o cocheiro cometeu o assassinato’ com base em outras evidências (a que Holmes não teria acesso) ou com base em pensamento vicioso.⁵⁹

Por derradeiro, há uma filigrana importante que merece ser gizada. A *justificação proposicional* como “justificação epistêmica que uma pessoa pode ter para uma proposição” é uma condição necessária para o conhecimento e está relacionada com a “conexão com a verdade”.⁶⁰

Phenomenological Society, p. 666-667 (idem in CONEE, Earl. 10 The Truth Connection. Conee, Earl. Feldman, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. p. 242- 258, Oxford, 2004), p. 251, nota 13, afirma: “essa distinção é ligeiramente diferente de outras distinções similares feitas por filósofos. Por exemplo, assemelha-se à distinção de Roderick Firth entre a justificação proposicional e doxástica (...). A garantia doxástica de Firth, embora se assemelhe à justificação epistêmica para acreditar, não é como a última em que a crença doxasticamente garantida deve ser baseada em evidências que justifiquem. Em contraste com isso, acreditar é epistemicamente justificado quando é racional acreditar na busca do conhecimento, seja qual for a base na qual a crença é adotada. Ralf Kennedy e Charles Chihara (...) distinguem entre ‘fatores que são epistemicamente relevantes para a verdade de uma dada proposição [e aqueles que] são relevantes para a racionalidade da crença nessa proposição’. Isso também é semelhante à presente distinção. Mas Kennedy e Chihara parecem tomar considerações prudenciais em geral para contribuir para a racionalidade da crença (...), enquanto que apenas as contribuições para a busca do conhecimento são consideradas justificações epistêmicas para acreditar, ‘justificação epistêmica para acreditar em uma proposição é determinada pela racionalidade prática de acreditar pelo conhecimento. Nós vimos que esta justificação para crer não é o que está envolvido na conexão de verdade”.

⁵⁹ Claro que o enredo desenvolvido por Roderick Firth provavelmente leva em conta os romances policiais do escritor Sir Arthur Conan Doyle em que Dr. John Watson parece no mais das vezes como hipossuficiente perante Sherlock Holmes. Com base nisso, hipóteses de Watson ter melhores evidências que Holmes parecem inverossímeis.

⁶⁰ CONEE, Earl. The Truth Connection. Source: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3 (Sep., 1992), pp. 657-669, Published by: International Phenomenological Society, p. 666-667.

Outras classificações⁶¹ estão presentes na literatura epistêmica, tais como, entre justificação *a priori* (“é um tipo de justificação epistêmica que é, em certo sentido, independente da experiência”) e justificação *a posteriori* (como justificação empírica).⁶² Também entre *justificação como processo* que se dá quando “defendemos uma crença controversa, dando razões para isso”, haveria nesse caso um processo de justificação, bem como a *justificação como propriedade* que ocorre quando considero que as “minhas crenças sobre o que está diante de mim” estão justificadas, “no sentido de que elas têm a propriedade de serem justificadas - *justificabilidade* - porque há algo sobre elas em virtude da qual elas são naturais e apropriadas para mim como uma pessoa racional normal”.⁶³ Como mencionei no início do presente esboço de taxionomia, a intenção não é esgotar o tema que é a um só tempo tão prolífero e vasto.

idem: CONEE, Earl. 10 The Truth Connection. Conee, Earl. Feldman, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. p. 242- 258, Oxford, 2004, p. 251-252.

⁶¹ Para a distinção entre *justificação prima facie* e *justificação ultima facie*, ver Lionara Fusari in *Justificação Epistêmica Prima e Ultima Facie. Intuitio*. Porto Alegre. Vol.2. Nº 2. Outubro de 2009, pp. 75-81.

⁶² RUSSELL, Bruce. A Priori Justification and Knowledge. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2017 Edition). Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/apriori/>>. Acessado em 06/06/2018, p. 1 e 10.

⁶³ Ainda em Robert Audi in *A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge*, Third Edition, New York: Routledge, 2011, p. 2-3, eu destacaria o seguinte: “Assim como *podemos ter razões para fazer coisas que não fazemos, podemos ter razões para acreditar em coisas que não acreditamos*. Você pode ter razões para ir à biblioteca e esquecer, e eu posso ter razão para acreditar que alguém está dando desculpas para mim, mas - porque eu não tenho suspeita de que eu preciso de alguma coisa - não acredito nisso. Nossa *justificação para acreditar* é *matéria-prima básica para a crença justificada atual/efetiva*; e *crença justificada* é geralmente *boa matéria-prima para o conhecimento*. As duas noções justificacionais estão intimamente relacionadas: *se alguém acredita justificadamente em algo, também está justificado em acreditar nele*, daí ter justificação para acreditar nele. Mas o inverso não se sustenta: *nem tudo em que estamos justificados em acreditar é algo em que acreditamos*. Quando eu olho para um gramado, eu estou justificado em acreditar que tem mais de dez folhas de grama por metro quadrado, mas eu normalmente não teria nenhuma crença sobre o número de folhas por metro quadrado. *Temos mais matéria-prima justificacional do que precisamos ou usamos. Nós não acreditamos em qualquer lugar perto do número de coisas que temos justificação para acreditar*. Isso vale não apenas em assuntos triviais, mas também, por exemplo, na matemática”.

2.3 Alguns contributos de Roderick M. Chisholm

Em termos de justificação epistêmica cumpre destacar, ainda que de maneira pontual, a contribuição de um internista evidencialista como Roderick M. Chisholm. Para ele a definição do conceito de '*justificação interna*' pode ser caracterizada da seguinte maneira: "*Se uma pessoa S está internamente justificada em acreditar em uma certa coisa, então isso pode ser algo que ele possa saber apenas refletindo sobre seu próprio estado mental*". E, "*se S está assim internamente justificado em acreditar em uma certa coisa, ele também pode saber, apenas refletindo sobre seu estado mental, que ele está justificado em acreditar nessa coisa*".⁶⁴

No universo do aparato conceitual e lateralmente a definição de alguns dos conceitos relevantes à epistemologia, este autor organiza-os através de uma estrutura escalonada, bastante eloquente quanto à hierarquização:

*Proposições que são contrabalançadas podem ser consideradas como ocupando o nível zero. Aquelas que são prováveis podem ser consideradas como ocupando o menor nível epistêmico positivo. Acima dessas, há proposições que estão além da dúvida razoável. Ainda mais altas são proposições que são evidentes. E no topo da hierarquia estão aquelas proposições que são certas.*⁶⁵

No âmbito da avaliação epistêmica poderá suceder o que Roderick M. Chisholm denomina de *proposição contrabalançada*. O sujeito epistêmico se depara com uma proposição *p* e uma

⁶⁴ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 7: "... o conceito de justificação epistêmica é objetivo, interno e imediato. É interno e imediato em que se pode descobrir diretamente, por reflexão, em que alguém se justifica em acreditar a qualquer momento. E a justificação epistêmica é objetiva na medida em que ela mesma pode constituir um objeto de justificação e conhecimento. É possível saber que sabemos e é possível ser justificado em acreditar".

⁶⁵ *Ibid.*, p. 16: "Nossa hierarquia epistêmica, então, pode ser colocada assim: 6. Certo 5. Óbvio 4. Evidente 3. Além da dúvida razoável 2. Epistemicamente claro 1. Provável 0. Contrabalançado [*Counterbalanced*] -1. Provavelmente falso -2. Claro para descrever -3. Razoável para descrever -4. Evidentemente Falso -5. Obviamente falso -6. Certamente falso".

proposição $\sim p$. Assim, “se uma proposição é contrabalançada para um determinado sujeito, nem a proposição nem a sua negação têm qualquer grau positivo de justificação epistêmica para esse sujeito”. Essa noção recebe a seguinte definição:

D1 *p* é *contrabalançada* para *S* = Df *S* é pelo menos tão justificado em acreditar *p* como em acreditar na negação de *p*; e *S* é pelo menos tão justificado em acreditar na negação de *p* como em acreditar em *p*.⁶⁶

Outra hipótese é aquela em que o sujeito epistêmico está diante de duas proposições, tais como *p* e $\sim p$, entretanto ambas não possuem igual peso ou grau. Uma delas se realça, uma delas é *provável*⁶⁷ ao contrário da outra. Então diremos que “uma proposição é *provável* para nós” no sentido de que “*estamos mais justificados* em acreditar nessa proposição *do que* em acreditar em sua negação”. Eis a definição:

D2 *p* é *provável* para *S* = Df *S* está mais justificado em acreditar em *p* do que em acreditar na negação de *p*.⁶⁸

⁶⁶ *Ibid.*, p. 9.

⁶⁷ Caetano Ernesto Plastino in Teoria do Conhecimento, Disponível em http://arethusafflch.usp.br/node/118#_ednref11, Acessado em 03/06/2018, considera: “Diz-se que uma proposição *p* é provável para *S* se a crença em *p* está mais justificada para *S* do que a crença na negação de *p*. Ou seja, quando *p* tem alguma presunção em seu favor para *S*. É provável que seja vermelha a bola extraída aleatoriamente de uma caixa com exatamente dez bolas vermelhas e nove bolas brancas. Em uma escala mais elevada de justificação, situam-se as proposições que estão além da dúvida razoável, isto é, aquelas em que a crença em *p* está mais justificada do que a suspensão da crença em *p*. [xii] (Suspender a crença em *p* significa não acreditar em *p* nem em sua negação.) Por exemplo, a crença de um detetive, apoiada em várias linhas de provas e testemunhas, de que o mordomo é o autor do crime pode estar mais justificada do que a suspensão dessa crença”. Então, segundo esse autor, ‘além da dúvida razoável’ é a proposição *p* está além da dúvida razoável: a crença em *p* está mais justificada do que a suspensão da crença em *p* enquanto que proposição *p* é provável para *S* se a crença em *p* está mais justificada para *S* do que a crença na negação de *p*.

⁶⁸ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc. 1989, p. 10: “Se uma proposição não é contrabalançada para *S*, então essa proposição ou sua negação é provável para *S*. Aqui tomamos o termo ‘provável’ naquele sentido em que todos nós a entendemos - se sabemos ou não alguma coisa sobre epistemologia, estatística ou lógica indutiva. Esse é o sentido que podemos ter em mente quando nos fazemos perguntas como: ‘É provável que eu esteja vivo daqui a um ano?’ e ‘É provável que chova amanhã?’”

Em matéria de avaliação epistêmica, também é útil examinar se uma *proposição está além de qualquer dúvida razoável*, ie, “se *S* está pelo menos tão justificado em crer *p* quanto ele está em suspender o juízo quanto a se *p*, então a proposição *p* está além de qualquer dúvida razoável para *S*.”⁶⁹

A definição do conceito de ‘*p* está além da dúvida razoável para *S*’ (ou expressões semelhantes, tais como: ‘uma proposição estar além de qualquer dúvida razoável’, ‘esteja acima da dúvida razoável’, ‘para além de qualquer dúvida razoável’, ‘uma proposição que está além de qualquer dúvida razoável’), foi assim elaborada por Roderick M. Chisholm:

D₃ *p* está além de qualquer dúvida razoável para *S* = Df *S* está mais justificado em crer que *p* do que em suspender o juízo quanto a se *p*.⁷⁰

O autor para auxiliar a compreensão dessa definição, apresenta o seguinte exemplo: “o edifício em que agora me encontro estará aqui amanhã. A proposição não é evidente. Mas para mim - e espero que para os outros - a proposição é tal que *acreditar é mais justificável do que suspender o juízo*” em relação à ela. Esse seria o caso em que “há algumas proposições verdadeiras que são tais que *estamos mais justificados em acreditar nelas do que em suspender o juízo*”.⁷¹

⁶⁹ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 9.

⁷⁰ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 9: “D₃ *p* is beyond reasonable doubt for *S* = Df *S* is more justified in believing *p* than in withholding *p*”.

⁷¹ *Ibid.*, p. 9 e 11: “Existem também proposições falsas nas quais estamos mais justificados em acreditar do que em suspender o juízo? Nós vamos descobrir que isso pode ser verdade. Ou, mais exatamente, descobriremos que, se o ceticismo filosófico é falso, e se, na verdade, sabemos muitas das coisas sobre o mundo que agora pensamos conhecer, então é bem possível que algumas falsas proposições são tais que é mais razoável acreditarmos naquelas proposições do que é para nós suspender o juízo”.

Roderick M. Chisholm em outra de suas obras aborda o mesmo tema com uma redação um pouco distinta:

Dado esse conceito de preferibilidade epistêmica, podemos prontamente explicar os conceitos básicos da teoria da evidência.

Poderíamos dizer, por exemplo, que uma proposição *p* está além de uma dúvida razoável em *t* que forneceu apenas que acreditar que *p* é então *epistemicamente preferível* para *S* em suspender o juízo quanto a se *p* - onde ‘suspender o juízo quanto a se *p*’ nos referimos ao estado de não aceitar *p* nem à sua negação. É evidente para mim, por exemplo, que muitas pessoas estão aqui. Isso significa que é *epistemicamente preferível* para mim crer que muitas pessoas estão aqui do que para mim nem crer nem descrever que muitas pessoas estão aqui.⁷²

Pode acontecer, porém, que uma *proposição seja evidente* para algum sujeito epistêmico. A diferença entre uma pessoa que *sabe p* e outra que *crê p* (sendo *p* verdadeiro), é que a primeira tem algo que a segunda carece. De acordo com a visão tradicional do conhecimento, a primeira tem *crença verdadeira justificada*, enquanto a segunda tem *crença verdadeira*. Segundo o autor em comento, “o *evidente* é aquilo que, quando adicionado à crença verdadeira, *produz conhecimento*”⁷³ e “para a pessoa que tem conhecimento, a *proposição verdadeira acreditada* também é *evidente*”.⁷⁴ Por exemplo, para o sujeito epistêmico que sabe que Porto Alegre é um município brasileiro que é a Capital do Estado

⁷² CHISHOLM, Roderick M.. The Foundations of Knowing. Problem Of The Criterion. Second printing. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983, p. 70-71.

⁷³ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 11. Caetano Ernesto Plastino in Teoria do Conhecimento, Disponível em http://arethusa.fllch.usp.br/node/118#_ednref11, Acessado em 03/06/2018, considera: “No entanto, o conhecimento requer que a justificação tenha um status epistêmico ainda maior, suficiente para atingir o nível da evidência: a proposição *p* é evidente se e somente se (1) *p* está além da dúvida razoável e (2) a crença em *p* é pelo menos tão justificada quanto a suspensão da crença em qualquer outra proposição *q*. Por exemplo, em certas condições, é evidente para mim que agora estou percebendo que algo é uma árvore. (Ainda assim não está excluída a possibilidade de erro.)”.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 11: “A maneira tradicional de colocar essa diferença é dizer que, para a pessoa que tem conhecimento, a verdade da proposição também é evidente”.

do Rio Grande do Sul, a proposição ‘Porto Alegre é um município brasileiro que é a Capital do Estado do Rio Grande do Sul’ é evidente para ele.

Há, contudo, uma diferença entre ‘*uma proposição ser evidente*’ e ‘*evidência adequada para uma proposição*’. É disso que fala Roderick M. Chisholm quando chama a atenção para a diferença entre ‘*p é evidente para S*’ e ‘*S tem evidência adequada para p*’.⁷⁵ De acordo com ele, a expressão ‘*p é evidente para S*’ retrata “*uma proposição evidente*”, i.e., aquela que “*está além da dúvida razoável*, é uma proposição que é tal que se *tem mais justificação para acreditar nela do que para suspender o juízo*” a respeito dela.⁷⁶ Já a locução ‘*S tem evidência adequada para p*’ exprime “*aquelas coisas que são evidentes para S fazem p além da dúvida razoável para S*”.⁷⁷

Ainda sobre ‘*uma proposição ser evidente*’ (‘*p é evidente para S*’), Roderick M. Chisholm formula a sua definição no seguinte contexto:

E o evidente tem essa característica adicional: para quaisquer duas proposições, se uma delas é evidente, então acreditar na que é evidente é *pelo menos tão justificado quanto* em suspender o juízo da outra - qualquer que seja o status epistêmico que a outra possa ter. E assim, o evidente pode ser caracterizado desta maneira:

D₄ *p é evidente para S* = D_f Para cada proposição *q*, crer que *p* está *pelo menos tão justificado para S quanto* está em suspender o juízo quanto a *se q*.⁷⁸

⁷⁵ *Ibid.*, p. 11.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 11.

⁷⁷ *Ibid.*, p. 11. Na página 12 há a observação de que tanto uma proposição que está além de qualquer dúvida razoável, quanto uma proposição que seja evidente, podem ser falsas.

⁷⁸ Sobre a expressão ‘*pelo menos tão justificado quanto*’ Roderick M. Chisholm esclarece que: “Nós tomamos ‘*pelo menos tão justificado quanto*’ como uma locução indefinida. (...) Se estabelecermos certos axiomas para a locução, podemos esclarecer exatamente o que pretendemos expressar por ela. Notemos, então, alguns dos princípios básicos que governam o uso de ‘*pelo menos tão justificado quanto*’. Primeiro, formulamos dois princípios muito gerais, nos dizendo que a relação de justificação é assimétrica e transitiva: (A1) Se *A é mais justificado do que B para S*, então *B não é mais justificado*

Roderick M. Chisholm em outra de suas obras escreve sobre esse tema de uma maneira um pouco diferente: “Uma *proposição é evidente* para uma pessoa se ela *está além de dúvida razoável* para essa pessoa *e é tal que* a inclusão dela entre as proposições sobre as quais ela baseia suas decisões é preferível a sua não inclusão”.⁷⁹

Com base nessa definição, posso dizer que se é evidente para mim que eu estou digitando em um teclado de computador, então eu *estou pelo menos tão justificado em acreditar que* eu estou digitando em um teclado de computador *como estou em suspender o juízo em acreditar que* estou caminhando no pólo norte.

Por fim, no ápice da pirâmide Roderick M. Chisholm coloca as *proposições que são certas epistemicamente*, conforme a explicação a seguir:

Movendo-se na outra direção na hierarquia epistêmica, poderíamos dizer que *uma proposição é certa, absolutamente certa*, para um dado sujeito em um dado momento, se essa proposição é então evidente para aquele sujeito e se não há outra proposição que seja tal que acreditar nessa outra proposição é então epistemicamente preferível para ele acreditar na proposição dada. É certo para mim, eu diria, que parece haver muitas pessoas aqui e que 7 e 5 são 12. Se isto é assim, então cada uma das duas proposições é evidente para mim e não há outras

do que A para S. (A2) Se A é mais justificado do que B para S, e se B é mais justificado do que C para S, então A é mais justificado do que C para S. Outros princípios nos dirão mais sobre o conteúdo estritamente epistêmico de ‘*pelo menos tão justificado quanto*’ e lançarão luz sobre algumas das questões mais fundamentais da teoria do conhecimento”. E sobre “D4 p é evidente para S”, na p. 12 o autor esclarece: “Essa concepção do evidente reflete a rejeição do pirronismo”. Theory of Knowledge, Third Edition, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc.1989, p. 12-13.

⁷⁹ CHISHOLM, Roderick M.. The Foundations of Knowing. Problem Of The Criterion. Second printing. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983, p. 71. Sobre as expressões ‘evidente’ e ‘o que está além da dúvida razoável’ Roderick M. Chisholm in Theory of Knowledge, Third Edition, Englewood Cliffs, Prentice-Hall, Inc.1989, p. 16, acrescenta: “A diferença entre o que é evidente e o que está além da dúvida razoável, mas não evidente, não é uma mera diferença quantitativa. É uma diferença qualitativa, como aquela entre estar em movimento e estar em repouso. Também é comparável à distinção entre a situação em que uma pessoa é consciente e tem sensações auditivas e aquela em que a pessoa é consciente e não tem sensações auditivas. E é comparável à distinção entre a situação em que alguém está vivo e consciente e em que alguém está vivo, mas não consciente”.

proposições que sejam tais que seria ainda melhor, epistemicamente, se eu acreditasse nessas outras proposições.⁸⁰

Dessas considerações se depreendem que o exemplo por excelência de *proposições que são certas epistemicamente*, são as oriundas da matemática. É em outro de seus trabalhos que está registrado que “certos axiomas lógicos e metafísicos que formam a base do que conhecemos *a priori*” também se enquadram na classe das *proposições que são certas epistemicamente*, oportunidade em que formaliza a seguinte definição:

A certeza epistêmica pode ser caracterizada da seguinte maneira:
 D_5 p está *certo* para S = Df Para cada q , crer que p está mais justificado para S do que em suspender o juízo quanto a se q , e crer que p está pelo menos tão justificado para S quanto é crer que q .⁸¹

Arrematando os contributos de Roderick M. Chisholm mencionados anteriormente, é possível um movimento mental entre as marcas que balizam as categorias apresentadas pelo autor. Destaco neste momento o espaço entre uma proposição evidente e uma proposição certa. O afirmado em uma proposição se tornará evidente (*'p é evidente para S'*, *'uma proposição evidente'*) para

⁸⁰ CHISHOLM, Roderick M.. The Foundations of Knowing. Problem Of The Criterion. Second printing. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983, p. 71. Caetano Ernesto Plastino in Teoria do Conhecimento, Disponível em http://arethusa.fflch.usp.br/node/118#_ednref11, Acessado em 03/06/2018, considera: “Por fim, o padrão máximo de justificação é a certeza: requer que (1) a proposição p seja evidente e que (2) não exista nenhuma outra proposição q tal que a crença em q esteja mais justificada do que a crença em p . Entretanto, não seria de bom senso exigir que todo tipo de conhecimento tenha o mais elevado status de justificação. Nossa percepção de objetos físicos é um caso em que podemos atingir a evidência (e o conhecimento), mas não a certeza, visto que estamos mais justificados a acreditar em proposições sobre as quais temos certeza, como “Todo quadrado é retângulo” ou “Penso que existo”. Em suma, segundo esse autor Conhecimento - Nível da Evidência: a proposição p é evidente se e somente se (1) p está além da dúvida razoável e (2) a crença em p é pelo menos tão justificada quanto a suspensão da crença em qualquer outra proposição q ”.

⁸¹ CHISHOLM, Roderick M.. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 12: “Esse conceito é ilustrado por aquelas proposições sobre a vida mental que às vezes são chamadas de ‘auto-apresentação’. Também é ilustrado por certos axiomas lógicos e metafísicos que formam a base do que conhecemos *a priori*”.

aquele que crê quando *estiver além da dúvida razoável*, pois nesse caso a proposição é tal que se *tem mais justificação para acreditar nela do que para suspender o juízo*” a respeito dela.⁸² Nessa situação aquele que crê estará além da dúvida razoável podendo estar abaixo da certeza ou, dependendo do caso, estar certo (v.g., certeza matemática). Parece, assim, que em termos de avaliação epistêmica é preferível a posição de estar além ou acima de qualquer dúvida razoável e alguém ou abaixo da certeza do que em *status* epistêmico inferior.

2.4 O evidencialismo de Conee e Feldman

Dos muitos sentidos e usos da palavra ‘evidencialismo’⁸³, aqui serão apresentadas reflexões sobre o *evidencialismo epistêmico*.⁸⁴ Com isso afasta-se outros tipos de evidencialismo. Não se cogitará se “talvez seja *prudente* em geral *seguir a evidência*” (*evidencialismo prudencial*)⁸⁵, tampouco aqui interessa o *evidencialismo moral* expressado por uma obrigação moral, como no exemplo de Andrew Chignell em que alguém apresenta a interjeição, “você simplesmente não deveria acreditar nisso em

⁸² CHISHOLM, Roderick M.. *Theory of Knowledge*. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989, p. 11.

⁸³ HASKER, William. *Evidentialism*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 294: Este autor cita no verbete ‘evidentialism’ o evidencialismo na filosofia da religião. Segundo essa perspectiva, “as *crenças religiosas só podem ser aceitas racionalmente se forem sustentadas pela ‘evidência total’* de alguém, entendida como significando *todas as outras proposições que se sabe ou acredita justificadamente serem verdadeiras*”.

⁸⁴ CHIGNELL, Andrew, *The Ethics of Belief*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/ethics-belief/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017: “De longe, a variedade mais influente e difundida de *Evidencialismo* é o *epistêmico* (ver Chisholm 1957, Adler 2002, Conee e Feldman 2004, Shah 2006)”. CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Introduction. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press, Oxford, 2004, p. 1-2: “Entre os antecedentes históricos do evidencialismo estão os escritos de John Locke e William K. Clifford”.

⁸⁵ Chignell, Andrew, *The Ethics of Belief*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/ethics-belief/>>.

relação a seu amigo!", em um contexto em que "a deslealdade do amigo não é conclusivamente apoiada pela evidência". Nesse caso não haveria evidência suficiente para exigir um comportamento de acordo com a interjeição realizada.⁸⁶

A *avaliação epistêmica*⁸⁷ é segregada das demais avaliações, tais como, *avaliações morais e prudenciais* acerca da crença (ainda que possam estar relacionadas de alguma maneira) e como diz Earl Conee e Richard Feldman "as *crenças epistemicamente justificadas* podem deixar de ser *moralmente* ou *prudencialmente avaliadas*".⁸⁸ Por outro lado, assumindo que 'internismo' é sinônimo de 'evidencialismo', o que conta como evidência será considerado conforme a perspectiva da *estrutura da justificação*: se *fundacionista*, *coerentista* ou *infinetista*. E, como já anunciado no subtítulo o *evidencialismo epistêmico* ou da *teoria evidencialista em epistemologia* que interessa para o presente trabalho é aquela assumida por Richard Feldman e Earl Conee.⁸⁹ De qualquer

⁸⁶ *Ibid.*

⁸⁷ HASKER, William. *Evidentialism*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 294: Para ser racionalmente justificada, em termos evidencialistas, o grau de crença de alguém deve ser proporcional à força do suporte evidencial. (...) Para o evidencialismo as crenças estão sujeitas a avaliações racionais.

⁸⁸ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. CLARENDON PRESS • OXFORD, 2004, p. i. "Resumo: Esta é a visão de que se uma pessoa está *epistemicamente justificada em acreditar em uma proposição*, isto é *determinado inteiramente pela evidência* da pessoa. Fundamentalmente, é uma *tese de superveniência* de acordo com a qual os fatos sobre se uma pessoa está ou não justificada epistemicamente em acreditar em uma proposição, *sobrevém* ou não aos *fatos que descrevem as evidências* que a pessoa possui. De acordo com o *evidencialismo*, as *avaliações epistêmicas* são distintas das *avaliações morais e prudenciais* de crer, e as *crenças epistemicamente justificadas* podem falhar em ser moral ou prudencialmente valiosas".

⁸⁹ CONEE, Earl. *First Things First*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 15-16. Aqui não será tratado sobre o 'Evidencialismo Aparente' (EA) ['seeming evidentialism' (SE)], segundo o qual "a *evidência* de alguém sobre uma proposição *inclui* tudo o que *aparece* à pessoa *sustentar a verdade* da proposição", ou seja, a *aparência de que p fornece razão justificadora* para *crer p*. Eis as palavras de Earl Conee: "Esta *caracterização abstrata do evidencialismo sobre razões* pode ser aplicada diretamente às questões *meta-epistemológicas* que estamos discutindo. (...) Uma versão credível do *evidencialismo* é que a *evidência positiva é fornecida pela verdade aparente*. A ideia geral é que a *evidência de alguém sobre uma proposição inclui* tudo o que *parece* à pessoa *sustentar a verdade da proposição*. Chame isso de '*evidencialismo aparente*' (EA). O que *parece verdadeiro* são *proposições*. Elas *parecem verdadeiras em virtude do fato de que* estamos espontaneamente *inclinados a considerar algo de que* estamos conscientes como *indicadores de sua verdade*. A tese

maneira, quer pela ótica desses autores ou por outros defensores de alguma *teoria evidencialista em epistemologia*,⁹⁰ o conceito de *evidência* tem um papel central na compreensão do que seja uma crença justificada ou mesmo para a justificação como condição para o conhecimento.

Nessa linha sobre a crença justificada ou mesmo a justificação (“*justification, or rationality or reasonableness*”)⁹¹ como condição para o conhecimento, Richard Feldman e Earl Conee asseveram que o “*evidencialismo* é primariamente uma tese sobre a *natureza da justificação epistêmica* e, secundariamente, uma tese sobre a *natureza do conhecimento*”.⁹²

O *evidencialismo* é uma tese sobre a *natureza da justificação epistêmica* haja vista que ela “é uma *função da evidência*” o que segundo os autores faz com que a “as *atitudes doxásticas* de uma pessoa estejam *epistemicamente justificadas* se e somente se elas se *encaixam na evidência* que a pessoa tem”. Ao tratar da *diferença* entre as *teorias evidencialistas*, os autores chamam a atenção que “elas diferem sobre exatamente *o que conta como evidência, o que é*

substantial sobre evidência de EA é que esse tipo de *inclinação submete algo* que, de fato, é *indicativo de verdade* para nós. O que primariamente nos atinge indicando a verdade são *qualidades conscientes, memórias e conexões conceituais*. A consciência disso não é crença. Algumas de nossas crenças sustentam outras porque, dentre as *conexões conceituais* que discernimos, estão *relações dedutivas e indutivas*. Quando uma *proposição que parece verdadeira parece implicar outra*, e nenhuma dúvida sobre esta última parece surgir, então a última proposição também parece verdadeira. Assim, uma *proposição pode parecer verdadeira*, em parte, *parecendo seguir de outra*. A respeito de qualquer pensamento, nossa base epistemológica racional para o nosso pensamento inicial sobre sua verdade é a nossa *evidência inicial* sobre o assunto. Na versão atual do evidencialismo, EA, isso consiste em *como as coisas nos parecem inicialmente*”.

⁹⁰ MITTAG, Daniel M.. Evidentialism. Internet Encyclopaedia of Philosophy. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/evidenti/>> Acesso em: 29/05/2017: “*evidencialismo* é uma tese sobre a justificação proposicional, e não uma tese sobre a justificação doxástica. Ou seja, o evidencialismo é uma tese sobre quando se está justificado em crer numa proposição, não uma tese sobre quando a crença de alguém está justificada. Este último exige não apenas que alguém tenha boas razões para acreditar, mas também que alguém acredite por essas boas razões”.

⁹¹ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 21.

⁹² CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 95-96.

para uma pessoa ter algo como evidência, e quais proposições ou atitudes um determinado corpo de evidência suporta".⁹³

Por outro lado, ainda que secundariamente, o evidencialismo também é uma tese sobre a *natureza do conhecimento* porque "a *tese evidencialista sobre o conhecimento é que a justificação, entendida em termos evidencialistas, é necessária para o conhecimento*". Aqui no particular as diferentes versões ocorrem sobre "que *grau de apoio é necessário para o conhecimento e quais outras condições são necessárias para o conhecimento*".⁹⁴

Esse ponto sobre o evidencialismo epistêmico ser, primariamente, uma tese sobre a natureza da justificação e, secundariamente, uma tese sobre a natureza do conhecimento, salienta que o evidencialismo epistêmico defendido pelos referidos autores dá mais ênfase a natureza da justificação epistêmica, *per se*, ainda que o passo seguinte possa tratar da natureza do conhecimento, do que uma tese sobre esta erigida com a mesma solidez e desenvoltura. Essa impressão causada pela leitura dos textos de Earl Conee e Richard Feldman, escritos conjuntamente ou isoladamente, não será aqui desenvolvida por não fazer parte do escopo do presente trabalho e, tampouco, isso parece relevante para cumprir com o compromisso aqui assumido.

Prosseguindo, "o *evidencialismo*, sugerido por Chisholm (1977) e defendido explicitamente em Feldman e Conee (1985), sustenta que *uma crença está epistemicamente justificada para uma pessoa se, e somente se, a evidência da pessoa suporta essa crença*".⁹⁵ Segundo essa linha defendida por Earl Conee e Richard Feldman o termo *evidencialismo* é usado como a "visão de que a *justificação epistêmica de uma crença é determinada pela qualidade da evidência do crente para a crença*" que possui, mas não apenas a

⁹³ *Ibid.*, p. 95-96.

⁹⁴ *Ibid.*, p. 95-96.

⁹⁵ FELDMAN, Richard. *Evidence. A Companion to Epistemology*. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blachwell Companions to Philosophy, 2010, p. 351.

justificação epistêmica de uma crença, pois igualmente podem estar epistemicamente justificadas outras atitudes doxásticas, como a descrença e a suspensão de juízo.⁹⁶

Disso se depreende que no evidencialismo epistêmico é central o papel do conceito de evidência o que exige a determinação de sua caracterização. Ainda que a determinação do conceito de evidência seja buscado mais adiante, por exemplo, a questão da qualidade da evidência que recebeu destaque na passagem acima já fornece um critério, expresso na seguinte formulação apresentada por Earl Conee e Richard Feldman:

*A atitude doxástica que uma pessoa está justificada em ter é aquela que se ajusta à evidência da pessoa. Mais precisamente: JE. A atitude doxástica D em relação à proposição p está epistemicamente justificada para S em t se, e somente se, ter D em relação à p se ajusta à evidência de S em t.*⁹⁷

Ou, na formulação de Richard Feldman do princípio evidencialista sobre a justificação epistêmica, anteriormente apresentado:

*JE. Crer p está justificado para S em t sse a evidência de S em t sustenta p.*⁹⁸

Deve haver, então, alguma *conexão* entre a *atitude doxástica* de alguém e a sua *evidência*, em uma determinada dimensão de tempo e espaço, para que haja justificação. Não atenderá a esse critério a crença de alguém que não se ajusta, excaixa ou corresponda a sua evidência. A atitude justificada para uma crença, descrença ou suspensão do juízo será aquela que se *encaixa* na

⁹⁶ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 4. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004. C. 4 *Evidentialism*, p. 83.

⁹⁷ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004. C. 4 *Evidentialism*, p. 83. Essa mesma redação e anterior a ela consta em CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Philosophical Studies (Minneapolis), 48:1 (1985: July) p. 15.

⁹⁸ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Upper Saddle River, NJ: Prentice-Hall, 2004, p. 45.

evidência disponível em um determinado momento. Isso quer dizer que poderá ocorrer de a evidência ser inadequada ou sequer ser evidência se a crença não está nela apoiada ou ela não servir de apoio.⁹⁹ E, até mesmo, a pessoa não ter justificação no momento *t*, porque “o que está justificado para um indivíduo muda ao longo do tempo”.¹⁰⁰ Como diz Andrew Chignell “crer com base em evidências insuficientes é uma falha epistêmica” e, nessa mesma passagem, lembra a “*tese da proporcionalidade de Locke* de acordo com a qual *nosso grau de crença deve ser proporcional à força de nossa evidência*”.¹⁰¹ Prosseguindo, em relação à sobredita formulação de JE, não obstante ela tratar da crença justificada, como o próprio Richard Feldman observa, é possível pensar JE de maneira tal que alcance crença, descrença e suspensão de juízo.¹⁰²

Se a qualidade da evidência é um critério necessário, poderei tratar da avaliação da qualidade da evidência pela perspectiva

⁹⁹ Aqui não faço referência a distinção entre “justificação proposicional” (estar justificado em crer) e “justificação doxástica” (crer justificadamente) que é apresentada ao longo do trabalho. Como diz Richard Feldman: “Esses exemplos mostram que há duas ideias relacionadas de justificação que devemos distinguir. Uma é adequadamente expressa por (JE). É o *análogo epistêmico da ação que é de fato boa*, i.e., o *melhor a ser feito, dada a situação*. Há várias maneiras diferentes de expressar essa ideia: S está justificado em acreditar que *p*. (...) O segundo tipo de justificação é o *análogo epistêmico da ideia de fazer a coisa certa pelas razões certas*. Esta é a ideia de uma crença ‘bem formada’ ou ‘bem fundada’. Expressaremos essa ideia dizendo coisas como (...) S justificadamente acredita que *p*” in Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 46.

¹⁰⁰ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 22.

¹⁰¹ CHIGNELL, Andrew, The Ethics of Belief, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/ethics-belief/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017: “A tese central do Evidencialismo epistêmico é que as normas de evidência que governam a crença são de alguma forma baseadas na natureza e objetivos da própria razão teórica. Crer em evidências insuficientes é, no fundo, uma falha epistêmica - a incapacidade de usar nossas faculdades cognitivas de tal forma que possamos adquirir conhecimentos significativos e evitar crenças injustificadas significativas. Alguns filósofos nessa tradição também defendem a tese de proporcionalidade de Locke de acordo com a qual nosso grau de crença deve ser proporcional à força de nossa evidência (ver White, 2005)”.

¹⁰² FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 45: “JE Diz que a atitude justificada - crença, descrença ou suspensão do julgamento - é a que se encaixa na evidência”.

abstrata ou concreta. A avaliação da qualidade da evidência será abstrata ou *a priori* quando não levado em conta algum caso concreto. Estarei, em certo sentido, avaliando as qualidades de uma evidência ideal. Por outro lado, concretamente ou *a posteriori*, estarei diante de um caso de evidência efetiva que submeto ao crivo de minha avaliação.

Abstraindo momentaneamente a questão da qualidade da evidência, apenas para refletir sobre ela mesma, o evidencialismo inequivocamente se apresenta como teoria evidencialista para a qual “é a posse de evidência que é a marca de uma crença justificada”.¹⁰³ E, agora, voltando ao aspecto qualitativo, é a posse de evidência com determinadas qualidades o critério que determina uma crença justificada.

O evidencialismo assim caracterizado contempla em seu contexto o que Earl Conee e Richard Feldman denominam de ‘tese de superveniência’:

Esta é a visão de que se uma pessoa está epistemicamente justificada em acreditar em uma *proposição é determinada* inteiramente pela *evidência* da pessoa. Fundamentalmente, é uma *tese de superveniência* de acordo com a qual os *fatos* sobre se uma pessoa *está ou não justificada* epistemicamente em acreditar em uma *proposição sobrevém dos fatos* que *descrevem a evidência* que essa pessoa possui.¹⁰⁴

Se depreende da *tese de superveniência* que há uma relação de dependência ou de determinação entre os fatos descritores da evidência de alguém e os fatos acerca do *status* de justificação

¹⁰³ *Ibid.*, p. 41.

¹⁰⁴ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. CLARENDON PRESS. OXFORD, 2004, p. i. “Resumo: Esta é a visão de que se uma pessoa está epistemicamente justificada em acreditar que uma proposição, está determinada inteiramente pela evidência da pessoa. Fundamentalmente, ela é uma tese de superveniência de acordo com a qual os fatos sobre se uma pessoa está ou não justificada epistemicamente em acreditar em uma proposição, *sobrevém* ou não aos fatos que descrevem a evidência que a pessoa possui. De acordo com o evidencialismo, as avaliações epistêmicas são distintas das avaliações morais e prudenciais do crer, e as crenças epistemicamente justificadas podem falhar em ser moral ou prudencialmente valiosas”.

dessa mesma pessoa. Relação essa que ainda pode ser captada no sentido em que os fatos descritores da evidência de alguém está em uma posição de *prius* lógico ou cronológico, ou ambos, em relação aos fatos acerca do *status* de justificação dessa mesma pessoa, sem necessariamente haver uma redução entre ambos.

De qualquer modo, o que Richard Feldman e Earl Conee sustentam é que a *tese da superveniência* consiste em que “a justificação fortemente sobrevêm a partir de um corpo de evidência”. Consequentemente “uma resposta doxástica justificada epistemicamente” que um sujeito epistêmico tenha frente a um “corpo de evidência é essencialmente (ou necessariamente) uma resposta justificada”. Sobre a ‘intensidade’ da reação ou resposta do sujeito epistêmico, há pelo menos duas perspectivas, a ‘forte’ e a ‘fraca’:

A afirmação *forte* de *superveniência* implica que *necessariamente*, se dois indivíduos tiverem a *mesma evidência*, então eles *estão justificados* em acreditar na mesma proposição. Uma tese evidencialista mais *fraca* sustenta que dois indivíduos *no mesmo mundo possível* que têm a *mesma evidência* *estão justificados* em acreditar na mesma proposição.¹⁰⁵

Dentre as duas alternativas, Richard Feldman e Earl Conee sustentam a *tese da superveniência forte*.¹⁰⁶

Embora as diversas disputas entre as teorias epistêmicas e a noção de ‘evidência’ ser o cerne do *evidencialismo*, “ninguém nega que, frequentemente, a *evidência* é importante à *justificação* e *nenhum epistemólogo* dotado de sensibilidade *instaria* as pessoas a *desconsiderar suas evidências* quando forem *formar crenças*”.¹⁰⁷

¹⁰⁵ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 99.

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 99.

¹⁰⁷ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall Foundations of Philosophy Series, 2003: “(...) justificação considerando a idéia evidencialista de que a justificação é um problema de ajustar uma crença com uma evidência. Embora nenhuma objeção decisiva ao evidencialismo tenha surgido em nossa discussão, muitos epistemólogos contemporâneos rejeitam essa visão. Ninguém

Agora, para “uma versão completamente elaborada do evidencialismo”, Richard Feldman e Earl Conee, chamam a atenção para o fato de que devem ser explicadas “algumas questões reconhecidamente difíceis”. A primeira questão trata da “*natureza do suporte* que os *estados perceptuais* fornecem às crenças do mundo exterior”.¹⁰⁸ A segunda questão diz respeito ao “*status evidencial de crenças e memórias armazenadas*”.¹⁰⁹ A terceira questão trata da “*relação de base*”.¹¹⁰

nega que, freqüentemente, a evidência é importante à justificação e nenhum epistemólogo dotado de sensibilidade instaria as pessoas a desconsiderar suas evidências quando forem formar crenças. Ao contrário, eles pensam que fazer a crença ajustar-se à evidência é somente parte da história. A história toda, pensam eles, inclui considerações sobre o processo que inicia e sustenta as crenças”.

¹⁰⁸ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 99-100: “A primeira questão diz respeito à *natureza do suporte* que os *estados perceptuais* fornecem às crenças do mundo exterior. A *experiência* de alguém sentir calor, muitas vezes desempenha um papel central em justificar a sua crença que se está em um lugar quente. Essa *experiência* justifica em virtude de ter *conteúdo proposicional*, ou por algum caráter fenomenal puro que tem? Seja qual for a resposta fornecida, surgem outras questões difíceis. Se a *experiência* tem *conteúdo proposicional*, exatamente o que é esse conteúdo? Como o conteúdo se relaciona epistemicamente com o caráter fenomenal do estado, por um lado, e com a crença justificada do outro? Se, em vez disso, a *experiência de sensação de calor* ajuda a justificar a crença de que se está em um lugar quente em virtude de seu caráter qualitativo, *como um estado fenomenal interno* conduz para ser uma razão para uma crença em relação à temperatura externa? Estas questões não surgem apenas para teorias evidencialistas. Qualquer teoria aceitável da justificação deve reconhecer que as *experiências* podem fazer uma semelhante contribuição justificada”.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 99-100: “Uma segunda questão difícil para o evidencialismo diz respeito ao status evidencial de crenças e memórias armazenadas. Parece claro que memórias profundamente enterradas que só poderiam ser recuperadas através de uma extensiva psicanálise não comportariam em status epistêmico das crenças atuais de alguém. No entanto, algumas informações armazenadas parecem relevantes. Assim, se uma pessoa venha a ter um método para identificações justificadas de carvalhos pela forma de suas folhas, então a pessoa pode ter uma crença justificada de que há um carvalho presente quando a pessoa vê uma forma apropriada. Não é necessário que a pessoa conscientemente acolha uma proposição para o efeito de que a forma é indicativa de carvalhos, nem a pessoa deve pensar em quaisquer razões sustentando esta proposição. A justificação da crença do carvalho depende, porém, de usar o método lembrado. A questão difícil é especificar de forma geral e informativa quais memórias afetam e quais não afetam a justificação. Novamente, esse problema não se restringe às teorias evidencialistas. Qualquer teoria aceitável da justificação deve explicar a distinção entre as memórias que afetam a justificação e as que não afetam”.

¹¹⁰ *Ibid.*, p. 99-100: “Uma terceira questão difícil diz respeito à relação de base. Suponha que a evidência total de uma pessoa sustenta uma proposição, e alguém acredita nessa proposição. o que, exatamente, é necessário para alguém acreditar nessa proposição com base na evidência adequada? O desafio é explicar a distinção entre acreditar nas coisas certas por razões corretas e acreditar nas coisas certas, mas não por qualquer razão correta (onde o correto/certo é epistemicamente

Dessas considerações exsurgem dois conceitos importantes que merecem destaques. De um lado, é preciso determinar o conceito representado pela palavra ‘evidência’, ou seja, é preciso responder a pergunta: o que é evidência? De outro lado, deve ser estabelecido com precisão essa relação de suporte que a evidência oferece para a crença. Ambos serão tratados no subitem seguinte.

2.5 Algumas questões relacionadas à evidência

O conceito de evidência por ser ambíguo¹¹¹ exige determinação clara e precisa. O fato é que na filosofia ‘evidência’ tem sido estudada com denodo.¹¹² Para “o especialista forense, a

entendido). Neste caso também o desafio existe independentemente da abordagem da própria natureza da justificação. nenhuma teoria adequada pode falhar para acomodar esta diferença”.

¹¹¹ Sobre a ambiguidade da palavra ‘evidência’ Desidério Murcho assim se manifesta: “A palavra inglesa ‘evidence’, tal como é usada nos contextos filosóficos e não só, esconde subtilezas que dificultam a leitura e a tradução de estudantes e professores, assim como do grande público. Em diferentes contextos, pode-se traduzir ‘evidence’ igualmente bem por ‘provas’, ‘dados’, ‘indícios’ ou ‘informação’. Mas a ideia subjacente é sempre a mesma: as provas a favor de algo são as razões que justificam a crença nisso. (...) Infelizmente, a palavra inglesa ‘evidence’ é fonética e ortograficamente parecida com ‘evidência’ — de modo que as traduções enganadoras não se fizeram esperar. Ainda que um dos significados da palavra portuguesa ‘evidência’ seja o mesmo que ‘prova’, o termo raramente ou nunca é usado correntemente nesse sentido, e é muitíssimo usado no outro. De forma que o uso de ‘evidência’ no sentido de ‘prova’, sem quaisquer explicações, é didáctica e pragmaticamente errado pois confunde gravemente as coisas — o sentido primário será aquele que, desavisado, o estudante terá em mente. Primariamente, uma evidência é algo que é evidente; as evidências são as coisas óbvias ou evidentes. Por exemplo, é evidente que a neve é branca, mas não é evidente que a Terra está em movimento; contudo, há provas de que a Terra está em movimento. Nos casos de provas directas observacionais, como olhar e ver que a Maria está com um vestido verde, há provas evidentes: a prova evidente de que a Maria está com um vestido verde é que eu olho e vejo isso imediatamente. Isto significa apenas que a prova de que a Maria tem um vestido verde é o facto óbvio de alguém olhar e ver. O que não acontece com a prova de que a Terra está em movimento, a prova da composição da atmosfera de Júpiter ou a prova de tribunal de que uma dada pessoa roubou outra”. MURCHO, Desidério. *Evidence*. 9 de Março de 2006 Disponível em: <<http://criticanarede.com/ed111.html>> Acesso em: 24/05/2016.

¹¹² A importância da evidência como tema da filosofia pode ser notado pela pluralidade de manifestações de autores dos mais variados matizes filosóficos ao longo da história. Cito alguns. Alfred Jules Ayer in *Philosophy in the Twentieth Century*, New York, Vintage Books, 1984, p. 18. “De minha parte, acho que, se alguém estivesse procurando uma única frase para capturar o *estágio para o qual a filosofia progrediu*, ‘o estudo da evidência’ seria uma escolha melhor do que ‘o estudo da linguagem’”. Do mesmo autor em *Probability and Evidence*, New York, Columbia University Press, 1972, p. 3: “Um homem racional é aquele que faz um uso adequado da razão: e isso implica, entre outras coisas, que ele *calcule corretamente a força da evidência*. Em muitos casos, o resultado será que ele é capaz de reivindicar suas afirmações,

evidência pode consistir de impressões digitais em uma arma, uma faca ensanguentada, ou um vestido manchado de sêmen”. Nesse caso, evidência é o “tipo de coisa que se poderia colocar em um saco plástico e um rótulo ‘Exibição A’. Já para “um arqueólogo, evidência é o tipo de coisa que alguém pode desenterrar do solo e cuidadosamente enviar para um laboratório para análise posterior. Da mesma forma, para o historiador, a evidência pode consistir de documentos até então negligenciados recentemente descobertos em um arquivo ou na biblioteca pessoal de um indivíduo”. Esses exemplos têm em comum o fato de a “evidência consistir paradigmaticamente de objetos físicos, ou talvez, objetos físicos dispostos de determinadas maneiras”.¹¹³

adicionando outras proposições que as sustentam”. David Hume, *An Enquiry Concerning Human Understanding* (10. Miracles), Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican, Oxford University Press, 2007, p. 80: “Um homem sábio, portanto, *adapta sua crença à evidência*”. Brand Blanshard in *Reason and Analysis*, New York, Brand Blanshard, 2013, p. 26: “O que está presente através de todos esses significados em expansão é a compreensão da lei ou princípio. Tal compreensão é intelectual; não é uma questão de sentir ou perceber, mas de entender. Entende-se que os princípios assim compreendidos são válidos independentemente de nossa compreensão e, portanto, válidos para todos os homens. Portanto, pertence à ideia do *homem racional ser objetivo ou imparcial*. Na medida em que a *pessoa é governada pela razão, as conclusões da pessoa seguirão as evidências sem serem influenciadas pelo sentimento ou pelo desejo*, e a conduta e o pensamento da pessoa serão ordenados por princípio”. Do mesmo autor em *Razão e Crença*: “*O que é meritório ... não é a mera crença em tal ou qual coisa, mas o fato de ter chegado a ela por um processo que, se as evidências fossem diferentes, teria levado alguém com a mesma disposição a uma crença contrária*”. Noah Lemos in *An Introduction to the Theory of Knowledge*, Cambridge University Press, 2007, pg. 20, “Uma visão mais promissora seria a de que, se alguém tem evidência para uma proposição, *p*, e nada em sua evidência total derrota sua evidência para *p*, então *p* está justificado para ela”. Robin George Collingwood in *The Idea of History*, New York, Oxford University Press, 1994, p. 10 e 279: “Aqui, novamente, há muitas perguntas difíceis a serem feitas sobre quais são as características da evidência e como ela é interpretada. (...) E quando *tentamos definir ‘evidências’* no mesmo espírito em que definimos ‘fontes’, *achamos muito difícil*”.

¹¹³ KELLY, Thomas, *Evidence*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), First published Fri Aug 11, 2006; substantive revision Mon Jul 28, 2014. Disponível em: <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/evidence/>>. Acesso em: 05 de abril de 2016. FELDMAN, Richard. *Evidence. A Companion to Epistemology*. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010, p. 349-350. Sobre a noção de evidência para o evidencialismo e à epistemologia em geral, Richard Feldman segue no mesmo sentido: “... difere do conceito relacionado de evidência usado no direito. No direito, ou pelo menos nas discussões informais do direito, as evidências incluem objetos físicos e eventos. Armas e pegadas, por exemplo, são comumente ditas ser evidências. Nas discussões filosóficas, as evidências geralmente são consideradas estados internos, como crenças, ou as proposições elas mesmas acreditadas. Assim, a crença (ou proposição) de que uma arma de certo tipo foi usada pode ser uma evidência da culpa de uma pessoa”.

Enquanto um objeto de arte, por exemplo um vaso vermelho, é um item físico considerado algures como evidência, no sentido filosófico-epistêmico, notadamente sob a perspectiva do *evidencialismo* seguido por Conee e Feldman, a *evidência* inclui *crenças justificadas* e *experiências*, sobre esse objeto.¹¹⁴

Sendo assim poderá haver crenças justificadas ou experiências com o vaso vermelho que constituam evidências, mas esse *item físico*, *per se*, *não constitui evidência*.

Essa distinção permite uma primeira caracterização na medida em que, de um lado, está o vaso vermelho, e, de outro, algo dos *estados mentais* do sujeito *S* (o apreciador da obra de arte).

Facilita a compreensão a adaptação do exemplo acima com a observação de Dan O'Brien. Esse autor afirma que “as *crenças são representações do mundo*” e ao acreditar que há um vaso vermelho diante de mim, “*estou a representar certos objectos do mundo*”, no caso, um vaso vermelho “como tendo uma *certa propriedade*”, ou seja, a vermelhidão. Para isso, eu “tenho de possuir os *conceitos*” de ‘vaso’ e ‘vermelhidão’, “conceitos estes que convocam tais objetos e propriedades. E por serem “*conceptuais que estas crenças podem desempenhar uma função justificatória*”.¹¹⁵

No exemplo desenvolvido por Dan O'Brien ele tem a crença de que as lulas (objeto do mundo) são viscosas (propriedade) e que determinado sujeito *S* “não gosta de comer coisas viscosas”. A partir disso ele crê justificadamente que o sujeito *S* “não vai pedir lulas no restaurante”. Ele acredita na conclusão de que o sujeito *S* “não vai pedir lulas no restaurante” porque acredita em suas premissas (as lulas são viscosas e o sujeito *S* “não gosta de comer coisas viscosas”). As crenças em cada uma das duas premissas dão boas razões para crer que a conclusão deverá ser verdadeira. Como diz o citado autor, “*só pensamentos conceptualmente estruturados*

¹¹⁴ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. i.

¹¹⁵ O'BRIEN, Dan. *Introdução à Teoria do Conhecimento*. Lisboa: Gradiva, 2013, p. 131.

como estes podem *fornecer razões justificatórias*. E podem-no fazer porque são o gênero de coisas passíveis de integrar argumentos. (...) A justificação é, pois, uma noção inferencial ou conversacional”.¹¹⁶

As crenças são formadas com base nas *informações disponíveis* ao sujeito. Como já foi mencionado, sob a perspectiva filosófica os objetos físicos não são em si evidências. No caso de um vaso vermelho, impressões digitais em uma arma, faca ensanguentada, vestido manchado de sêmen, algo desenterrado do solo, documento encontrado, ..., essas coisas em si não são evidências no sentido filosófico, contudo, alguém pode possuir informações sobre essas coisas. Nesse caso, como diz Richard Feldman “as *informações* de alguém *sobre tais objetos* podem ser *evidências no sentido filosófico*”.¹¹⁷

Por outro lado, deve ser segregada a fonte da informação da informação propriamente dita. Oportunamente será tratada a questão das possíveis fontes das evidências, mas neste momento interessa a evidência em si. Na linha apresentada por Richard Feldman, a evidência de uma pessoa consiste em toda a sua informação disponível que tenha relevância para alguma proposição, relacionada com a sua verdade ou a falsidade.¹¹⁸ Não será tratado no presente trabalho as questões que envolvem a relação entre *evidência de primeira ordem* (ou *evidência, tout court*, ou *evidência de ordem inferior*) e *evidência de segunda*

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 131. Convém observar que isto é contestado por fundacionistas, conforme consta logo em seguida na nota onde menciono Rogel Esteves de Oliveira in *Metaconhecimento e ceticismo de segunda ordem*. Porto Alegre: EDIPUCRS-Editora Fi, 2016, particularmente, p. 122 e 126.

¹¹⁷ FELDMAN, Richard. *Evidence*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293.

¹¹⁸ FELDMAN, Richard. *Evidence*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293: “In philosophical discussions, a person’s evidence is generally taken to be all the information a person has, positive or negative, relevant to a proposition”.

ordem (ou *metaevidência*, ou *evidência de ordem superior*) no contexto de metaconhecimento ou metajustificação.¹¹⁹

Epistemicamente, o conceito de *evidência* tem um papel central porquanto está relacionado aos conceitos de *conhecimento* e de *racionalidade*. Segundo Richard Feldman, pelo ângulo da definição tripartite de conhecimento, ainda que se considere os contributos de Edmund Gettier¹²⁰ através de seus contra-exemplos à noção clássica de conhecimento, “alguém tem *conhecimento* somente quando tem crença verdadeira baseada numa evidência muito forte”. Pelo ângulo da racionalidade, “*crença racional* é a crença baseada em evidência adequada, mesmo se esta evidência fiquem aquém do que é necessário para o conhecimento”.¹²¹

Esse pensamento de Richard Feldman torna inexorável a comparação entre *evidência para o conhecimento* e *evidência para a crença racional*. Sopesando uma mesma evidência, todavia em relação a termos distintos, ou seja, evidência para o conhecimento e evidência para a crença justificada, parece autorizado concluir-se a possibilidade de circunstâncias tais que a sua força ou o seu peso sejam distintos. Em outras palavras, não necessariamente a mesma evidência terá sempre o mesmo peso no contexto de conhecimento e no contexto de uma crença justificada. Neste o grau de exigência poderá ser menor do que naquele, uma vez que nas palavras do autor uma ‘*evidência adequada*’ para a crença

¹¹⁹ Sobre isso ver Rogel Esteves de Oliveira in *Metaconhecimento e ceticismo de segunda ordem*. Porto Alegre: EDIPUCRS-Editora Fi, 2016, particularmente, p. 122 e 126: “*Tese da identidade das evidências de 1ª e 2ª ordens*: A evidência que produz um estado normativo-epistêmico de primeira ordem também produz o estado normativo de segunda ordem que tem o primeiro estado como seu “objetivo”. Em particular, a evidência que produz *justificação de primeira ordem* é a mesma que também produz *justificação de segunda ordem*. (...) *tese da introspecção ou reflexão* (...) Deste modo, as evidências de primeira e segunda ordens não seriam idênticas: enquanto a evidência de primeira ordem para crer em P poderia ser uma *experiência sensorial*, por exemplo, a evidência de segunda ordem para crer em “Eu sei que P” seria a *experiência da introspecção*”. Ou, ainda, FELDMAN, Richard. *Respecting the Evidence*. *Philosophical Perspectives*, 19, Epistemology, 2005, p. 97-100.

¹²⁰ GETTIER, Edmund. Is Justified True Belief Knowledge? *Analysis* 23:121-3 (1963).

¹²¹ FELDMAN, Richard. *Evidence*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293.

justificada pode ser uma evidência insuficiente para o conhecimento.

A *atitude avaliativa criteriosa* sob a perspectiva da justificação epistêmica aferirá se é racional acreditar em determinada proposição. Aqui abrirei um breve parêntese sobre uma perspectiva geral a respeito da racionalidade.

Como a *atitude avaliativa da sindicância* tem pretensão de uso adequado da razão, tanto na perspectiva do sujeito que investiga, quanto sob a ótica do sujeito investigado, não é despidendo observar que a racionalidade em sua dimensão normativa não logrou consenso universal entre os filósofos, porquanto “várias ações, crenças ou desejos concorrentes *contam* como *racionais*”, salvo pelo fato que “para qualquer ação, crença ou desejo, *se é racional devemos escolhê-lo*”. Diante disso, a irracionalidade tornaria-se foro da “categoria normativa mais fundamental” porque “todos concordam que dizer de uma ação, crença ou desejo que é *irracional* é afirmar que isso *deve ser sempre evitado*”.¹²² Pode causar estranheza uma aparente exacerbação da irracionalidade como a maneira de melhor compreender a racionalidade, entretanto isso pode ser tratado como uma técnica disponível ao sujeito doxástico para maior clareza na identificação de uma situação ou de outra.

Ainda vista de um modo geral, a *racionalidade* em sua *dimensão descritiva* “refere-se às *capacidades intelectuais*, geralmente envolvendo a *capacidade de usar a linguagem*” o que seria um traço distintivo entre pessoas e plantas e outros animais de um modo geral, havendo disputa quanto a golfinhos e chipanzés.¹²³ Por outro lado, é possível estabelecer uma dicotomia entre *racionalidade instrumental* e *racionalidade substancial*. A *racionalidade instrumental*, orientada a objetivos, implicará em

¹²² GERT, Bernard. Rationality. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 772-773.

¹²³ *Ibid.*, p. 772-773.

irracionalidade se “você (conscientemente) falha em fazer o melhor que pode, ou pelo menos fazer o que você julgar adequado, para alcançar seus objetivos”. Por sua vez, a *racionalidade substancial*, pressupõe que os “objetivos finais são racionalmente avaliáveis, como sustentam as tradições aristotélica e kantiana”, mas essa teoria perdeu “popularidade com o surgimento da moderna teoria da decisão”. Com isso, fecho o parêntese aberto para algumas aproximações relacionadas ao tema principal, mas que não serão aqui aprofundadas para não ultrapassar o escopo deste trabalho.¹²⁴

Em relação às perspectivas acerca da racionalidade tratada nas linhas anteriores, a racionalidade epistêmica parece se apresentar como instrumental na medida em que tem por objetivo relevante à “aquisição da verdade e à prevenção da falsidade”. E, para isso, o conceito de ‘evidência’ é fundamental.¹²⁵

Agora, em uma perspectiva mais específica e relacionada com a *crença*, com a *evidência* e com a *justificação*, está a *racionalidade bayesiana* que segundo David Alan Johnson, apresenta-se como “uma propriedade” que um sistema de crenças está dotado em “virtude da ‘conformidade com o cálculo de probabilidade’ do sistema”.¹²⁶ Cumpre destacar que nesse âmbito a crença é tratada em graus e não em termos absolutos, como assevera André Luiz de Almeida Lisboa Neiva: “O modelo de crença *simpliciter*, ou modelo de crença tudo-ou-nada, não considera crenças de agentes doxásticos em termos de gradações em um determinado intervalo”. Segundo, o “modelo *mainstream* de crença em epistemologia” o sujeito ou crê que p , ou descrê que p ou suspende o juízo em relação à p de maneira absoluta e não de maneira graduada ou em graus de crença. Essa abordagem utiliza dois conceitos importantes. De um lado, o conceito de

¹²⁴ MOSER, Paul K.. Irrationality. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 443-444.

¹²⁵ *Ibid.*, p. 443-444.

¹²⁶ JOHNSON, David Alan. Bayesian rationality. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 74.

‘probabilismo’, de outro, o conceito de ‘Bayesianismo’. Segundo André Luiz de Almeida Lisboa Neiva,

Probabilismo é a concepção que propõe (...) que crenças de agentes doxásticos são uma questão de graus, modeladas em termos de probabilidades subjetivas ou *credences*. Graus de crença, contudo, precisam satisfazer as regras do maquinário probabilístico para que sejam racionais ou, em sentido mais estrito, coerentes probabilisticamente. Por sua vez, *Bayesianismo* é uma teoria que estabelece modos pelos quais graus de crença devem ser modificados através do tempo, a saber, em conformidade com regras de revisão e atualização: *e.g.*, o princípio de condicionalização estrita em combinação com o teorema de Bayes. Nessa perspectiva, tais regras oferecem um esquema de como agentes racionais devem mudar seus graus de crença em resposta a novas evidências adquiridas.¹²⁷

De qualquer sorte, tanto pela perspectiva do “modelo *mainstream* de crença em epistemologia” em que se trata a crença como “tudo-ou-nada”, quanto pelo ângulo da “racionalidade bayesiana” as *crenças são respostas às evidências* a que o sujeito doxástico está exposto. A exposição do sujeito doxástico a alguma evidência tipicamente fará ele crer, descrever, suspender o juízo ou crer em algum grau.¹²⁸

¹²⁷ NEIVA, André Luiz de Almeida Lisboa. Probabilismo e Bayesianismo em Epistemologia. PERI - Revista de Filosofia da UFSC. Florianópolis. v. 07, n. 02, 2015, p. 46. Ou em DANCY, Jonathan. Epistemologia Contemporânea. Lisboa: Edições 70, 2002, p. 74-75: “Neste cálculo, a probabilidade é sempre estabelecida em relação à evidência. Não perguntamos qual seria a probabilidade absoluta de uma hipótese *h* (escrita $P(h)$). Em vez disso inquirimos da probabilidade condicional de *h* dada a evidência *e* (escrita $P(h/e)$). A probabilidade de *h* dado *e* é expressa como as correlações geralmente o são, numa escala de 0 a 1. Se $P(h/e) = 0$, então dado *e*, *h* é certamente falso. Se $P(h/e) = 1$, então dado *e*, *h* é certamente verdadeiro. Se $P(h/e) = .5$, então é tão provável que *h* seja verdadeiro, dado *e*, como que seja falso, visto que $P(h/e) + P(\sim h/e) = 1$ no cálculo. O ponto principal é o de que, ao avaliar a probabilidade de *h* dado *e*, não questionamos *e*; partimos temporariamente do princípio de que *e* é certo, e ignoramos a hipótese de *e* não ser verdadeiro”.

¹²⁸ Bertrand Russell in *On Intuitive Knowledge* trata a evidência oriunda da memória não como algo presente ou ausente, mas como uma qualidade mais ou menos presente, isto é, em graus cujos extremos são a certeza absoluta e uma “suspeita quase imperceptível”. A sua abordagem parece não ser sobre probabilidade mas de intensidade: “auto-evidência tem graus: não é uma qualidade que está simplesmente presente ou ausente, mas uma qualidade que pode estar mais ou menos presente, em gradações que vão desde a certeza absoluta até uma quase imperceptível fraqueza”.

O fato é que deve haver uma *conexão* entre o atendimento da condição de *crença* e o atendimento da condição de *verdade* para o conhecimento. Trata-se de uma adequada relação entre essas condições que consubstancia a condição de justificação. Daí que, como observa Paul K. Moser:

Podemos dizer que aquele que conhece deve ter uma *indicação adequada* de que uma proposição conhecida é verdadeira. Se entendemos uma indicação adequada como uma espécie de *evidência que indique* que uma *proposição é verdadeira*, alcançamos o tradicional ponto de vista geral da *condição de justificação: justificação como evidência*.¹²⁹

Caracterizando-se a *evidência* como uma *marca* que *indica adequadamente a verdade* de uma proposição e pela perspectiva que a condição de justificação é a justificação como evidência, é possível depreender que os evidencialistas afirmarão que a *evidência* é constituída de *informações* a respeito de algo, mais precisamente, das *informações disponíveis* por um determinado sujeito em um momento *t*.

Nessa linha, a *evidência* como o *conjunto das informações disponíveis* por um determinado sujeito em um momento *t* incluirão suas *lembranças*, outras *crenças justificadas* e *quaisquer dados internos ao sujeito que*, de alguma forma, *indicam a verdade de uma proposição*. Como foi anteriormente mencionado, nesse particular as evidências não consistirão nos objetos materiais em si, mas nas *informações sobre esses objetos materiais*. Nas palavras de Richard Feldman, “a ideia-chave, então, é que a *evidência* que uma pessoa tem consiste nos *dados* que a pessoa tem que seguir

RUSSELL, Bertrand. 11 On Intuitive Knowledge. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 67.

¹²⁹ MOSER, Paul K.. Epistemology. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 275.

para formar crenças, não dos itens que a pessoa possui fisicamente”.¹³⁰

A ideia de que a evidência consiste nos dados disponíveis para a formação de crenças e não nos itens que a pessoa fisicamente possui, também encontramos em Bertrand Russell: “a mesa real, se houver, não é a mesma coisa que experimentamos imediatamente pela visão, pelo toque ou pela audição. A mesa real, se houver, não nos é imediatamente conhecida, mas deve ser uma inferência do que é imediatamente conhecido”.

Ora, estebelece-se aí a distinção entre *a mesa em si* (com a ressalva: ‘se é que existe’) e *aquilo que é experimentado* por nós através da visão, do tato e da audição, conjunta ou alternadamente. Com base nessa compreensão Bertrand Russell apresenta a noção de ‘*dados dos sentidos*’ como as “*coisas que são imediatamente conhecidas na sensação: coisas como cores, sons, cheiros, durezas, aspereza e assim por diante*”.¹³¹ Vê-se aqui uma clara distinção entre o discurso filosófico sobre o conhecimento e como dele fala o senso comum. Este ordinariamente considera que conhecemos as coisas em si e nesse sentido a coisa em si e as suas propriedades são consideradas como uma e a mesma coisa. Prosseguindo, Bertrand Russell chama de ‘*sensação*’ “a *experiência* de estar *imediatamente consciente* dessas coisas”. Aqui é destacado um aspecto importante acerca da noção de *evidência*, qual seja, a ideia de ‘estar imediatamente consciente’ daquilo que é fornecido pela sensação, tais como, a sensação de uma determinada cor (v.g.: a experiência perceptual da cor azul). Nas palavras do autor: “sempre que vemos uma cor, temos uma sensação da cor, mas a

¹³⁰ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 45.

¹³¹ Particularmente a concepção de Bertrand Russell sobre ‘dados dos sentidos’, Anthony Clifford Grayling observa: “Além disso, Russell reconheceu que os dados dos sentidos não são os imediatamente percebidos; em escritos durante a década após PP [“Problemas de Filosofia”], ele apontou repetidamente que as especificações dos dados dos sentidos vêm em último lugar na análise, e não na primeira experiência”. In *Russell: A Very Short Introduction*. Oxford University Press Inc., New York, 2002, p. 55.

própria cor é um dado dos sentidos, não uma sensação”, quer dizer, estabelece-se a distinção entre o fornecedor e o produto fornecido: quando alguém afirma que está vendo uma cor, esse alguém em verdade está tendo a “sensação da cor”, todavia, a “própria cor é um dos dados dos sentidos” e “não uma sensação”, ou seja, o produto ‘cor’ advém do fornecedor que é a ‘sensação da cor’. A consciência está voltada para a cor, é da cor que estamos imediatamente conscientes, mas a consciência em si não é a cor, mas a sensação da cor. Nas palavras do autor, “a cor é aquilo de que estamos imediatamente conscientes, e a *consciência* em si é a *sensação*”.¹³²

Diante desse panorama, Bertrand Russell problematiza a relação entre os ‘dados dos sentidos’ e os ‘objetos físicos’, suspendendo o juízo quanto à existência de tais objetos, indagando se ‘existe tal coisa como a matéria?’ e, se existir, ‘qual é a sua natureza?’.¹³³ Não obstante, em outro lugar, o autor ter afirmado que “em certo sentido, deve-se admitir que nunca podemos provar a existência de outras coisas além de nós mesmos e de nossas experiências”,¹³⁴ e pelo fato de que a tentativa de qualquer outra resposta às mesmas questões refoge ao âmbito do presente trabalho, o que eu reputo interessante destacar é a contumácia didática de Bertrand Russell em tornar claro de que, se, porventura, “não podemos dizer que a mesa é o dado dos sentidos, ou mesmo que os dados dos sentidos são diretamente propriedades da mesa” (porque “*jamaiz poderemos provar a existência de coisas distintas de nós mesmos e de nossas experiências*”), por via de consequência, “o que vemos e sentimos diretamente é apenas ‘aparência’, que acreditamos ser um *signal* de alguma ‘realidade’ subjacente”. Não há certeza, portanto, de que o

¹³² RUSSELL, Bertrand. 1 Appearance and Reality. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 3-4.

¹³³ *Ibid.*, p. 4.

¹³⁴ *Id.* 2 The Existence of Matter. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 10.

que vemos e tocamos é o objeto físico, nem certeza de que temos experiência de suas propriedades, mas apenas acreditamos que o que vemos e tocamos seja uma sinal ou aparência que correspondem ao objeto do mundo exterior.¹³⁵

Prosseguindo na linha abordada por Bertrand Russell, sempre que desejarmos *saber* alguma coisa sobre um objeto físico, deverá ser “*por meio dos dados dos sentidos*” como a cor ou o seu matiz, uma determinada forma, a lisura ou a aspereza, a fragrância de determinado perfume, o gosto doce de uma fruta, o som harmonioso de uma melodia, enfim, aquilo que associamos a um objeto físico.¹³⁶ É que os “*nossos dados dos sentidos que fornecem evidências*” quanto aos objetos físicos.¹³⁷

Ao pensarmos sobre o fornecimento de evidência nada mais estamos pensando do que conta como ‘*fonte de evidência*’. Segundo Richard Feldman, “os *sentidos* são uma *fonte primária de evidência*”. De um modo geral, praticamente para todas as nossas crenças “*nossa evidência remonta à experiência sensorial*”. Contam, ainda, como *fontes de evidência* “a *memória* e o *testemunho de outros*” e mesmo assim “*ambas as fontes dependem dos sentidos* de uma forma ou de outra”. E, pela perspectiva racionalista, a *razão* conta como *fonte de evidência*, pois as “*evidências* para algumas proposições” são oriundas “através da mera *razão* ou *reflexão*”.¹³⁸

Por sua vez, os *dados dos sentidos* são obtidos através do *conhecimento direto* (também denominado: conhecimento por familiaridade, conhecimento por contato, conhecimento por

¹³⁵ RUSSELL, Bertrand. 2 The Existence of Matter. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, 1 Appearance and Reality. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 4 e 6.

¹³⁶ *Id.*. 1 Appearance and Reality. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 4.

¹³⁷ *Id.*. 3 The Nature of Matter. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 17: “Até onde nossos dados dos sentidos fornecem evidência quanto ao sol físico ...”.

¹³⁸ FELDMAN, Richard. Evidence. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293.

acquaintance) que é espécie de conhecimento de coisas.¹³⁹ Esse conhecimento direto de um objeto físico é que enseja o conhecimento de que esse objeto físico existe. Afirmar que um objeto físico existe, quando de fato ele existe, é afirmar uma verdade. O conhecimento dessa verdade, isto é, ‘*saber que*’ algo é verdadeiro, é o que se chama de *conhecimento proposicional*. Nas palavras de Bertrand Russell: “Se eu estou familiarizado com uma coisa que existe, minha familiaridade me dá o conhecimento que isto existe”, mas, como o autor chama a atenção, não é sempre o caso de a recíproca ocorrer, porque há casos em que alguém pode saber que algo particular existe, sem sabê-lo diretamente.¹⁴⁰ É o que se dá no conhecimento oriundo do testemunho de terceiros, quando digo que não conheço diretamente o Presidente dos Estados Unidos da América (*rectius*: não conheço diretamente os dados dos sentidos que parecem representá-lo), mas acredito com base em boas razões que ele existe.¹⁴¹

Bertrand Russell, apresenta outros tipos além dos dados dos sentidos exteriores como espécie de conhecimento direto. São os casos de conhecimento direto da *memória*, conhecimento direto da *introspecção* e conhecimento direto da *autoconsciência*. No caso da *memória*, quando lembramos o que esteve presente em nossos sentidos, estamos imediatamente conscientes daquilo que lembramos. Nessa hipótese, a memória funciona como fonte de conhecimento a respeito de coisas passadas.¹⁴² O conhecimento

¹³⁹ RUSSELL, Bertrand. 4 *Idealism*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 23: “nosso conhecimento das coisas, que podemos chamar de *acquaintance*. Este é o sentido em que conhecemos os dados dos sentidos”.

¹⁴⁰ RUSSELL, Bertrand. 4 *Idealism*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 23.

¹⁴¹ *Id.*, 2001, p. 23: “Não tenho a honra de conhecer [*acquainted*] o Imperador da China, mas julgo realmente que ele existe. Pode-se dizer, é claro, que eu julgo isso por causa do conhecimento [*acquaintance*] de outras pessoas com ele”.

¹⁴² “A primeira extensão além dos dados dos sentidos a ser considerada é o conhecimento [*acquaintance*] por memória. É óbvio que muitas vezes nos lembramos do que vimos ou ouvimos ou de outra forma apresentamos aos nossos sentidos, e que, em tais casos, ainda estamos imediatamente conscientes daquilo de que nos lembramos, apesar de parecer como passado e não

direto através da *instrospecção*, oportuniza que tenhamos “consciência de estarmos conscientes” das coisas das quais temos consciência e não consciência da coisa. Assim, “quando vejo o sol, frequentemente estou consciente de estar vendo o sol; assim o ato de estar consciente de ‘estar vendo o sol’ é um objeto do qual eu tenho conhecimento direto”. O autor inclui, ainda, a consciência dos pensamentos e sentimentos particulares de prazer, dor e “geralmente dos eventos que acontecem em nossas mentes”.¹⁴³

Em suma, segundo Bertrand Russell, há conhecimento direto na *sensação* (dados dos sentidos externos), conhecimento direto na *introspecção* (dados do sentido interior: pensamento, sentimentos, desejos, ...) e conhecimento direto na *memória* (informações oriundas dos sentidos externos e do sentido interior).¹⁴⁴

Por último, além do conhecimento direto como espécie de conhecimento de coisas, há também, segundo Bertrand Russell, o conhecimento de coisas por meio de descrição.¹⁴⁵ Assumindo o exemplo do autor sobre uma mesa qualquer, de um lado, se é

como presente. Esse conhecimento imediato pela memória é a fonte de todo o nosso conhecimento sobre o passado: sem ele, não poderia haver conhecimento do passado por inferência, uma vez que nunca saberíamos que havia algo passado a ser inferido”. RUSSELL, Bertrand. 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 26.

¹⁴³ “Não estamos apenas conscientes das coisas, mas muitas vezes estamos conscientes de estar conscientes delas. Quando vejo o sol, eu estou muitas vezes consciente de minha visão do sol; assim, ‘minha visão do sol’ é um objeto com o qual eu conheço [*acquaintance*]”. Salienta o autor que saber se há consciência direta de pensamentos e sentimentos não-particulares de nosso ‘eu’ é um problema muito difícil. RUSSELL, Bertrand. 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 26-27.

¹⁴⁴ RUSSELL, Bertrand. 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 28.

¹⁴⁵ Mais particularmente, quando está a tratar sob a perspectiva que ora se apresenta, o autor utiliza a expressão ‘descrições’ para se referir a ‘descrições definidas’, excluindo, portanto, desse enfoque as ‘descrições ambíguas’. RUSSELL, Bertrand. 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 29.) que sempre envolve “algum conhecimento de verdades como sua fonte e fundamento”. RUSSELL, Bertrand. 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001, p. 25.

possível duvidar a respeito da existência da mesa, de outro, o mesmo não ocorre com relação aos *dados dos sentidos*. Nas palavras do autor:

Meu conhecimento da mesa é do tipo que chamaremos de ‘*conhecimento por descrição*’. A mesa é ‘o objeto físico que causa tais e tais dados dos sentidos’. Isso descreve a mesa por meio dos dados dos sentidos.

(...)

Conhecemos uma descrição e sabemos que há apenas um objeto ao qual essa descrição se aplica, embora o objeto em si não seja diretamente conhecido por nós. Nesse caso, dizemos que nosso conhecimento do objeto é conhecimento por descrição.

Todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento das coisas e conhecimento das verdades, repousa sobre o conhecimento como sua fundação.

(...)

Será visto que entre os objetos com os quais estamos familiarizados não estão incluídos os objetos físicos (em oposição aos dados dos sentidos), nem as mentes de outras pessoas. Essas coisas são conhecidas por nós pelo que chamo de ‘conhecimento por descrição’, que devemos considerar agora.¹⁴⁶

Uma mesa em particular como exemplo de objeto físico permite inventariar os conceitos e estabelecer relações:

- 1) posso duvidar da existência real da mesa.
- 2) a mesa (se é que existe) causa os dados dos sentidos (v.g.: a cor azul da mesa) que são as coisas imediatamente conhecidas na sensação, sendo essa (a sensação) a experiência de se estar imediatamente consciente da experiência perceptual visual de a mesa ser da cor azul. Não é o caso, portanto, de a mesa ser os dados dos sentidos, nem de os dados dos sentidos serem propriedades da mesa.

¹⁴⁶ *Ibid.*, p. 28.

- 3) os dados dos sentidos são conhecidos por meio do conhecimento direto (como espécie de conhecimento de coisas).¹⁴⁷
- 4) é por meio dos *dados dos sentidos* que saberemos algo sobre a mesa (v.g.: a cor azul da mesa), pois são esses que *fornecem evidência* sobre a mesa.
- 5) os objetos físicos, tal como a mesa, e as mentes de outras pessoas são conhecidas por meio do conhecimento por descrição.
- 6) a mesa é “o objeto físico que causa tais e tais dados dos sentidos”. Essa afirmação entre aspas descreve a mesa por meio dos dados dos sentidos, constituindo o que Bertrand Russell denomina de ‘conhecimento por descrição’ (conhecimento de coisas por meio de descrição).
- 7) para conhecer alguma coisa sobre a mesa, devemos conhecer verdades que a conectem com as coisas das quais temos um conhecimento direto, v.g., o dado sensorial cor azul da mesa percebida visualmente, considerando que de fato a mesa tenha a cor azul.
- 8) “não há um estado mental em que estejamos diretamente conscientes da mesa; todo o nosso conhecimento da mesa é realmente conhecimento da verdades, e a real coisa que é a mesa não é, estritamente falando, conhecida por nós”.¹⁴⁸
- 9) “conhecemos uma descrição e sabemos que existe apenas um objeto ao qual esta descrição se aplica, embora o próprio objeto não seja diretamente conhecido por nós.

¹⁴⁷ RUSSELL, Bertrand. 10 On Our Knowledge of Universals. *The Problems of Philosophy*. Oxford University Press, 2001, p. 62: “Particularmente, temos conhecimento [*acquaintance*] com os dados dos sentidos e (provavelmente) com nós mesmos”.

¹⁴⁸ *Id.* 5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description. *The Problems of Philosophy*. Oxford University Press, 2001, p. 26.

Nesse caso, dizemos que nosso conhecimento do objeto é um conhecimento por descrição”.

- 10) por derradeiro, “todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas quanto o conhecimento de verdades, recai no conhecimento direto”.¹⁴⁹

Retornando aos autores centrais ao presente trabalho, o anteriormente exposto não destoa do evidencialismo de Earl Conee e Richard Feldman que admite a inclusão dos sentimentos e das experiências de alguém como evidência: “nossa versão do evidencialismo permite que a *evidência* de alguém inclua os *sentimentos* e as *experiências* da pessoa”. Essa concepção resulta no *caráter privado* desses tipos de *evidências* em especial o que significa não serem passíveis de compartilhamento com terceiros, no sentido de não serem públicas. Ainda que o sujeito S_1 conte a sua experiência ao sujeito S_2 , disso *não* resulta que S_2 tenha a *mesma evidência* de S_1 , podendo ser o caso, ainda, de algumas evidências oriundas da experiência que ao serem descritas não transmitam aspectos significativos de seu conteúdo.¹⁵⁰

Correndo o risco de ser repetitivo, observa-se que a todo instante fica saliente que a concepção evidencialista de Richard Feldman e Earl Conee implica que o conceito de ‘*evidência*’ está associada a ‘*estados mentais*’. A característica central dessa perspectiva é que a “*evidência* de uma pessoa é *restrita aos seus estados mentais*”. A *evidência* de alguém “consiste nas *razões* que se tem para continuar a *formar crenças*”. Quer dizer, ter *evidências para formar crenças* é *ter razões para formar crenças*. Se os autores identificam *evidência* com *razões* (“a palavra ‘razões’ é algumas vezes usada apenas para proposições que se acredita, e não ao tipo de estados que acabamos de mencionar”), então é

¹⁴⁹ *Ibid.*, p. 26: “Todo o nosso conhecimento, tanto o conhecimento de coisas e conhecimento de verdades, repousa sobre o conhecimento [*acquaintance*] como sua fundação”.

¹⁵⁰ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Introduction. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 2 e 3.

interessante destacar o que pode ser incluído como razões. Segundo eles, “estas *razões* incluem *estados experienciais atuais*, tais como aqueles envolvidos na *percepção*, *introspecção* e *memória ocorrente*”. De um modo geral, pode-se afirmar que no cotidiano são intensos os estados experienciais que envolvem a percepção. Em estado de vigília as pessoas, de um modo geral, na maior parte do tempo estão expostas as percepções oriundas dos estímulos perceptuais. No momento t em que alguém percebe uma mesa, estando o seu aparato cognitivo em condições normais de funcionamento, este será o seu “estado experiencial atual”. Em outro momento, em t_1 , a sua consciência de seu pensamento sobre algo representa a sua *introspecção* como “estado experiencial atual”, *v.g.*, a sua consciência (da consciência) de que percebe uma mesa. E, ainda, “os *estados experienciais* que são frutos do *raciocínio a priori* podem servir de *evidência*.”¹⁵¹

Essa noção de que a “*evidência* de uma pessoa é *restrita aos seus estados mentais*”¹⁵², enseja a seguinte observação de John Turri: “Earl Conee e Richard Feldman defendem o ‘*mentalismo*’, a visão de que a *justificação ‘sobrevém fortemente’* na *condição mental total* do sujeito, que implica que ‘*se quaisquer dois indivíduos possíveis são exatamente iguais mentalmente, então eles são iguais em justificação, e.g., as mesmas crenças são justificadas para eles na mesma medida*’”. E, logo em seguida, conclui “o *mentalismo* pertence apenas à *justificação*. Não afirma, por exemplo, que o conhecimento ou a garantia sobrevenham ao mental”.¹⁵³

¹⁵¹ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 96. Conforme Earl Conee in 2 The Basic Nature of Epistemic Justification, p. 49: “Tais exemplos tornam razoável concluir que há justificação epistêmica para uma crença somente onde a pessoa tem *acesso cognitivo a evidência que sustente a verdade da crença*. A evidência justificadora deve estar disponível internamente”.

¹⁵² *Id.*. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 96.

¹⁵³ TURRI, John. Epistemic Supervenience. A Companion to Epistemology. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010, p. 342-343.

Como para o evidencialismo razões são evidências¹⁵⁴, diz-se que “uma pessoa tem uma razão epistêmica em apoio a uma proposição sempre que uma pessoa tem evidência para a proposição”, com isso a evidência que a pessoa tem para essa proposição consiste na indicação que a pessoa tem em relação ao valor-verdade dessa proposição.¹⁵⁵

Outro ponto que cumpre destacar é sobre a evidência ser conclusiva ou inconclusiva. Como o próprio nome sugere, a *evidência conclusiva* é “tão forte que descarta toda possibilidade de erro”, todavia, o *ceticismo* nos lembra sobre o *problema* das nossas *crenças sobre o mundo exterior*, “sobre o passado, sobre outras mentes e sobre quase qualquer outro tópico”. Consequentemente, Richard Feldman afirma que as “*experiências perceptuais* de um indivíduo *fornecem apenas evidências inconclusivas* para *crenças sobre o mundo externo*”. Sob esse ângulo, as *evidências* são “*inconclusivas* ou *prima facie*” porque “podem sempre ser derrotadas ou anuladas por *evidência adquirida subsequentemente*, como, por exemplo, quando as evidências testemunhais em favor de uma proposição são anuladas pelas evidências fornecidas por experiências subsequentes”.¹⁵⁶

A situação da evidência no cenário do evidencialismo de Richard Feldman e Earl Conee está relacionada a uma rede

¹⁵⁴ FELDMAN, Richard. *Evidence. A Companion to Epistemology*. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blachwell Companions to Philosophy, 2010, p. 351. Sobre “*o que é ter algo como evidência?*” Richard Feldman identifica duas posições antagônicas. De um lado de acordo com “*uma visão altamente restritiva* limitaria a *evidência* ao que realmente se tem em mente atualmente”, de outro, “*uma visão altamente liberal* incluiria como parte de uma evidência *tudo o que está armazenado em sua mente*”. Esta última visão ensejaria o risco de tornar “justificada algumas crenças que parecem, do ponto de vista intuitivo, bastante irracionais”. Tais considerações levam o autor concluir que “não existe uma maneira claramente aceitável de esculpir uma teoria posicionada entre esses dois extremos”, fica em aberto a pergunta: “Mas quais desses fatos são parte da evidência que se tem e são relevantes para a avaliação do mérito epistêmico da crença atual?”.

¹⁵⁵ CONEE, Earl. *First Things First. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 15.

¹⁵⁶ FELDMAN, Richard. *Evidence. The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293-294.

conceitual cuja coerência e unidade dá uma ideia de um sistema epistêmico racionalmente elaborado.

É o caso, por exemplo, do ponto de vista *fundacionista* de que o “nosso *acesso cognitivo* ao mundo é iniciado pela *experiência sensorial*”, como por exemplo, a minha experiência sensorial em que vejo a tela do computador no qual estou trabalhando e que está à minha frente. E, sobre isso posso dizer que está “além de qualquer dúvida razoável” que a minha crença de que há uma tela de computador à minha frente está justificada e “é limitada pelo que é experienciado”.¹⁵⁷ Esse exemplo pressupõe que eu tenho os “conceitos perceptuais necessários e visão normal”.¹⁵⁸

Sob a perspectiva *internista*, afirmar que a minha crença de que há uma tela de computador à minha frente *está justificada* é admitir que tenho *acesso cognitivo* para a *justificação* da minha crença, haja vista que a “*justificação* é ‘*interna*’” à minha *vida mental*. Em outras palavras, a “*justificação* é totalmente *acessível* à *investigação reflexiva*”.¹⁵⁹

Prosseguindo com o exemplo, posso dizer que *tenho* uma crença justificada já que *tenho* “*acesso reflexivo* à *evidência* de que a crença é verdadeira”. Eu “estou *consciente* das coisas que me dão uma *boa evidência* de que *vejo*” uma tela. Esse exemplo revela que a minha crença de que vejo uma tela à minha frente *está justificada epistemicamente* porque eu *tenho* “*acesso cognitivo* a *evidência* que *sustenta* a *verdade da crença*”, ou seja, eu tenho “*evidência justificadora*” que está *internamente disponível* em minha *vida mental*. Eu tenho a *evidência visual* de *ver* a tela do computador.¹⁶⁰

¹⁵⁷ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 39.

¹⁵⁸ *Ibid.*, p. 50.

¹⁵⁹ *Ibid.*, p. 47.

¹⁶⁰ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 48-50. E, na p. 41: “... os ‘conceitos’ que constituem as proposições experienciais são idênticos às qualidades experimentadas.

À luz do internismo “o que deve ser *interno*, isto é, *acessível* à pessoa *pela reflexão*, é a *evidência* que de fato é *suficiente* para *justificar* a *crença*”. É através dessa reflexão que poderemos descobrir os “*nossos estados mentais* que são, de fato, uma *justificação* para cada uma de nossas *crenças justificadas*”.¹⁶¹

2.6 Breves considerações sobre a relação entre ‘justificação epistêmica e verdade’ e a relação entre ‘evidência e crença’

A clarificação dos conceitos é reputada da maior relevância pelos filósofos, não só para a adequada compreensão dos mesmos, mas notadamente como uma importante ferramenta para tal atividade. A propósito disso, o desenvolvimento do tema subjacente ao presente trabalho exige o manejo de diversos conceitos, sendo que relativamente ao ponto abordado neste momento, dentre os vários que poderiam ser destacados, quero frisar em apenas um parágrafo as relações entre ‘*crença e experiência*’, ‘*justificação epistêmica e verdade*’ e ‘*evidência e crença*’. A consciência do aspecto relacional dos mesmos pode ser didática, servindo como um amálgama à compreensão da temática principal. Como foi mencionado na primeira parte do presente trabalho, a “‘*ponte epistêmica*’ entre a *crença* e a *experiência*” ou a “‘*conexão referencial*’” é a relação que se estabelece entre o conteúdo da experiência e o conteúdo da crença”.¹⁶² A adequada

A pessoa apreende esses ‘conceitos’ o suficiente para apreender as proposições experimentadas simplesmente por estar consciente das qualidades”.

¹⁶¹ *Ibid.*, p. 50-51: “O que sustenta o núcleo do *internismo* é a *correlação* entre os casos de *crença justificada* e os casos em que a pessoa tem *evidência justificadora* que é *cognitivamente acessível*”.

¹⁶² ETCHVEERRY, Kátia Martins. (2009). O Fundacionismo Clássico Revisitado na Epistemologia Contemporânea. (Dissertação de mestrado). Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre, p. 90. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3427/1/000410722-Texto%2BCompleto-o.pdf>> Acesso em: 15/06/2017. HASKER, William. Evidentialism. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 294. Na linha de William Hasker, pode-se dizer que quanto à questão da “natureza do suporte que os estados perceptuais fornecem às crenças do mundo exterior”, com base no que foi tratado até este ponto,

relação entre ‘*justificação epistêmica*’ e ‘*verdade*’ revela a *conexão com a verdade*. E, por fim, o *suporte evidencial* é a *relação* entre *evidência* e *crença* necessária à *justificação*.

Nessa linha, antes de abordar a questão do suporte evidencial vou usar algumas palavras para falar sobre a *conexão com a verdade*. A *conexão com a verdade* é entre ‘*justificação epistêmica*’ e ‘*verdade*’. O evidencialismo explica essa conexão ao modo de que “a *justificação epistêmica* para acreditar em uma proposição consiste na *evidência* para a sua *verdade*”, não obstante essa conexão subsistir na hipótese de *crença justificada falsa*.¹⁶³

Algumas vozes se levantam contra essa concepção afirmando que a mesma “não conecta a justificação à verdade de maneira apropriada”, entendem que a teoria de Richard Feldman e Earl Conee opera uma segregação entre ‘justificação’ e ‘verdade’, haja vista que “permite a possibilidade de que a maioria das crenças justificadas de alguém seja falsa”. Richard Feldman e Earl Conee replicam essa refutação chamando a atenção para o fato de que a conexão entre ‘justificação’ e ‘verdade’ se dá porque “quando a crença em uma proposição está justificada, ela é baseada em evidência que sustenta sua verdade”.¹⁶⁴ Earl Conee em outro trabalho afirma, “a *conexão com a verdade* é uma ligação entre a *justificação epistêmica* que uma pessoa pode ter com uma proposição e a *verdade* dessa proposição”. E, acrescenta que a *conexão* entre a *justificação epistêmica* e a *verdade* “parece estar além da dúvida razoável”.¹⁶⁵

máxime com base na primeira parte do presente trabalho, pode-se afirmar que são apropriadamente básicas as crenças perceptuais diretamente fundamentadas na experiência perceptual.

¹⁶³ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 97-98.

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 97-98: “Existe alguma conexão entre a justificação epistêmica e a verdade que está presente se a crença justificada é realmente verdadeira ou não”.

¹⁶⁵ CONEE, Earl. The Truth Connection. Source: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3 (Sep., 1992), pp. 657-669, Published by: International Phenomenological Society, p. 657.

A justificação proposicional está *conectada* com a verdade, porquanto uma crença ou proposição está justificada para um sujeito epistêmico quando “é evidente para a pessoa que a proposição é verdadeira” ou de que “a justificação epistêmica de uma proposição é evidência de sua verdade”. Tais afirmações colocam em relêvo “a natureza da conexão com a verdade”.¹⁶⁶

Se uma crença for justificada, então tem ao menos um *justificador*. Como o presente trabalho está focado no evidencialismo de Earl Conee e Richard Feldman por este prisma o “domínio dos *justificadores epistêmicos* está restrito a considerações evidenciais”.¹⁶⁷ Com isso poderia-se dizer que há justificadores como itens doxásticos (crenças) e itens não doxásticos (memória, evidência). Além disso, o justificador epistêmico pode ser visto pelo ângulo de “indicador de verdade” relacionado a alguma “probabilidade evidencial”.¹⁶⁸

Dito isso, passo à questão da relação de suporte evidencial. O *suporte evidencial* é a “relação que deve haver entre *evidência* e

¹⁶⁶ CONEE, Earl. The Truth Connection. Source: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3 (Sep., 1992), pp. 657-669, Published by: International Phenomenological Society, p. 667.

¹⁶⁷ NOLFI, Kate. 9 Why Only Evidential Considerations Can Justify Belief. Normativity Epistemic & Pratical. Edited by Conor McHugh, Jonathan Way and Daniel Whiting. Oxford University Press, 2018, p. 180 e 185: “Considerações não-evidenciais são simplesmente incapazes de servir como justificadores epistêmicos: (...) Uma razão epistêmica é um potencial *justificador epistêmico*. Uma razão epistêmica é uma consideração que fará a crença que *p* de um sujeito estar epistemicamente justificado, se a razão epistêmica servir como uma base na qual o sujeito acredita. Mas apenas certos tipos de considerações - a saber, *considerações evidenciais* - podem desempenhar o papel de conferir um tipo de *status epistêmico positivo* (isto é, *justificação epistêmica*) a uma crença em virtude de servir como fundamento com base na qual a crença em questão é mantida. . (...) A tese de que todas as *razões epistêmicas* são evidenciais como característica é intuitivamente plausível e quase universalmente aceita na discussão filosófica contemporânea. [Nota 3. Quase todos os epistemólogos, inclusive eu, aceitam essa tese sem defesa, como uma espécie de ponto fixo na teorização epistemológica.]”.

¹⁶⁸ VAHID, Hamid. Experience And Justification: In Search Of The Epistemic Pineal Gland. Philosophica 53 (1994, 1) pp. 91-104, p. 93 e 97. Ou, in The Epistemology of Belief. New York: Palgrave Macmillan, 2009, p. 81. Segundo Hamid Vahid, para Paul K. Moser, p. 93: “um justificador epistêmico de uma proposição é simplesmente um certo tipo de indicador de verdade, ou o que ele chama de ‘criador de probabilidades evidencial’ para essa proposição”. LOCKE, John. An Essay Concerning Human Understanding. Book IV Of Knowledge and Probability. Chapter XVI. The Pennsylvania State University, 1999, p. 652: “Nosso *assentimento* deve ser regulado pelos fundamentos da probabilidade”.

crença a fim de que esta *esteja justificada*". A *crença* tem que ser *sustentada* pela *evidência disponível*. Alguém está justificado a crer que *p* porque existe *evidência* que *sustenta* a *crença* em *p*.¹⁶⁹

Richard Feldman, entretanto, adverte que é "extraordinariamente *difícil* afirmar de maneira geral as *condições* sob as quais um conjunto de *evidências fornece suporte evidencial* para uma *crença*". E, mesmo que se cogite da "existência de uma conexão lógica ou probabilística entre a *evidência* e a *crença*" isso não seria "suficiente para o suporte evidencial". Essas considerações nada otimistas faz com que o autor conclua: "Não há uma visão geralmente aceita sobre o que é necessário ou suficiente para o suporte epistêmico".¹⁷⁰

Apesar desse cenário¹⁷¹ apresentado por Richard Feldman, ele mesmo, Earl Conee e a epistemologia como um todo, continuam a abordar o tema buscando soluções racionais para o problema.

De qualquer modo, a questão trata de uma relação de um tipo especial entre *crença* e *evidência*. Não qualquer relação entre

¹⁶⁹ ROSA, Luis. *Evidencialismo*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/fsopho/epistemologia-teoria-do-conhecimento/-c-justificacao/-2-evidencialismo>> Acesso em: 25/11/2012. Segundo esse autor a relação de suporte evidencial é indutivo ou dedutivo.

¹⁷⁰ FELDMAN, Richard. *Evidence. A Companion to Epistemology*. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010, p. 350. "A mera existência de uma conexão lógica ou probabilística entre a *evidência* e a *crença* não é suficiente para o suporte evidencial. Se fosse adequado, então todas as consequências necessárias ou probabilísticas, distantes e não vistas, das *crenças* justificadas de alguém seriam elas mesmas justificadas. Visto que isso é claramente inaceitável, poder-se-ia dizer em vez disso que, se a *evidência e* provê suporte epistêmico para proposição *p* para a pessoa *S*, então *e* deve implicar ou tornar provável *p* e *S* deve 'compreender' a conexão entre *e* e *p*. Essa resposta parece super-intelectualizar a situação, uma vez que as pessoas parecem não compreender tais assuntos rotineiramente, e isso convida a uma regressão problemática se exigir essa "compreensão" da conexão evidencial equivale a exigir a *crença* justificada que *e* sustenta *p*".

¹⁷¹ MITTAG, Daniel M.. *Evidentialism*. Internet Encyclopaedia of Philosophy. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/evidenti/>> Acesso em: 29/05/2017. Daniel M. Mittag também se manifesta no sentido de que não há um consenso teórico não apenas sobre o que conta como *evidência*, mas também a respeito do que é suporte evidencial: "Versões particulares do *evidencialismo* podem divergir em virtude de fornecerem afirmações diferentes sobre *que tipo de coisas contam como evidência*, o que é para alguém ter *evidência* e o que é para a *evidência* de alguém *sustentar* a *crença* em uma proposição".

uma crença e uma evidência (razões), mas de uma *relação de suporte entre a crença e a evidência*.

Como observa Ram Neta “pode haver muitas relações entre a crença de uma pessoa e as razões pelas quais ela sustenta essa crença”. Interessa aqui a “relação que se obtém entre a crença de uma pessoa, por um lado, e as razões pelas quais ela sustenta essa crença, por outro lado”, mais precisamente esclarece esse autor: ¹⁷²

É essa relação cuja ocorrência faz com que as razões que ficam de um lado da relação são as razões pelas quais aquele que crê mantém a crença que fica do outro lado da relação. Em outras palavras, a *relação de base* é essa relação que é tal que, quando ocorre entre uma crença B e uma razão R pela qual a crença é sustentada, a sua obtenção é o que faz com que R é a razão (ou pelo menos uma razão) pela qual B é sustentada.
(...)

Ao teorizar sobre a *relação de base*, queremos tornar claro sobre que tipo de coisas que podem suportar nessa relação umas com as outras. A *relação de base* é, dissemos, uma *relação entre a crença* de uma pessoa, por um lado, e as razões pelas quais a pessoa sustenta a crença, por outro. Para entender completamente a *relação de base*, devemos entender cada um dos termos dessa relação. O que são crenças? E o que são razões pelas quais as crenças são sustentadas?
(...)

Um explicação completa da *relação de base* teria que dizer algo sobre a natureza de suas *relata*.¹⁷³

Nas considerações anteriores, Ram Neta explicita o que é necessário ser identificado à compreensão da relação de *suporte evidencial*, qual seja, os elementos da própria relação.

A *relação de suporte evidencial* está intrinsecamente relacionada com a noção de evidência e, por conseguinte, com o

¹⁷² NETA, Ram. *11 The Basing Relation*. The Routledge Companion to Epistemology. Edited by Sven Bernecker and Duncan Pritchard. New York, 2011, p. 109: “Já que pode haver muitas relações entre a crença de uma pessoa e as razões pelas quais ela mantém essa crença”.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 109-110.

evidencialismo de um modo geral. Isso é salientado por T. Ryan Byerly na seguinte passagem:

As visões *evidencialistas* na epistemologia, como a de Earl Conee e Richard Feldman, definem a *justificação epistêmica* pelo menos parcialmente em termos de *suporte evidencial*. De acordo com esses pontos de vista, *uma pessoa está justificada em acreditar em uma proposição apenas quando sua evidência sustenta p*.¹⁷⁴

Essa afirmação de T. Ryan Byerly de que “*uma pessoa está justificada em acreditar em uma proposição apenas quando sua evidência sustenta p*” é exatamente a demonstração eloquente da necessidade de que “as proposições que acreditamos precisam de *apoio evidencial* para servir como *evidência*”.¹⁷⁵ É que para o evidencialismo é “*mais razoável crer no que é sustentado pela evidência que se tem*”.¹⁷⁶

Esse tema do suporte evidencial é fundamental para *avaliar* se estão *bem justificadas* as *crenças sobre o mundo exterior*, bem como para *avaliar* quais crenças justificadas são candidatas a caso de *conhecimento*. Nesse contexto aflora, também, a distinção que parece haver entre a evidência que faz uma crença estar justificada mas fica aquém do conhecimento e a evidência que faz uma crença estar justificada e atendidas as demais condições, seja um caso de conhecimento.

Enfim, *qual é o critério para avaliar o que conta como sendo evidência suficiente*¹⁷⁷ para uma crença estar justificada? *Qual é o*

¹⁷⁴ BYERLY, T. Ryan. *The Evidential Support Relation*. Dissertation. Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Baylor University Waco, Texas. 2012. Disponível em: <https://baylor-ir.tdl.org/baylor-ir/bitstream/handle/2104/8412/ryan_byerly_phd.pdf?sequence=1> Acesso em 26/06/2017.

¹⁷⁵ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 96.

¹⁷⁶ FELDMAN, Richard. *Epistemology*. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 48.

¹⁷⁷ FELDMAN, Richard. 7 The Ethics of Belief. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press, Oxford, 2004, p. 177: “Em outras palavras, a *justificação epistêmica* é o tipo de justificação que *justifica a crença para o objetivo do conhecimento, fornecendo*

critério para avaliar o que conta como sendo evidência suficiente para um caso de crença justificada ser um caso de conhecimento?

Naturalmente, o *critério* tem que ser fornecido pela *epistemologia* e, como visto, sob essa perspectiva a ‘*evidência*’ é qualquer coisa *conducente à verdade*. Parece, todavia, haver alguma distinção sob a perspectiva quantitativa ou qualitativa acerca da evidência entre casos de crença justificada e casos de conhecimento.

O evidencialismo de Richard Feldman e Earl Conee dá uma resposta adequada para essas perguntas:

Nossa visão é que *qualquer suporte geral modesto é suficiente para acreditar na atitude justificada*. É necessário mais suporte para satisfazer a *condição de justificação do conhecimento*. Nossa visão é que o *grau de suporte* necessário para satisfazer a *condição de justificação* é melhor capturado pelo padrão criminal: *uma crença é suficientemente justificada para fornecer conhecimento*, desde que a *evidência* de alguém *apoie a crença para além de toda dúvida razoável*.¹⁷⁸

Essas considerações tornam explícita a distinção anteriormente mencionada entre evidência para a crença justificada e evidência para o conhecimento, bem como fornecem critério para *avaliar se crenças sobre o mundo exterior estão bem justificadas* e quais crenças justificadas são candidatas a *conhecimento*. Não deve ser olvidado que a “*epistemologia de modo*

evidência suficiente da verdade”. E, “*Clifford apenas se opõe a acreditar em evidências insuficientes. Ele não diz que se deve acreditar quando se tem evidência suficiente. No entanto, quero fazer essa afirmação adicional. Uma maneira sucinta de afirmar minha tese é que sempre devemos seguir a evidência que se tem. Esta tese evidencialista é o que defenderei*”. E, na mesma obra, CONEE, Earl. 10 The Truth Connection, p. 249: “Em segundo lugar, Clifford avalia *acreditar em evidências insuficientes como erradas*, enquanto a alegação que *defenderei é que não se deve acreditar em evidências insuficientes*”.

¹⁷⁸ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 97.

geral, e o *evidencialismo* em particular, tratam da *natureza da crença racional*".¹⁷⁹

Desse modo, para a pergunta "*quão bem justificadas* devem ser nossas *crenças* para se qualificar como *conhecimento* (quando as outras condições de conhecimento são atendidas)?", a resposta de acordo com o evidencialismo de Richard Feldman e Earl Conee é: "*o padrão relevante é semelhante ao padrão para a condenação do acusado em processos criminais* nos EUA. É preciso *ter evidência* que *coloca a proposição além de qualquer dúvida razoável*"¹⁸⁰, pois o "*evidencialismo* diz que a *evidência* sozinha *determina* o que está *justificado*".¹⁸¹ À vista disso, "mesmo quando se deve obter mais evidência, a coisa a se fazer em qualquer momento é ser guiado pela evidência que se tem".¹⁸²

Como é o caso de uma *teoria falibilista*, a teoria evidencialista em comento admite "*evidência* que permite a possibilidade de erro" colocando uma "*proposição além de qualquer dúvida razoável*". Desse modo, quando for o caso de alguma *evidência oferecer suporte forte* para uma *proposição* "*uma dúvida razoável exige ter evidência* de que uma *possibilidade contrária de fato seja obtida*".¹⁸³

Na mesma linha, para a pergunta "*quão bem justificadas* são as *crenças ordinárias do mundo exterior*?" a resposta é "no que diz respeito às *crenças ordinárias no mundo exterior*, as pessoas geralmente *não têm evidência da verdade* de *qualquer possibilidade contrária*. Muitas típicas *crenças perceptuais e memoriais* estão

¹⁷⁹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 49.

¹⁸⁰ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 102.

¹⁸¹ FELDMAN, Richard. Epistemology. Prentice-Hall foundation of philosophy series. Pearson Education, Inc. New Jersey, 2003, p. 49.

¹⁸² *Ibid.*, p. 48.

¹⁸³ FELDMAN, Richard. CONEE, Earl. 5. Some Virtues of Evidentialism. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 102.

além de qualquer dúvida razoável e, portanto, podem ser exemplos de *conhecimento* nessa explicação”.¹⁸⁴ A *evidência* ou *boas razões* oferece um *suporte evidencial forte* para uma crença estar justificada *além de qualquer dúvida razoável*.¹⁸⁵

Assim, por exemplo, a partir da *experiência perceptual visual* de que vejo uma tela de computador à minha frente, formo a minha *crença básica* perceptual visual sobre o mundo exterior de que *p*: ‘vejo uma tela de computador à minha frente’. A *experiência perceptual visual conta como evidência* e à minha crença de que *p*, sendo que *e dá suporte* à minha crença de que *p*.

De outra parte, se uma *dúvida razoável exige ter evidência* de que uma *possibilidade contrária* de fato *seja obtida* e não há evidência de que uma possibilidade contrária de fato *seja obtida* (i.e., *não há evidência da verdade* de qualquer *possibilidade contrária*, v.g., meu aparato cognitivo não está danificado), então a minha crença de que *p está acima de qualquer dúvida razoável*. E, se atendidas as demais condições para o conhecimento, então *sei que p*.

Logo, a minha crença de que *p está além de qualquer dúvida razoável* e eu sei que *p*. Em outras palavras, a minha crença de que *p está suficientemente justificada* para fornecer *conhecimento*, desde que *e suporte* a crença de que *p para além de toda a dúvida razoável*. Ou, ainda, *e coloca a crença de que p além de qualquer dúvida razoável*, sendo um caso de conhecimento.

¹⁸⁴ *Ibid.*, p. 102.

¹⁸⁵ LOCKE, John. An Essay Concerning Human Understanding. Book IV Of Knowledge and Probability. Chapter XVI. The Pennsylvania State University, 1999, p. 684: “Só acho que pode não ser errado notar que, por mais que a *fé seja oposta à razão*, a *fé* nada mais é que um *firme assentimento da mente*: o que, se for regulado, como é nosso dever, *não pode ser concedido a nada, mas a uma boa razão*; e assim não pode ser oposto a isso. *Aquele que acredita, sem ter qualquer razão para acreditar, pode estar apaixonado por suas próprias fantasias*; mas *não busca a verdade como deve*, nem paga a obediência devida ao seu Criador, que deseja que ele use as *faculdades de discernimento* que lhe deu, *para mantê-lo fora do engano e do erro*”.

2.7 Princípio de subdeterminação

Neste momento eu gostaria de citar um ponto relacionado ao conhecimento e à crença justificada sobre o mundo exterior sem, todavia, estender-me sobre ele, haja vista que facilmente eu estaria exposto ao risco do desvio do alvo principal do presente trabalho.

A *evidência* é qualquer coisa que seja *conducente* à verdade de algo, ou, conforme Earl Conee e Richard Feldman, é a conduência à verdade que explica “como a justificação epistêmica está intimamente relacionada com a verdade”, mais precisamente, “argumenta-se que a relação é esta: a justificação epistêmica de uma proposição é evidência da verdade da proposição”.¹⁸⁶

Assim, vamos imaginar o que vou chamar de *cenário real*: se Russell vê uma árvore, então com base nos dados dos sentidos disponibilizados por essa experiência perceptual ele forma a crença de que *p*: ‘eu vejo uma árvore’. As evidências (*e*¹: vejo o formato de folha; *e*²: vejo o verde de folha; *e*³: vejo as folhas reunidas de uma determinada maneira; *e*⁴: vejo o tronco; *e*⁵: vejo os galhos; *e*⁶: vejo algumas raízes expostas; *e*⁷: vejo a árvore como um todo; etc.) de Russell fornecidas pelos dados dos sentidos conjuntamente, tornam provável a verdade da crença em questão.

A par disso, existe uma outra possibilidade que chamarei de *cenário cético*, onde praticamente tudo é semelhante ao cenário real, exceto por algumas diferenças. Nele há um cérebro em uma cuba (nos termos do experimento mental de Hilary Putnam¹⁸⁷), chamado Neo, conectado a um supercomputador, com a réplica dos pensamentos de Russell do cenário real. Há um cientista impiedoso que realiza *inputs* geradoras de evidências perceptuais

¹⁸⁶ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press • Oxford, 2004, p. 6.

¹⁸⁷ PUTNAM, Hilary. Reason, Truth and History. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. Reprinted 1998, p. 5-8.

idênticas ao cenário anterior (e^1 a e^7). A crença de que p^{188} de Neo, contudo, é *output* originada pelos dados causados por *inputs* realizadas pelo cientista.

O que foi descrito no cenário real poderia ser o meu caso. Aliás, o que também foi descrito no cenário cético poderia ser o meu caso. Conclusão, substituindo Russell e Neo por mim: como eu posso saber que estou no cenário real? Como eu posso saber que estou no cenário cético? Ou, como eu posso saber que não estou no cenário real? Como eu posso saber que não estou no cenário cético? Ou, como eu posso saber em que caso estou?

Se eu cotejo o cenário real com o cenário cético, há o confronto de duas hipóteses concorrentes. Ou a minha crença de que eu estou vendo uma árvore foi causada por minhas evidências fornecidas pelos dados do sentido da visão, e, portanto, eu não sou um cérebro em uma cuba, ou eu sou um cérebro em uma cuba conectado a um supercomputador e a minha crença de que eu estou vendo uma árvore é *output* originada por dados causados por *inputs* realizadas por um cientista impiedoso. Como diz Jonathan Vogel, “as duas hipóteses são igualmente bem-sucedidas na explicação das evidências disponíveis”. Eu consigo explicar razoavelmente a formação da crença de que eu estou vendo uma árvore em minha frente, tanto pelos dados oriundos do sentido visual, quanto por *inputs* realizadas por um cientista impiedoso. Nessa situação, “seria arbitrário favorecer uma hipótese sobre a outra. Mesmo uma escolha correta seria, na melhor das hipóteses, um palpite de sorte”, logo, eu não sei, eu não tenho justificação racional para acreditar que eu estou vendo uma árvore à minha frente”.¹⁸⁹

¹⁸⁸ SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. Disjuntivismo epistemológico e ceticismo radical. Veritas. Revista Quadrimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, V. 62, Nº 3, set.-dez. 2017, p. 624-656, p. 626-627. Em caso semelhante este autor salienta: “O problema surge, entretanto, quando pensamos que tanto S quanto a sua contraparte manipulada não só estão de posse das *mesmas crenças*, mas ambas *formam suas crenças tendo como base o mesmo tipo de justificação subjetiva*. (...) *formam suas crenças com base naquilo que suas percepções oferecem como evidências sobre como o mundo é*”.

¹⁸⁹ VOGEL, Jonathan. Skeptical Arguments. Source: Philosophical Issues, Vol. 14, Epistemology (2004), Ridgeview Publishing Company, pp. 426-455, p. 426.

Esse problema cético sobre o mundo exterior suscita o *princípio de subdeterminação*. De acordo com o *princípio de subdeterminação a evidência não determina* (ela *subdetermina*) *inequivocamente a verdade da crença de que p sobre a* (em detrimento da) *crença rival de que q*. Isso significa que a *evidência disponível possuída falha ao determinar a verdade entre duas crenças*. Há crenças concorrentes e incompatíveis entre si e uma mesma evidência para elas, não havendo razões suficientes para sustentar qualquer uma das crenças separadamente em detrimento da outra. Como qualquer conjunto de evidências será sempre compatível com várias crenças incompatíveis entre si, ou seja, diferentes crenças podem ser apoiadas pela mesma evidência, como poderemos assumir uma crença como verdadeira em detrimento de outra? Segue-se desse princípio que não é possível justificar racionalmente tais crenças.

Anthony Brueckner formula da seguinte maneira o Princípio de Subdeterminação:

(PS) Para todo S, Φ, Ψ , se a *evidência de S para acreditar que Φ não favorece Φ sobre uma hipótese incompatível Ψ* , então S não tem justificação para acreditar que Φ ".¹⁹⁰

¹⁹⁰ BRUECKNER, Anthony. The Structure of the Skeptical Argument. *Philosophy and Phenomenological Research*. A Quarterly Journal. Vol. 54, Nº 4, December, 1994, p. 827-835, p. 830: "Este princípio de subdeterminação ajuda a estabelecer o resultado que me falta justificação para acreditar que $\sim$ SK. Para obter esse resultado, argumentamos a partir da seguinte instância de (UP): (*) Se a minha evidência para acreditar que $\sim$ SK não favorece $\sim$ SK sobre SK, então eu não tenho justificação para acreditar que $\sim$ SK. Então nós apelamos para a suposição adicional (**) Minha evidência para acreditar que $\sim$ SK (minha evidência sensorial) não favorece $\sim$ SK sobre SK. A fim de mostrar que não tenho justificação para acreditar que $\sim$ SK. (**) é suposto estar estabelecido pelo fato de que é possível para a evidência em questão sustentar quando SK é verdadeiro". Ou do mesmo autor no artigo "Ceticismo e Fechamento" vertido para o vernáculo em *Investigação Filosófica*, v. 5, n. 1, 2014, p. 44: "(PS) Se os indícios de S a favor de Φ não favorecer Φ em detrimento de uma hipótese incompatível Ψ , então S não está justificado em acreditar em Φ e rejeitar Ψ ". Ou em ligeira variante de Hamid Vahid in *Epistemic Justification and the Skeptical Challenge*, New York, Palgrave Macmillan, 2005, p. 124: "(UJ) Para todo S, Φ, Ψ , se a evidência de S para acreditar que Φ não favorece Φ sobre alguma hipótese incompatível Ψ , então a evidência de S não justifica Φ ". Para Duncan Pritchard, o Princípio de Subdeterminação recebe a seguinte formulação: "Se S sabe que p e q descreve cenários incompatíveis, e ainda S não possui uma base racional que favoreça p sobre q, então S não possui conhecimento racionalmente fundamentado que p". PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Angst. Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing*. Princeton University Press, 2015, p. 34.

A aplicação desse princípio no cotidiano é frutífero porque diariamente formamos um sem-número de *crenças sobre o mundo exterior*, por exemplo, como aquela crença de que *p*: ‘eu vejo uma árvore’.

Se interpelado sobre como eu sei que essa crença que formei é verdadeira, vou articular razões segundo as quais tenho essa *crença com base nas evidências* (*e'* a *e''*) fornecidas pelos *dados sensoriais* que causou a *crença* de que *p*.

Cada um dos *dados* fornecidos pelas minhas *experiências sensoriais* citadas correspondem a uma *evidência perceptual* (itens não doxásticos).¹⁹¹ Cada um desses *dados* (*e'* a *e''*) funcionam como *justificadores epistêmicos* à minha *crença* de que *p*. Quando fui interpelado sobre como eu sabia que *p*, apresentei as evidências (*e'* a *e''*) anteriormente mencionadas articulando-as como *razões* de maneira tal que *justificassem* a referida *crença* de que *p*. Nesse cenário, eu diria que *estou justificado a acreditar* que *p*, e, mais, que *eu sei* que *p* porque as *evidências perceptuais* a que me referi *suportam* a minha *crença* de que *p*.

¹⁹¹ FELDMAN, Richard. Evidence. A Companion to Epistemology. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010, p. 349-350: Sobre a questão se a evidência está ou não limitada a outras crenças ou também inclui estados não-doxásticos, Richard Feldman assevera: “Uma questão crucial sobre a natureza da evidência é se a evidência é limitada a outras crenças (ou proposições acreditadas) ou se inclui outros estados mentais, como experiências perceptuais. Várias razões têm sido dadas para pensar que apenas crenças podem ser evidências, uma sendo que a evidência para uma crença que confere justificação à crença, mas somente algo que está justificado pode conferir justificação a qualquer outra coisa, e somente crenças (ou outros estados doxásticos) podem ser justificadas. (Ver Bonjour, 1985, cap. 4). Sosa (1974, 1980) argumenta que estados não-doxásticos, tais como experiências, também podem contar como evidência. Sob esse ponto de vista, algumas crenças são básicas, no sentido de que são justificadas pela experiência e não por outras crenças. Sosa argumenta que as experiências que justificam as crenças básicas não precisam ser justificadas por si mesmas. Van Cleve (1985), adotando um ponto de Sosa (1980), argumenta que apenas estados que estão justificados poderiam ‘transmitir’ justificação, mas estados não justificados poderiam ‘gerar’ justificação. Tanto Sosa quanto Van Cleve reivindicam que uma vez que a justificação sobrevém (ver superveniência epistêmica) em propriedades não-epistêmicas, deve haver alguns estados não-epistêmicos que são suficientes para, e assim geram, justificação. (Veja fundacionismo; critérios e conhecimento; argumento de regressão infinito.)”.

Acontece que no cenário cético também foi formada a crença de que p .

Comparando os dois cenários constato que no cenário real a crença de que p é verdadeira, já no cenário cético a crença de que p é falsa.

Em ambos os cenários as evidências e as crenças são as mesmas, porém os fatos são diferentes. No primeiro, a realidade é que de fato ‘eu vejo uma árvore’, ou, ‘eu sei que p ’, no segundo, a realidade é de um cérebro em uma cuba que acredita que ‘sabe que p ’, mas em verdade, ‘não sabe que p ’.

No meu caso, as evidências disponíveis que possuo (e' a e'') indicam a verdade de que p . No segundo cenário, as evidências disponíveis possuídas (e' a e'') pelo cérebro em uma cuba não indicam confiavelmente a verdade de que p .

Para o cérebro em uma cuba as evidências (e' a e'') não determinam confiavelmente a verdade de que p .

Nesse sentido, pode-se dizer, como é possível que eu seja o cérebro na cuba, as evidências disponíveis que possuo (e' a e'') não justificam a minha crença de que p .

A questão passa a ser então, a *concorrência entre as duas hipóteses* (cenário real *versus* cenário cético). Não é demais repetir Jonathan Vogel: “as duas hipóteses são igualmente bem-sucedidas na explicação das evidências disponíveis”.¹⁹² Por isso, não há justificção para qualquer das hipóteses incompatíveis.

Aí está o campo fértil para a atuação do princípio de subdeterminação. Há dois cenários incompatíveis entre si em que os sujeitos comparatizam a mesma crença e evidências disponíveis possuídas (e' a e''). As evidências disponíveis possuídas (e' a e'') para acreditar que não sou um cérebro em uma cuba não

¹⁹² VOGEL, Jonathan. *Skeptical Arguments*. Source: *Philosophical Issues*, Vol. 14, Epistemology (2004), Ridgeview Publishing Company, pp. 426-455, p. 426. Jonathan Vogel formaliza da seguinte maneira o Princípio da Subdeterminação: “Princípio de Subdeterminação Forte: Se q é um concorrente de p , e tanto p como q são logicamente compatíveis com todas as evidências disponíveis para S , então S não sabe p ”.

favorece que não sou um cérebro em uma cuba sobre a hipótese incompatível de que sou um cérebro em uma cuba. De acordo com Giovanni Rolla, o *Princípio de Subdeterminação*:

(...) invoca uma noção internalista de justificação epistêmica, a saber, que a nossa *justificação para crer* em uma *proposição* está inteiramente *relacionada com as evidências que a suportam*. O PSE é assim chamado porque atesta que *as evidências das quais dispomos são subdeterminadas diante de duas proposições incompatíveis*. Isto é, nossas *evidências não são indicações suficientes da verdade* de uma proposição P na medida em que *são compatíveis com a verdade de proposições que são incompatíveis com P* – como, mas não apenas, as hipóteses céticas.¹⁹³

Ora, se as evidências são compatíveis com os dois cenários (as evidências para a crença suportam igualmente os dois cenários¹⁹⁴), então, segundo o Princípio de Subdeterminação, eu não estou justificado a crer que ‘eu não sou um cérebro em uma cuba’. Se as evidências em questão não favorecem a crença de que “eu não sou um cérebro em uma cuba” sobre a hipótese rival de que ‘eu sou um cérebro em uma cuba’, então as “evidências sustentam igualmente duas hipóteses rivais” impedindo o conhecimento e a justificação (impede o conhecimento exatamente porque impede a justificação).¹⁹⁵

¹⁹³ ROLLA, Giovanni. Conhecimento, ceticismo e justificação. Revista de Pesquisa em Filosofia Fundamento da Universidade Federal de Ouro Preto. N.º. 4 (2012).

¹⁹⁴ SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. Disjuntivismo epistemológico e ceticismo radical. Veritas. Revista Quadrimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, V. 62, N.º 3, set.-dez. 2017, p. 624-656, p. 629: “Dado que a evidência perceptiva que possuímos para nossas crenças cotidianas parece suportar com mesmo peso as duas situações epistêmicas, ela falha em determinar se estamos em um caso ou em outro. E se esta evidência falha em determinar nossa posição epistêmica, é possível ver a abertura para que se instale um problema cético radical com base em um princípio epistêmico altamente plausível, conhecido como: *Princípio da Subdeterminação (PS)* (...). A ideia do problema com base nesse princípio é de que *se para cada percepção verídica que temos cotidianamente existe uma experiência análoga alucinatória subjetivamente indistinguível, não temos como saber*, sob pena de violar o OS, *se estamos em uma situação epistêmica positiva, formando crenças verdadeiras acerca do mundo*”.

¹⁹⁵ VOGEL, Jonathan. Skeptical Arguments. Source: Philosophical Issues, Vol. 14, Epistemology (2004), Ridgeview Publishing Company, pp. 426-455, p. 427.

Com isso, como explica Jonathan Vogel, o problema que decorre do *princípio de subdeterminação* é que ele *exclui* a “*possibilidade de qualquer conhecimento indutivo*”, gerando *ceticismo em relação ao mundo exterior*, pois “se uma *hipótese é sustentada por evidências indutivas*”, então a *negação* dessa “*hipótese também é logicamente compatível com a evidência*”. E, como foi anteriormente mencionado, a escolha entre duas hipóteses competidoras seria mero exercício do *arbítrio*, sendo mero caso de *boa sorte* se a escolha recaiu sobre a hipótese verdadeira.¹⁹⁶

Uma das alternativas que Jonathan Vogel¹⁹⁷ apresenta para a resolução do problema decorrente do princípio de subdeterminação gira em torno do conceito de ‘mérito epistêmico’. Nessa linha, entre duas hipóteses rivais, a hipótese não-cética (a que o autor chama de ‘m’) excederia a hipótese cética (a que o autor chama de ‘SK’) em “mérito epistêmico se: (i) m é apropriadamente sustentada por considerações indutivas ou explicativas; (ii) m é uma crença básica, ou a rejeição de SK é uma norma epistêmica fundamental; ou (iii) m desfruta dos benefícios do conservadorismo metodológico. E (iv) m certamente desfrutaria de mais mérito epistêmico do que SK, se SK for logicamente incoerente”.

No trabalho intitulado “*Klein, Skepticism, Epistemic Closure, and Evidential Underdetermination*”, o autor Claudio de Almeida na Seção “2. *Academic Skepticism: Finding a Baseline*” apresenta a sua compreensão sobre o problema cético e dá maior detalhamento ao princípio de subdeterminação, cuja formulação é

¹⁹⁶ *Ibid.*, pp. 426-455, p. 427.

¹⁹⁷ VOGEL, Jonathan. *Skeptical Arguments*. Source: *Philosophical Issues*, Vol. 14, Epistemology (2004), Ridgeview Publishing Company, pp. 426-455, p. 427.

um pouco diferente daquela apresentada por Anthony Brueckner e Jonathan Vogel.¹⁹⁸

Acredito que essas linhas foram suficientes para delinear o princípio de subdeterminação que, como eu disse anteriormente, seria breve para não correr o risco do desvio do alvo principal do presente trabalho. Além do que, se ao cotejar o exemplo da crença sobre o mundo exterior com o caso do cenário cético eu concluir que “nada é certo”, como disse Bertrand Russell, “devo admitir também que algumas coisas são quase muito mais certas do que outras”. Assim parece suceder com o caso na crença do mundo exterior ser mais certa do que a crença de que eu sou um cérebro em uma cuba, “porque, do contrário, se é levado a um ceticismo total, e o completo ceticismo seria, obviamente, totalmente estéril e completamente inútil”.¹⁹⁹

2.8 Objeções ao evidencialismo de Conee e Feldman

Como apresentei na primeira parte do presente trabalho, Robert Audi cita que “alguns exemplos sugerem que a *justificação* se baseia inteiramente no que é *interno à mente*, de certo modo implicando que ela é *acessível à introspecção ou reflexão* pelo sujeito” caracterizando com isso o “*internismo sobre justificação*”.²⁰⁰

¹⁹⁸ ALMEIDA, Claudio de. Klein, Skepticism, Epistemic Closure, and Evidential Underdetermination. (Forthcoming in Fitelson, B., Borges, R., and Braden, C. (eds.), Knowledge, Scepticism, and Defeat: Themes from Klein (Springer)), p. 4-7.

¹⁹⁹ RUSSELL, Bertrand. Am I An Atheist Or An Agnostic? Disponível em <http://sceptis.net/eng/articles/id_6.php> Acessado em 31/05/2018: “Quando se admite que nada é certo, deve-se admitir, eu penso, que algumas coisas são muito mais certas do que outras. É quase mais certo que estamos reunidos aqui esta noite do que este ou aquele partido político está certo. Certamente há grau de certeza, e deve-se ter muito cuidado para enfatizar esse fato, porque senão a pessoa é levada a um ceticismo total, e o completo ceticismo seria, obviamente, totalmente estéril e completamente inútil”. [ceticismo universal].

²⁰⁰ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press • Oxford, 2004, p. 54-55: “Robert Audi, *Epistemology: A Contemporary Introduction to the Theory of Knowledge* (New York: Routledge, 1998), pp. 233-4. Emphasis in the original”.

Ao passo que o *externismo*, segundo Earl Conee, “localiza alguma característica importante da justificação de uma crença *fora da mente* daquele cuja crença está justificada”,²⁰¹ *prescindindo* do acesso cognitivo a algum item da vida mental da pessoa. Como diz A. C. Grayling, talvez os “ *fatos no mundo são como S crê* que sejam, e *isso certamente é a causa que fez S acreditar* neles assim como são, pelo *estímulo de seus receptores sensórios*, de um modo correto”, *sem* necessidade de S estar “*consciente* de que essa é a maneira como suas crenças são formadas”. Consequentemente, S estaria justificado, *tout court*.²⁰²

Estabelecida a querela, surgem as objeções. Nesta parte final do presente trabalho, abordarei algumas *objeções* ao *internismo* que em regra são feitas por essas visões *externistas*. Basicamente são casos de crença justificada sem evidência ou casos que parecem não depender de itens internos à vida mental da pessoa a quem se atribui conhecimento.

Apresento um contexto exemplificativo de autoria de Ted Poston, representativo das *objeções externistas*:

b. Vovó, Timmy e Lassie

Uma das *motivações* mais poderosas para o *externismo* é que corretamente atribuímos *conhecimento* para *pessoas não sofisticadas*, *crianças* e alguns *animais*. Esses indivíduos, no entanto, *carecem de justificação internista*. Então, ou *conhecimento não requer justificação* ou *justificação deve ser entendido externamente*. Vovó sabe que ela tem mãos, *embora não possa ensaiar um argumento* para essa conclusão e *não pode* pensar em mais nada para *defender a alegação* de que ela tem mãos. Timmy sabe que é um dia ensolarado e Lassie sabe que há água na tigela. Em cada caso, parece que o sujeito está justificado,

²⁰¹ CONEE, Earl. 2 The Basic Nature of Epistemic Justification. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 46.

²⁰² GRAYLING, A. C. Epistemology. The Blackwell Companion to Philosophy, Second Edition. Edited by Nicholas Bunnin, E. P. Tsui-James. Blackwell Publishers Ltd, 2003 p. 43.

*mas não tem qualquer razão internamente acessível para a crença.*²⁰³

Segundo esse autor o problema desses exemplos é a abertura interpretativa dos detalhes envolvidos, ensejando que os internistas sustentem que tais situações uma vez adequadamente esclarecidas revelam que “não são casos de justificação ou que há justificação internista”.²⁰⁴ A par disso, no exemplo da vovó não é difícil imaginar ou perceber que “ela tem *experiências e memórias* que *atestam* que ela tem *mãos*”, sendo irrelevante o fato de ela não formar crença baseada em suas experiências e memórias. Casos equivalentes são os de *Timmy* e *Lassie*, pois “podemos encontrar experiências apropriadas que indicam a verdade de suas crenças”.²⁰⁵

Nova investida de objeção ocorre com o caso dos *chicken-sexers*, apresentado pelo mesmo autor:

Numa tentativa de fortalecer o argumento do externismo, alguns externistas recorrem a casos não-padrão. Um caso não-padrão é o caso do *chicken-sexer*. *Chicken-sexers* são indivíduos que possuem a capacidade única de separar de forma confiável pintos machos de fêmeas. Como o caso é descrito, os *chicken-sexers* não sabem como eles separam os pintos. Eles relatam não poder oferecer os critérios que usam para separar os pintos. No entanto, eles são muito bons em separar os pintos e suas crenças de que este é um macho, esta é uma fêmea, etc., estão justificadas, mesmo que careçam de justificação internista.²⁰⁶

O caso dos *chicken-sexers* parece potencialmente mais dramático em colocar o internismo contra a parede, se assistirmos vídeos em que se constata a rapidez com que estes profissionais

²⁰³ POSTON, Ted. Internalism and Externalism in Epistemology. Disponível em <<https://www.iep.utm.edu/int-ext/>> Acessado em 19/04/2016, p. 13-14.

²⁰⁴ *Ibid.*, p. 14.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 14-15.

²⁰⁶ *Ibid.*, p. 14.

atuam. Abstraindo, contudo, as aparências envolvidas no momento da atuação dos profissionais, os internistas negam que no caso dos *chicken-sexers* que os mesmos tenham conhecimento ou “afirmando que existem características da experiência do *chicken-sexer* que indicam o sexo do pinto”.²⁰⁷

Por último, Ted Poston apresenta o caso de *quiz show*:

Outro caso não padronizado é o caso do conhecimento do *quiz show*. O caso prevê uma concorrente, chame-a de Sally, em um popular *quiz show* que obtém todas as respostas certas. Quando uma pista é oferecida, Sally dá a resposta correta. Ela é muito boa nisso. Intuitivamente, Sally sabe as respostas para as pistas, mas da perspectiva de Sally as respostas simplesmente aparecem em sua cabeça. Além disso, Sally pode acreditar que ela não sabe a resposta.

O que devemos dizer sobre este caso? Sally é muito confiável. Suas respostas são objetivamente prováveis de serem verdadeiras. Podemos preencher o caso estipulando que suas respostas são causadas em parte pela relevância do fato. Ela aprendeu a resposta ou pela experiência direta com o fato relevante - ela estava na Praça Tiananmen durante os famosos protestos de 1989 - ou por meio de um informante confiável. No entanto, Sally não possui nenhuma fenomenologia interna geralmente associada à lembrança de uma resposta. As respostas parecem sair do nada. Além disso, Sally não acredita que saiba a resposta. No entanto, dado seu excelente histórico, certamente parece certo dizer que Sally sabe a resposta. Este é um caso *problemático para os internistas* porque parece que *nenhuma condição interna relevante está presente*.²⁰⁸

Ted Poston considera que o caso de *quiz show* é o mais interessante deles, porque parece limitar as “opções para os internistas”. Por exemplo, “é difícil encontrar uma razão disponível para Sally”, ou seja, “não é plausível que esteja presente uma

²⁰⁷ POSTON, Ted. Internalism and Externalism in Epistemology. Disponível em <<https://www.iep.utm.edu/int-ext/>> Acessado em 19/04/2016, p. 15.

²⁰⁸ *Ibid.*, p. 14.

justificação internista relevante”. Uma *resposta internista*, segundo o referido autor é dada por Richard Feldman no sentido de que “*não é aparente a partir do caso que Sally acredita na resposta. Sally é encorajada a responder e ela vai com o que aparecer em sua cabeça*”. Por conseguinte, “*como o conhecimento implica crença, parece que Sally carece de conhecimento porque não tem crença*”.²⁰⁹

Assumindo-se como uma descrição geral das *teorias internistas* que “uma crença B está justificada apenas no caso de haver uma combinação de *estados internos* (caracterizando tipicamente uma *experiência* ou outra *crença justificada*) que está adequadamente relacionada a B”, para Earl Conee e Richard Feldman as *objeções ao internismo* podem ser enquadradas em duas grandes classes que estão de algum modo interligadas.²¹⁰

A primeira classe de objeções está dirigida para a “existência de estados internos que estão supostamente justificando crenças, argumentando que existem algumas crenças justificadas para as quais não há estados internos justificadores”. A réplica a essa refutação está baseada em que “os estados de justificação estão limitados aos estados mentais atualmente conscientes”.²¹¹

A segunda classe de objeções está dirigida para as “conexões entre os candidatos internos a justificadores e as crenças que eles estão supostamente a justificar, argumentando que os internistas inevitavelmente se deparam com dificuldades insuperáveis quando tentam dizer algo definitivo sobre a natureza ou o *status* das conexões”. A réplica a essa segunda refutação está baseada em que estão “também incluídos como justificadores potenciais tudo o que estiver retido na memória”.²¹²

²⁰⁹ *Ibid.*, p. 15.

²¹⁰ CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. 3. *Internalism Defended*. In CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press • Oxford, 2004, p. 64.

²¹¹ *Ibid.*, p. 64.

²¹² *Ibid.*, p. 64.

Desse modo, Earl Conee e Richard Feldman consideram ainda que “algumas teorias internistas possam ter dificuldade em lidar com algumas dessas objeções”, outras vertentes internistas podem tratar adequadamente as objeções como pode ser constatado pelas réplicas às refutações anteriormente apresentadas. Logo, “a abordagem internista não está em perigo de uma refutação geral”.²¹³

²¹³ *Ibid.*, p. 64.

Considerações finais

Em linhas gerais, a análise da natureza da *justificação epistêmica*, tanto em relação à *estrutura* (fundacionismo, coerentismo e infinitismo), quanto à *origem* (internismo e externismo), permitiu que as minhas reflexões se ordenassem de maneira tal a culminar em uma melhor compreensão do *internismo fundacional*. Naturalmente, isso foi o resultado de uma prévia compreensão dos limites e alcance do internismo e do externismo, e seus vários desdobramentos.

Se, de um lado, o *fundacionismo cartesiano* apresenta-se problemático ao considerar como *crenças básicas* aquelas a respeito dos *nostros próprios estados mentais* e exigir infalibilidade, de outro, o *fundacionismo modesto* ao reputar as *crenças básicas* (não são inferenciais) como, *v.g.*, aquelas *nostras crenças perceptuais ordinárias sobre o mundo exterior* (ou *crenças sobre estados mentais*) e não crenças formadas sobre os efeitos internos dos estímulos sensoriais, coloca-as em uma posição diferenciada de serem justificadas sem ficarem indenes ao erro.

A *teoria da justificação internista* ao considerar que os *fatores* ou *propriedades* à *crença epistemicamente justificada* são *internos* à *perspectiva cognitiva* de alguém, *i.e.*, são *estados internos* à *mente* do sujeito epistêmico, e *acessíveis epistemicamente via introspecção* ou *reflexão cognitiva*, conduz à segunda parte do presente trabalho.

Para chamar a atenção das relações internas do *internismo fundacional*, passo a apresentar o seguinte exemplo. A partir da *experiência perceptual visual* de que vejo uma tela de computador à minha frente, formo a minha *crença básica* perceptual visual sobre

o mundo exterior de que *p*: ‘vejo uma tela de computador à minha frente’. A *experiência perceptual visual conta como evidência* e à minha *crença* de que *p*, sendo que *e* dá *suporte* à minha *crença* de que *p*. Assumo que a minha *crença básica* perceptual visual sobre o mundo exterior de que *p* foi espontaneamente formada como resposta apropriada à minha experiência sensorial visual e que não está derrotada por outra evidência que eu tenha.

A partir desta perspectiva, as *crenças não-básicas* estarão justificadas se forem bem sustentadas pelas crenças básicas sem delas serem deduzidas, resultando que as experiências passam a justificar proposições sobre o mundo exterior. Essa justificação ocorre porque as crenças não-básicas estão sustentadas por inferências indutivas fortes (indução enumerativa e inferência para a melhor explicação, entre outras formas de indução) a partir das crenças básicas justificadas.

Sob a égide da *teoria da justificação internista* os *fatores* ou *propriedades* à minha *crença epistemicamente justificada* de que *p* são *internos* à minha *perspectiva cognitiva*, i.e., são *estados internos* à minha *mente*, e *acessíveis* epistemicamente através de minha *introspecção* ou da minha *reflexão cognitiva*.

Prosseguindo com o exemplo, como a justificação advinda de *e* não foi derrotada por outra evidência, estou sob a *condição de evidência total*, quer dizer, a minha crença de que *p* está justificada porque ela é sustentada pela minha evidência total. E, também, estou sob a *condição embasadora* porque a minha crença justificada de que *p* está embasada em *e*. Como para o *evidencialismo* é a *evidência* que *determina* o que está *justificado*, torna-se mais *razoável crer* no que está *sustentado* pela *evidência* disponível. Disso posso afirmar que a minha crença é racional.

Também procurei apresentar no presente trabalho que à luz do evidencialismo de Richard Feldman e Earl Conee a *evidência* do sujeito epistêmico está restrita aos seus *estados mentais*. O que faz uma boa evidência ser boa é o que faz uma boa razão ser boa. *Evidências* ou *razões* podem ser *estados experienciais atuais* (v.g.:

percepção, introspecção e memória) e oriundos do raciocínio *a priori*, assim como *memórias armazenadas*. Em uma dada circunstância, ainda que se deva conseguir mais evidência, deve-se ser guiado pela evidência disponível. E é sobre a *evidência disponível* que a crença será suportada, estabelecendo o que foi apresentado como *suporte evidencial*, para que a crença esteja justificada.

Assim, por exemplo, a partir da *experiência perceptual visual* de que vejo uma tela de computador à minha frente, formo a minha *crença básica* perceptual visual sobre o mundo exterior de que *p*: ‘vejo uma tela de computador à minha frente’. A *experiência perceptual visual conta como evidência* e à minha *crença* de que *p*, sendo que *e* dá *suporte* à minha *crença* de que *p*.

De outra parte, se uma *dúvida razoável exige ter evidência* de que uma *possibilidade contrária* de fato *seja realizada* e não há evidência de que uma possibilidade contrária de fato *seja realizada* (i.e., *não há evidência da verdade* de qualquer *possibilidade contrária*, v.g., meu aparato cognitivo não está danificado), então a minha *crença* de que *p* *está acima de qualquer dúvida razoável*. E, se atendidas as demais condições para o conhecimento, então *sei que p*.

Logo, a minha *crença* de que *p* *está além de qualquer dúvida razoável* e eu *sei que p*. Em outras palavras, a minha *crença* de que *p* *está suficientemente justificada* para ser um caso de *conhecimento* (se verdadeira e não-gettierizada), desde que *e* *sustente* a *crença* de que *p* *para além de toda a dúvida razoável*. Ou, ainda, *e* *coloca* a *crença* de que *p* *além de qualquer dúvida razoável*, sendo um caso de conhecimento.

Referências

ALMEIDA, Claudio de. On Our Epistemological Debt to Moore and Russell. (Forthcoming in Hetherington, Stephen & Valaris, Markos, eds., Knowledge in Contemporary Philosophy, London: Bloomsbury.).

_____. Klein, Skepticism, Epistemic Closure, and Evidential Underdetermination. (Forthcoming in Fitelson, B., Borges, R., and Braden, C. (eds.), Knowledge, Scepticism, and Defeat: Themes from Klein (Springer)).

ALSTON, William P. *Chapter 10 Perceptual Knowledge*. In The Blackwell Guide to Epistemology. John Greco and Ernest Sosa. Massachusetts, Blackwell Publishing Ltd., 1999.

_____. Epistemic Justification. Essays in the Theory of Knowledge. New York: Cornell University Press, 1989.

_____. Perceiving God: The Epistemology of Religious Experience. London, First published 1991 by Cornell University Press. First printing, Cornell Paperbacks, Ithaca and 1993.

AUDI. Robert, Epistemology. A contemporary introduction to the theory of knowledge, Second edition. Routledge. New York, 2011.

_____. The structure of justification. Cambridge University Press, 1993.

AYER, Alfred Jules. Philosophy in the Twentieth Century. New York: Vintage Books, 1984.

_____. Probability and Evidence. New York: Columbia University Press, 1972.

BLANSHARD, Brand. Reason and Analysis. New York: Brand Blanshard, 2013.

BRANQUINHO, João. MURCHO, Desidério. GOMES, Nelson Gonçalves. Enciclopédia de Termos Lógico-Filosóficos. Verbete “Proposição”. São Paulo: Martins Fontes, 2006, p. 628.

BRUECKNER, Anthony. The Structure of the Skeptical Argument. *Philosophy and Phenomenological Research*. A Quarterly Journal. Vol. 54, Nº 4, December, 1994, p. 827-835.

BYERLY, T. Ryan. *The Evidential Support Relation*. Dissertation. Requirements for the Degree of Doctor of Philosophy. Baylor University Waco, Texas. 2012. Disponível em: <https://baylor-ir.tdl.org/baylor-ir/bitstream/handle/2104/8412/ryan_byerly_phd.pdf?sequence=1> Acesso em 26/06/2017.

COHEN, Stewart. Justification and Truth. *Philosophical Studies*, 46, 1984, by D. Reidel Publishing Company, p. 283.

CHIGNELL, Andrew, *The Ethics of Belief*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/ethics-belief/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.

CHISHOLM, Roderick M.. The Foundations of Knowing. Problem Of The Criterion. Second printing. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1983.

_____. Theory of Knowledge. Third Edition. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, Inc.1989.

CLIFFORD, William Kingdon. A Ética da Crença. in A Ética da Crença. MURCHO, Desidério (Org.). Lisboa: Bizâncio, 2010.

COLLINGWOOD, Robin George. The Idea of History. New York: Oxford University Press, 1994.

CONEE, Earl. *First Things First. Evidentialism*. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 11-36.

_____. *Introduction*. Evidentialism. Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004.

_____. *2 The Basic Nature of Epistemic Justification in Evidentialism* in Essays in Epistemology. Clarendon Press. Oxford, 2004, p. 37-52.

_____. 10. The Truth Connection. Source: Philosophy and Phenomenological Research, Vol. 52, No. 3 (Sep., 1992), pp. 657-669, Published by: International Phenomenological Society.

CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. *Evidentialism*. Philosophical Studies (Minneapolis), 48:1 (1985: July) p. 15.

_____. Introduction. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004.

_____. 3 *Internalism Defended in Evidentialism* in *Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004.

_____. 4 *Evidentialism in Evidentialism* in *Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004.

_____. 5. *Some Virtues of Evidentialism*. Porto Alegre: Veritas, v. 50, n. 4, Dezembro 2005, p. 95-108.

DANCY, Jonathan. *Epistemologia Contemporânea*. Lisboa: Edições 70, 2002.

ETCHEVERRY, Kátia Martins. (2013). Justificação Fundacional: A Explicação Neoclássica. (Tese de Doutorado). Faculdade de Filosofia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), Porto Alegre. <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3506/1/000447897-Texto%2bCompleto-o.pdf>> Acesso em: 15/06/2016.

_____. *O Fundacionismo Clássico Revisitado na Epistemologia Contemporânea*. Dissertação de Mestrado. PUCRS. Porto Alegre, 2009. Disponível em: <<http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/3427/1/000410722-Texto%2BCompleto-o.pdf>> Acesso em: 15/06/2017)

FELDMAN, Richard. *Epistemology*. New Jersey: Prentice-Hall Foundations of Philosophy Series, Inc. New Jersey, 2003.

_____. *Evidence*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 293.

_____. *Evidence. A Companion to Epistemology*. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010.

_____. 4. *Evidentialism. Essays in Epistemology*. CONEE, Earl. FELDMAN, Richard. Clarendon Press. Oxford, 2004. 4 *Evidentialism*, p. 83-108.

_____. 7 The Ethics of Belief. Conee, Earl. Feldman, Richard. *Evidentialism Essays in Epistemology*. Clarendon Press. Oxford, 2004.

_____. 8 *The Justification of Introspective Beliefs*. *Evidentialism. Essays in Epistemology*.

_____. Justification Is Internal. *Contemporary Debates In Philosophy*. p. 337-350, Edited by Matthias Steup, John Turri, and Ernest Sosa. Wiley-Blackwell: John Wiley & Sons, Inc Contemporary, Second Edition, Chichester, 2014.

_____. Respecting the Evidence. *Philosophical Perspectives*, 19, Epistemology, 2005.

FIRTH, Roderick. Are Epistemic Concepts Reducible to Ethical Concepts? Values and Morals. *Essays in Honor of Wilfiam Frankena, Charles Stevenson, and Richard Brandt*.

Epistemic Concepts and Ethical Concepts. Edited by Alvin I. Goldman and Jaegwon Kim. Vol. 13. D. Reidel Publishing Company Dordrecht: Holland I Boston, p. 215-229.

FLORES, Tito Alencar. Infinitismo e Justificação Epistêmica. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). *Ensaio de Epistemologia Contemporânea*. Ijuí: UNIJUI, 2010.

FUEMERTON, Richard A. *Metaepistemology and skepticism*. Boston: Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 1995.

FUSARI, Lionara. Justificação Epistêmica Prima e Ultima Facie. *Intuitio*. Porto Alegre. Vol.2. Nº 2. Outubro de 2009, pp. 75-81.

GERT, Bernard. Rationality. *The Cambridge Dictionary of Philosophy*. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 772-773.

GETTIER, Edmund. *Is Justified True Belief Knowledge?* *Analysis* v. 23:121-123 (1963).

GRAYLING, Anthony Clifford. *Russell: A Very Short Introduction*. Oxford University Press Inc., New York, 2002.

- _____. Epistemology. The Blackwell Companion to Philosophy, Second Edition. Edited by Nicholas Bunnin, E. P. Tsui-James. Blackwell Publishers Ltd, 2003.
- GOLDMAN, Alvin I.. A Causal Theory of Knowing. Journal of Philosophy. Vol. LXIV. N. 12. (Jun. 22, 1967).
- _____. What Is Justified Belief? In Justification and Knowledge. George S. Pappas (ed.)1-23. Dordrecht: D. Reidel Publishing Company, 1979.
- GUTTING. Gary, in Rorty's Critique of Epistemology. In Richard Rorty, Cambridge University Press, 2003.
- HASKER, William. Evidentialism. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999.
- HUME, David. Enquiry Concerning Human Understanding (10. Miracles).), Edited with an Introduction and Notes by Peter Millican, Oxford University Press, 2007.
- ICHIKAWA, Jonathan Jenkins and STEUP, Matthias, *The Analysis of Knowledge*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Spring 2017 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em: <<https://plato.stanford.edu/archives/spr2017/entries/knowledge-analysis/>>. Acesso em: 15 de maio de 2017.
- JAMES, William. A vontade de acreditar in A Ética da Crença. (Org.) Desidério Murcho. Lisboa: Bizâncio, 2010.
- JOHNSON, David Alan. *Bayesian rationality*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999.
- KELLY, Thomas. *Evidence*, The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), Disponível em URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/evidence/>>. Acesso em: 05 de abril de 2016.
- KLEIN, Peter David. *Human Knowledge and the Infinite Regress of Reasons*. Philosophical Perspectives, 13, Epistemology, 1999, p. 314) Source: Noûs, Vol. 33, Supplement: Philosophical Perspectives, 13, Epistemology (1999), pp. 297-325. Published by: Wiley Stable URL: <http://www.jstor.org/stable/2676107> Accessed: 19-10-2015 11:47 UTC.

KLEIN, Peter David. TURRI, John. Infinitism in Epistemology. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em <<http://www.iep.utm.edu/inf-epis/>> Acessado em 12/05/2018.

LEHRER, Keith. Chapter 9 Rationality. In The Blackwell Guide to Epistemology. John Greco and Ernest Sosa. Massachusetts, Blackwell Publishing Ltd., 1999, p. 206-219.

LEMONS, Noah. An Introduction to the Theory of Knowledge. Cambridge University Press, 2007.

LOCKE, John. An Essay Concerning Human Understanding. Book IV Of Knowledge and Probability. Chapter XVI. The Pennsylvania State University, 1999.

LOWY, Catherine. Gettier's Notion of Justification. Mind, New Series, Vol. 87, No. 345, pp. 105-108, (Jan., 1978).

MAITZEN, Stephen. Our Errant Epistemic Aim. Philosophy and Phenomenological Research. Vol. LV, No. 4, December 1995 (869-876).

MITTAG, Daniel M.. Evidentialism. Internet Encyclopedia of Philosophy. Disponível em: <<http://www.iep.utm.edu/evidenti/>> Acesso em: 29/05/2017.

MOSER, Paul K. *Empirical Justification*. Philosophical studies series in philosophy. v. 34. Boston: D. Reidel Publishing Company, 1985.

_____. *Epistemology*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 275.

_____. *Irrationality*. The Cambridge Dictionary of Philosophy. Second Edition. Robert Audi. Cambridge University Press, 1999, p. 443-444.

MURCHO, Desidério. *Evidence*. 9 de Março de 2006 Disponível em: <<http://criticanarede.com/ed111.html>> Acesso em: 24/05/2016.

NAGEL, Jennifer. Knowledge: A Very Short Introduction. UK: Oxford University Press, 2014.

- NEIVA, André Luiz de Almeida Lisboa. *Probabilismo e Bayesianismo em Epistemologia*. PERI - Revista de Filosofia da UFSC. Florianópolis. v. 07, n. 02, 2015, p. 45-69.
- NETA, Ram. 11 The Basing Relation. *The Routledge Companion to Epistemology*. Edited by Sven Bernecker and Duncan Pritchard. New York, 2011.
- NOLFI, Kate. 9 Why Only Evidential Considerations Can Justify Belief. *Normativity Epistemic & Pratical*. Edited by Conor McHugh, Jonathan Way and Daniel Whiting. Oxford University Press, 2018.
- NOZICK, Robert. *Philosophical Explanations*. Cambridge: Harvard University Press, 1981. Fourth Printing, 1982.
- O'BRIEN, Dan. *Introdução à Teoria do Conhecimento*. Lisboa: Gradiva, 2013.
- PLANTINGA, Alvin. *Warrant and Proper Function*. Oxford: Oxford University Press, 1993.
- OLIVEIRA, Rogel Esteves de. *Metaconhecimento e ceticismo de segunda ordem*. Porto Alegre: EDIPUCRS-Editora Fi, 2016.
- POSTON, Ted. Internalism and Externalism in Epistemology. Disponível em <<https://www.iep.utm.edu/int-ext/>> Acessado em 19/04/2016.
- PLASTINO, Caetano Ernesto. *Teoria do Conhecimento*, Disponível em http://arethusaffilch.usp.br/node/118#_ednref11, Acessado em 03/06/2018.
- PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Angst. Radical Skepticism and the Groundlessness of Our Believing*. Princeton University Press, 2015.
- PUTNAM, Hilary. *Reason, Truth and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981. Reprinted 1998.
- ROLLA, Giovanni. *Conhecimento, ceticismo e justificação*. *Revista de Pesquisa em Filosofia Fundamento da Universidade Federal de Ouro Preto*. Nº. 4 (2012).
- ROSA, Luis. *Evidencialismo*. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/fsopho/epistemologia-teoria-do-conhecimento/-c-justificacao/-2-evidencialismo>> Acesso em: 25/11/2012.

RUSSELL, Bertrand. *1 Appearance and Reality*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, Second edition 1998. Reissued 2001.

_____. *2 The Existence of Matter*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001.

_____. *3 The Nature of Matter*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001.

_____. *4 Idealism*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001.

_____. *5 Knowledge by Acquaintance and Knowledge by Description*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001.

_____. *10 On Our Knowledge of Universals*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001

_____. *11 On Intuitive Knowledge*. The Problems of Philosophy. Oxford University Press, 2001.

_____. Am I An Atheist Or An Agnostic? Disponível em <http://sceptsis.net/eng/articles/id_6.php> Acessado em 31/05/2018.

RUSSELL, Bruce. A Priori Justification and Knowledge. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2017 Edition). Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2017/entries/apriori/>>. Acessado em 06/06/2018.

RYLE, Gilbert. Knowing How and Knowing That: The Presidential Address. Proceedings of the Aristotelian Society, New Series, Vol. 46 (1945-1946), pp. 1-16. <<http://www.jstor.org/stable/4544405>> Accessed: 22-05-2015.

RYSIEW, Patrick. 13 Making it Evident: Evidence and Evidentness, Justification, and Belief. Evidentialism and its Discontents. Trent Dougherty. Oxford University Press, 2011.

SANTOS, Breno Ricardo Guimarães. Disjuntivismo epistemológico e ceticismo radical. Veritas. Revista Quadrimestral de Filosofia da PUCRS, Porto Alegre, V. 62, N° 3, set.-dez. 2017, p. 624-656.

SARTORI, Carlos Augusto. Sobre a Viabilidade do Fundacionismo Moderado. In: SARTORI, Carlos Augusto.; GALLINA, Albertinho Luiz. (orgs.). Ensaios de Epistemologia Contemporânea. Ijuí: UNIJUI, 2010.

STEUP, Matthias. Epistemology. The Stanford Encyclopedia of Philosophy (Summer 2018 Edition), Edward N. Zalta (ed.). Disponível em <<https://plato.stanford.edu/archives/sum2018/entries/epistemology/>> Acessado em 10/06/2018.

_____. *The Deontic Conception of Epistemic Justification*, (Received 30 November, 1986.

SWINBURNE, Richard. Epistemic Justification, Oxford University Press, Oxford, 2001.

_____. 12. *Evidence*. Evidentialism and its Discontents. Trent Dougherty. Oxford University Press, 2011, p. 195-206.

TURRI, John. Epistemic Supervenience. A Companion to Epistemology. Second Edition. Edited by DANCY, Jonathan. SOSA, Ernest. STEUP, Mathias. Malden: Blackwell Companions to Philosophy, 2010.

VAHID, Hamid. Experience And Justification: In Search Of The Epistemic Pineal Gland. *Philosophica* 53 (1994, 1) pp. 91-104.

VOGEL, Jonathan. Skeptical Arguments. Source: Philosophical Issues, Vol. 14, Epistemology (2004), Ridgeview Publishing Company.

ZAGZEBSKI, Linda, The Inescapability of Gettier Problems. *The Philosophical Quarterly*, Vol. 44, Issue 174 (Jan., 1994), pp. 65-73. Blackwell Publishing.